

CADERNOS DO

terceiro mundo

VENEZUELA

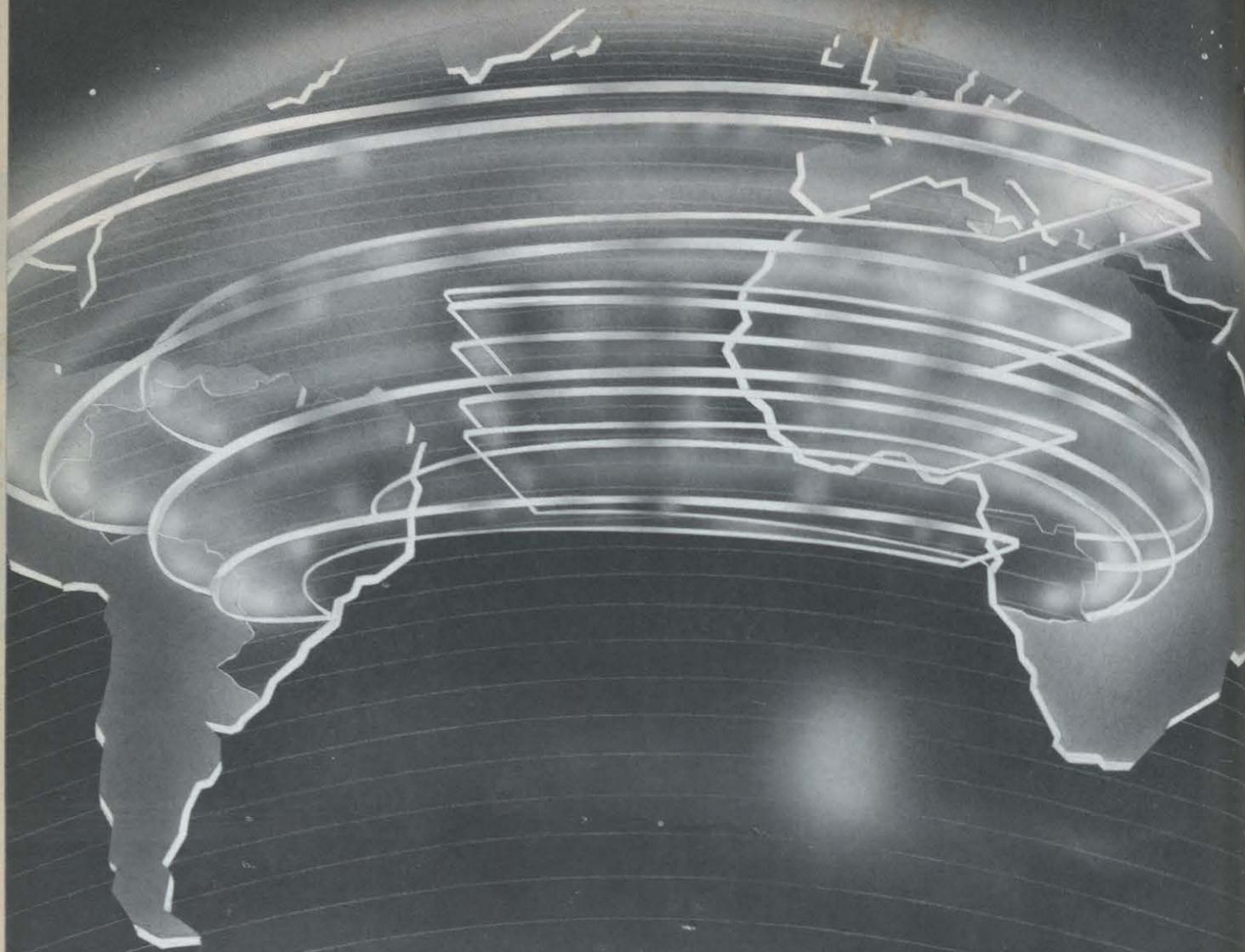
A rebelião contra o F.M.I.

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 119 • NCZ\$ 1,90 • BOA VISTA, MANAUS NCZ\$ 2,50 • ANO XII

ANGOLA

A PAZ ARMADA

ALIMENTOS: o veneno nosso de cada dia



Este é o mar que une Brasil e Angola.

O mesmo mar que separa é o mar que une. O mesmo mar que separou os nossos continentes e mantém fisicamente distantes os nossos países, é o mar onde trabalha a Petrobrás, colaborando para o desenvolvimento petrolífero de Angola.

Exemplo disso é a tecnologia offshore da Petrobrás, uma das mais avançadas do mundo, que está tendo grande aplicação no mar de Angola. Este é um trabalho que contribui para que duas nações tradicionalmente irmãs se aproximem ainda mais.

Graças ao trabalho desenvolvido em conjunto por angolanos e brasileiros, não existe mar capaz de separar o Brasil de Angola.



PETROBRÁS

AOS LEITORES

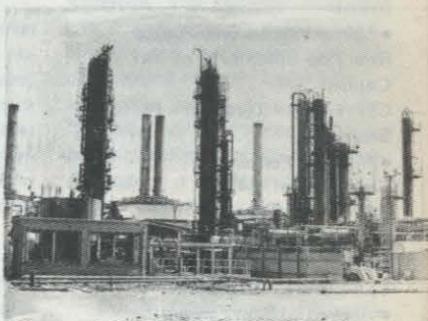
SUMÁRIO

Um passo histórico nas relações afro-brasileiras. Este é o significado da visita do presidente José Sarney a Angola, no final de janeiro, tema de nossa matéria de capa. A visita foi a expressão do reconhecimento brasileiro à luta recente e atual dos angolanos pela independência e pelo desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, o reavivamento de uma ligação ancestral, pelo passado comum da submissão imposta pelo colonialismo nos dois lados do Atlântico, o que faz correr nas veias de dezenas de milhões de brasileiros o sangue angolano que adubou os canaviais nas plantações e apurou o ouro nas minerações; que lutou contra a escravidão nos Palmares e em dezenas de quilombos e que sobrevive hoje na luta pelo desenvolvimento nacional na economia e nas relações humanas. A oportunidade da visita justificou-se, além disso, pela aurora de paz que os angolanos começam a vislumbrar, após uma luta de libertação que se aproxima de três décadas. Primeiro foi na guerrilha contra o colonialismo e, nos últimos treze anos, numa guerra de exércitos contra a agressão estrangeira comandada pela África do Sul, a qual viola as normas internacionais em nome do racismo e dos interesses hegemônicos que se pretendem impor também naquela região africana. O entendimento e a colaboração efetiva entre Brasil e Angola justificam-se assim não apenas pela solidariedade entre povos igualmente sacrificados na luta pelo progresso econômico e social, mas também pelos laços de sangue que a história teceu ao longo de quase cinco séculos. Hoje, os povos de ambos os lados do Atlântico Sul defrontam-se com o futuro, cujas bases devem ser o reconhecimento das heranças comuns, o desejo da colaboração intensa e a convivência privilegiada.

- 3 **CARTAS**
- 4 **PANORAMA TRICONTINENTAL**
- MATÉRIA DE CAPA**
- 10 **Angola:** A paz armada
- AMÉRICA LATINA**
- 32 **México:** O fosso da discórdia
- 34 **Yuriria:** O poder popular
- 36 **Peru:** Os erros de Alan García
- ORIENTE MÉDIO**
- 39 **Chipre:** Novos passos para a reunificação
- ÁSIA**
- 42 **Filipinas:** Corpo de Paz, altruísmo duvidoso
- ECONOMIA**
- 43 O ouro negro quer dar a volta por cima
- 46 Notas Econômicas
- SUPLEMENTO BRASIL**
- 48 Panorama Nacional
- 51 **Amazônia:** Índios da era da TV
- 52 **Sucessão:** Modernizar a sociedade
- 56 **Educação:** Volta às aulas, custo e qualidade do ensino
- 60 **Comportamento:** Impunidade, até quando?
- 64 **Justiça:** A "farra do preso"
- 66 **Saúde:** Alimentação, a aparência que envenena
- 72 **Opinião:** A rebelião de Caracas



José Eduardo dos Santos e José Sarney: reavivando laços



Opep: os produtores na expectativa de novo surto do petróleo



Covas: a proposta Tucana para o Brasil do fim do século



Alimentos: o perigo dos aditivos químicos que intoxicam

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr. 105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Rosilene P. Neves**
Trav. Gal. Francisco de Paula, 80
Araçá
CEP 78010 - Cuiabá - MT
Brasil
- **Márcio Vinicius Brito Pessoa**
Rua 7 de Setembro, nº 741
Centro
CEP 64000 - Teresina - PI
Brasil
- **Rui Elias Ferreira**
Caixa Postal, 843
Bengela - Angola
- **Paulo Alfonso Estêves**
Mariano Soler, 370
San Carlos - Uruguai
- **Antônio da Silva Oliveira**
Volta das Calçadas, 199 - 3º Dtº
Santa Clara - CEP 3000 - Coimbra
Portugal
- **Helenita Carvalho**
Caixa Postal 195
CEP 45600 Itabuna - BA
Brasil
- **Rui de Almeida**
Rua Aracaju 878
Vila Camargo
CEP 82500 - Curitiba - PR
Brasil
- **Antonio Lara Junior**
Rua Valdemar de Freitas 33
CEP 85890 - Foz do Iguaçu - PR
Brasil
- **Arquimedes Onofrio Pereira de Castro**
Rua Sete de Setembro 101
CEP 58225 - SOLANEA - PB
Brasil
- **Laurinda maria Lemos**
P.O.Box 370
Sumbe - Angola
- **Mônica Queiroz**
Av Pe. Ibiapina 207
CEP 50790 - Recife - PE
Brasil
- **João Rodrigues Rubem Carita**
Caixa Postal 1514
Benguela - Angola
- **Vanderlei Carlos Santana**
Rua José dos Reis Miranda Filho 1107
Vila Industrial
CEP 14400 - Franca - SP
Brasil

- **Elizete Aparecida Santana**
Rua José dos Reis Miranda 1107
Vila Industrial
CEP 14400 - Franca - SP - Brasil
- **Arlete Donizete Santana**
Rua José dos Reis Santana 1107
Vila Industrial
CEP 14400 - Franca - SP
Brasil
- **Artur Almeida**
Rua Damião Barreth 2684
Santa Cruz
CEP 14400 - Franca - SP
Brasil
- **Maura e Ana Maria**
Rua Deozito M Ribas 651
CEP 14240 - Ytirapua - SP
Brasil
- **Carlos Roberto da Silva**
Agência Correio e Telegráfo
Campo Grande
CEP 23000 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil
- **João D E Correia**
Rua Júlio Costa 108
Centro
CEP 39800 - Teófilo Otoni - MG
Brasil
- **Marta Santana**
Caixa Postal 2204
CEP 41911 - Salvador - BA
Brasil
- **Juani Pallares**
Avda. Cataluña 3
43393 Almoester
Tarragona - Espanha
- **Laudir Lemos Machado**
Av. Francisco Machado da Silva 200
CEP 02378 - São Paulo - SP
Brasil
- **Magdalena Ferreira**
Rua San Salvador 2108/001
Montevideo - Uruguai
- **Helio Fernando**
A/C Maria Helena
Escola Ngola Kiluange
Catumbela - Angola
- **Oriovaldo Guimarães de Paula Filho**
Caixa Postal 1719
CEP - 14100 - Ribeirão Preto - SP
Brasil
- **Guido Warken**
Av João Pessoa 90 Bloco 3 Apto 202
CEP 96800 - Santa Cruz do Sul - RS
Brasil
- **Francisco Nilton Teixeira**
Rua Sandra Regina 22
CEP 06300 - Carapicuíba - SP
Brasil
- **Hugo Cesar de Araujo**
Quadra 17 Casa 25 Setor C
Valparaíso I - Luziânia
CEP 77221 - Goiás - GO
Brasil

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Claudia Neiva, Nereida Daudi (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adom/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariantoni (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narain Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric Bellfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selsler (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias. **Colaboradores:** Adérito Gusmão, Dayse Vitoria e Guilhermina Ierecê. **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Sônia Lana Drum, Yara Alexandrino R. C. Menezes, Alfonso César N. F. da Silva. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Programador:** Antonio Carlos S. Aguirre. **Composição:** Luzia A. Neiva e Paulo Rui G. Batista. **Revisão:** Cléa Márcia Soares. **Diretor Administrativo:** Henrique Menezes. **Deptº de Assinaturas e Circulação:** Rafael Peres Borges Filho. Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil - Tels. 222-1370/242-1957/ Assinaturas: 252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:**
Diretor: Neiva Moreira/**Editor:** Procópio Mineiro.
Editor Assistente: Antônio Carlos da Cunha.
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)
Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**
Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul
Diretores: Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio
Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461/ Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina
• **Edição em Inglês:**
Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ile-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Reuters.
ISSN - 0101-7993
Capa: Pedro Toste



Religião

Pela primeira vez comprei um número de **terceiro mundo**, edição 115. Não vou tecer muitos comentários, quero apenas opinar a respeito de um dos artigos: "O cerco à Igreja progressista".

O que a imensa maioria esquece, se não a quase totalidade, é que Deus é amor: historicamente, o amor é identificado com o coração. Só quem não tem coração não pode amar. Se não amar, é melhor devolver o que Deus trabalhou para ele. Deus existe no coração de cada um, e quem faz o que ordena seu coração está obedecendo à vontade divina. Muito raciocínio, para mim, é sinal de oportunismo. Querendo dominar a idéia de Deus, querem dominar todos os fiéis, sejam de que "religião" forem. Matando o povo, querem matar a Deus, novamente. Tanto tentam explicar o que Deus quer, o que Deus é, o que Deus faz, que acabam confundindo e escravizando o verdadeiro fiel, que só deseja ser amigo de Deus e acaba seu inimigo, ao ver que Deus é escravagista, um indiferente, um grande político, um "bom" patrão que não lhe dá condições de sobreviver dignamente.

Eliézer Assaf
Al. C. 40
Vale dos Ipês
Varginha - MG

Consultoria e intercâmbio

A Acecon-Associação Catarinense de Engenharia Consultiva, entidade que congrega as empresas catarinenses de consultoria em diversas áreas da engenharia (transportes, planejamento urbano, saneamento, drenagem, irrigação, ecologia, etc.) e reconhecida como de utilidade pública estadual, serve-se deste expediente para solicitar a V.Sa. e ao prestigioso veículo de comunicação, a nível internacional, **terceiro mundo**, a divulgação do interesse da Acecon de contatar entidades similares e técnicos, de atuação voltada aos campos acima mencionados, para intercâmbio de idéias, experiências, etc., principalmente no que diz respeito à tecnologia alternativa na área de engenharia.

Tem-se observado que os movimentos voltados à introdução de novas técnicas e/ou retorno ao emprego de procedimentos já praticados com sucesso, em outras épocas, tem-se limitado a áreas bastante específicas da engenharia, como, por exemplo, agrônômica e ambiental, não alcançando todo o espectro desta atividade tão importante de infra-estruturação dos estados e países.

Presentemente, as soluções de engenharia de rodovias, aeroportos, portos, irrigação, saneamento, edificações, etc., estão contradas na uti-

lização de metodologias e procedimentos alienígenas, de elevado custo executivo, que não permitem a extensão dos benefícios de uma infra-estrutura adequada a todas as camadas da comunidade.

Entende-se que uma das formas de revisão da tendência vigente encontra-se nas mãos de projetistas, que atuam nos segmentos mencionados, sendo importante para tanto a troca de informações, a nível internacional, quanto ao desempenho de ações e experimentos alternativos.

Para exemplificar algumas das áreas de interesse no intercâmbio de experiências, destacam-se: utilização de matérias-primas locais; métodos de projetos; procedimentos executivos; especificações técnicas.

A Acecon pretende, através do retorno dado pela comunidade técnica nacional e internacional ao intercâmbio solicitado com apoio de **terceiro mundo**, avaliar a possibilidade de realizar, ainda em 1989, o I Encontro Brasileiro de Engenharia Alternativa, evento acalentado há vários anos.

Para contatos, indica-se o seguinte endereço:

Acecon - Associação Catarinense de Engenharia Consultiva
Caixa Postal 1194
CEP: 89.200
Joinville - Santa Catarina



A questão tecnológica é vital para o progresso do Terceiro Mundo

Médicos sem fronteiras

Sou estudante da Faculdade de Medicina de Montevídeu, onde me faltam apenas dois exames para a formatura. Em algumas ocasiões (por notícias de rádio, publicações e também pela edição em espanhol de **terceiro mundo**) tenho tido informações sobre a organização "Médicos sem Fronteiras", a qual organiza pessoal médico disposto a deslocar-se a regiões subdesenvolvidas, que tenham muita necessidade de assistência médica e pouca possibilidade de conseguí-la, ou para zonas de conflito, etc..

Desejo fazer contato com esta organização e peço a colaboração de **terceiro mundo**, para que me indique, se possível, o endereço de "Médicos sem Fronteiras".

Daniel Skuk
Hospital de Clínicas
Av. Itália, s/n
Montevídeu - Uruguai

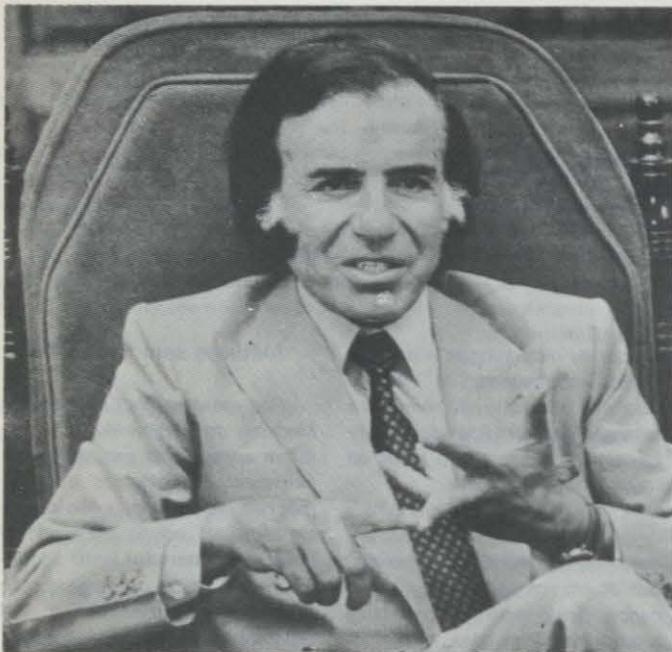
N.R.: Para contatar os "Médicos sem Fronteiras", escreva para: Médicos sans Frontières - 8, Rue Saint Sabin - 75011 Paris - France. O telefone da instituição é 402-12929.

Movimento Negro

Parabéns pela revista que está cada vez melhor. Gostaria de aproveitar a ocasião para solicitar o endereço do Movimento Negro da Baixada Fluminense, pois a matéria sobre o assunto, em **terceiro mundo** nº 116, p. 69, traz apenas o telefone.

Pe. Donald Horasey
Casa Paroquial
47830 - Baianópolis - Bahia

N.R.: Para contatar o Movimento Negro da Baixada Fluminense escreva para: Frei David Raimundo dos Santos - Igreja Matriz - Praça Getúlio Vargas, 1 - CEP: 25520 - São João de Meriti - RJ. O telefone é: (021)751-0804.



Mémen tem a vantagem do apoio da mais forte corrente de opinião

ARGENTINA

O peronismo de volta

A candidatura peronista do governador de La Rioja, Carlos Mémen, traz grandes possibilidades de vitória. Todas as pesquisas de opinião apontam nesse sentido.

Não há dúvida de que, apesar dos vários fatores negativos, entre os quais o governo de Isabelita, com a sinistra "Triple A" do sr. López Rega, o peronismo manteve sua posição de mais forte corrente de opinião no país. E está unido, um fato excepcional, na turbulenta história do grande movimento popular argentino. Desde a direita do Partido Justicialista, os velhos ortodoxos, liderados pelo sindicalista Lorenzo Miguel, até os montoneiros estão apoiando Mémen. Sua plataforma nacionalista e de sentido popular atrai também o apoio de outras cor-

rentes progressistas. Sem dúvida, Mémen desponta como candidato com grande chances de vitória.

Outro fato a seu favor é o desgaste do governo Alfonsín, o fracasso dos seus sucessivos planos econômicos e as frustrações do povo com o não-cumprimento de suas promessas reformistas. O eleitor comum, que sofreu muito recentemente os efeitos das ditaduras militares, crítica Alfonsín pela sua incapacidade em desmantelar o aparato golpista e de renovar, no sentido democrático, os comandos castrenses.

O candidato do Partido Radical, Eduardo Angeloz, está muito ligado a Alfonsín. Beneficia-se do apoio do governo, mas também paga o tributo de sua crescente impopularidade.

PARAGUAI

À espera da democracia

A 3 de fevereiro, a América Latina e o mundo festejaram a queda da ditadura paraguaia, a mais antiga do mundo - durou 35 anos -, encabeçada por Alfredo Stroessner. Derrubado por seu braço direito, o general Andrés Rodríguez, o ex-ditador paraguaio solicitou asilo no Brasil, onde possui terras e importantes negócios.

Como chefe do exército, o novo presidente do Paraguai era o homem forte do regime deposto. De origem humilde, tornou-se milionário e conhecido por sua afeição aos cavalos de corrida. A origem da riqueza do general Rodríguez estaria em negócios ilícitos, e o governo norte-americano o considera vinculado ao tráfico de drogas. O militar - já como presidente - desmentiu a acusação.

As chancelarias de diferentes países europeus e da América Latina coincidiram em manifestar cautela em relação às mudanças ocorridas no Paraguai, mas expressaram esperanças de que, ao, rompida a unidade interna da ditadura, possam surgir condições para a democracia. Na França, oposi-

cionistas no exílio manifestaram ceticismo, quanto aos anunciados propósitos democratizantes do general Rodríguez.

O general apressou-se a marcar para 1º de maio eleição geral, com a qual diz pretender normalizar a vida institucional paraguaia, e já está lançada a sua candidatura à presidência pelo Partido Colorado, o único permitido durante a ditadura de Stroessner. Mas, a oposição exige adiamento do pleito, alegando, não sem razão, que, depois de 35 anos de ditadura, é impossível organizar uma eleição livre e limpa no prazo de três meses.

O movimento denominado Diálogo Nacional, que agrupa partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais de oposição à ditadura, manifestou pessimismo pela negativa do governo em marcar outra data. A realização do pleito, em 1º de maio, beneficia o Partido Colorado, o único estruturado em todo o país. "O panorama se torna escuro e se desvanecem as esperanças que tínhamos até ontem", disse Domingo Laino, principal líder da oposição.



Após a derrubada de Stroessner, paraguaios pedem democracia real

URUGUAI

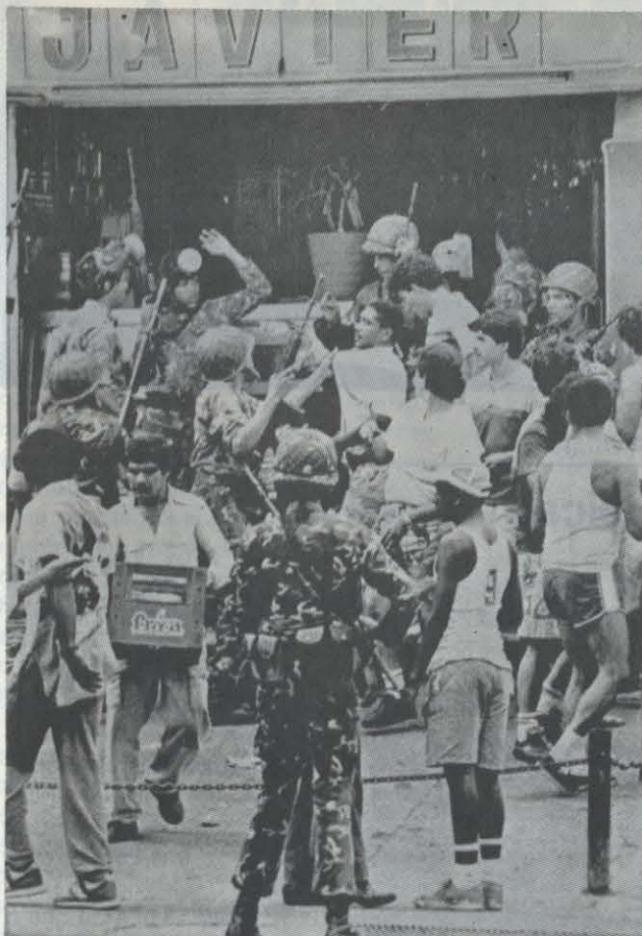
Elogios ao plebiscito

Familiares de desaparecidos uruguaios integrantes da Federação Latino-americana de Familiares de Desaparecidos (Federam), convidados por entidades de defesa dos direitos humanos da Europa, visitaram a França, a Itália, a Suíça e a Holanda. Em todos esses países, foram recebidos por parlamentares, chancelarias e organizações não-governamentais, as quais destacaram a importância, não só para o Uruguai, mas para toda a América Latina do referendo que se realizará a 16 de abril próximo.

"As personalidades, com as quais conversamos, coincidiram em enfatizar o caráter exemplar e original do plebiscito urguai, o primeiro desse tipo feito tanto na América Latina, como no mundo", declararam Sara Méndez e María Esther Gatti, integrantes da delegação.

Como se sabe, o plebiscito foi uma iniciativa de familiares de desaparecidos e dirigentes políticos, que durante um ano recolheram mais de 600 mil assinaturas, 25% do colégio eleitoral do país, para cumprir o requisito exigido pela Constituição e assim poder submeter a Lei de Caducidade à consulta popular.

A cotada lei, de iniciativa do Executivo e votada no Parlamento em dezembro de 1986, anula a possibilidade de submeter a julgamento os militares acusados de violações aos direitos humanos, durante a ditadura. Se o plebiscito decidir pela revogação da lei, os julgamentos poderão ser reiniciados.



Caracas: rebelião e saques contra arrocho pelo FMI e credores

VENEZUELA

Na força da dívida

Criar uma agência internacional, constituída pelo Fundo Monetário Internacional-FMI e Banco Mundial, para comprar dos bancos comerciais, com desconto, a dívida externa da América Latina, repassando-a aos países endividados, em troca de bônus, sem risco e com prazos de pagamentos bastante amplos, até mesmo indefinidos. Essa idéia, defendida originalmente pelo presidente do American Express International, James Robinson III, foi apresentada, na Suíça, no Fórum Econômico Mundial, pelo presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez.

Ele justificou a proposta, informando que a América

Latina transferiu para o exterior, nos últimos cinco anos, 180 bilhões de dólares, o equivalente a uma tributação diária de cem milhões de dólares. O objetivo da agência, segundo Perez, é o crescimento dos países endividados. "Os Estados Unidos", disse o presidente venezuelano, "devem somar-se a outras nações industrializadas e aos devedores, para a elaboração de um plano global, integrado, que ponha fim ao círculo vicioso da dívida e da paralisação do desenvolvimento".

A idéia foi recebida com ceticismo pelos banqueiros internacionais, que a consideraram uma saída muito fácil para os países que con-

traíram suas dívidas de forma irresponsável. Com uma dívida de 32 bilhões de dólares, a Venezuela é o quarto maior devedor da América Latina, depois do Brasil, México e Argentina. Os quatro países são responsáveis por 75% da dívida do continente latino-americano.

Menos de uma semana depois desse pronunciamento, Pérez, já então em Caracas, era a figura central de grande movimentação política e econômica, proporcionada pelos 24 chefes de Estado e de governo, cinco ministros da Organização dos Países Produtores de Petróleo-Opep e 35 presidentes, além de chanceleres e membros da Comissão Sul-Sul e do Sistema Econômico Latino-Americano-Sela, que foram à Venezuela para assistir a sua posse na presidência daquele país.

Caracas foi de repente transformada num verdadeiro fórum terceiro-mundista, com a presença, inclusive, do primeiro-ministro cubano Fidel Castro, quando se debateram as diversas alternativas do país devedores, frente aos seus compromissos com o mercado financeiro internacional e à necessidade de estancarem a sangria de recursos para o exterior.

Os países latino-americanos firmaram compromisso face à importância estratégica de se fortalecer o Sela, o maior fórum de consulta e cooperação regional. O ato foi de grande significação porque se deu no momento em que o Sela prepara as bases para um proposta global sobre a dívida externa dos países da América Latina, que devem hoje em torno de 420 bilhões de dólares.

PERU

Direita mata

O comando paramilitar Rodrigo Franco, grupo de extrema-direita que age como esquadrão da morte, assumiu a morte do secretário-geral da Federação Nacional dos Mineiros e Metalúrgicos do Peru, Saul Cantoral Huamani, assassinado com seis tiros de pistola calibre 9 milímetros, de uso exclusivo do Exército e Marinha daquele país. A 10 metros do corpo de Cantoral, foi encontrado o cadáver de uma mulher não-identificada, de cerca de 25 anos, supostamente atropelada pelos assassinos do dirigente dos trabalhadores. Este esquadrão da morte surgiu ano passado e já se responsabilizou por várias mortes de líderes de esquerda, além de vir fazendo ameaças contra jornalistas e políticos.

Cantoral, trabalhador da estatal Herroperu, foi eleito secretário-geral da federação há três anos, quando teve seu nome indicado também para cargo idêntico, na esquerdista Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, a maior central sindical do país. No ano passado, ele comandou duas prolongadas greves, que paralisaram o setor de mineração durante três meses, causando prejuízos de 400 milhões de dólares (cerca de 15% da receita de divisas do país), com a queda das exportações. As greves terminaram com a assinatura de um acordo, que reconheceu o direito dos mineiros negociarem um pacto coletivo.



Noriega apresenta Carlos Duque (C) para presidente e Ramon Sieiro (E) e Aquilino Boyd (D) para 1º e 2º vices

PANAMÁ

Eleição decisiva

Eleição muito importante, a do Panamá, que se realiza a 7 de maio. Depois da campanha do governo Reagan contra o governo panamenho e o comandante da Guarda Nacional, general Manuel Noriega, essa eleição assumiu significado ainda maior.

O Partido Revolucionário Democrata (PRD), herdeiro do legado ideológico e político do general Omar Torrijos e da sua brava luta contra a ocupação do Canal, encabeça uma coligação de oito partidos, denominada Coligação para a Libertação Nacional-Colina, que é apoiada pelas organizações populares e todas as centrais sindicais. Seu candidato é o presidente do PRD, Carlos Duque.

A oposição direita se dividiu em dois grupos. O primeiro é a chamada Aliança Democrática de Oposição (ADO), liderada pelo Partido Democrata Cristão, com Guillermo Endorsa como candidato. Essa coalizão é apoiada pela direita empresarial, opõe-se às idéias progressistas do torrijismo e tem conhecidas ligações com os Estados Unidos, fazendo o seu jogo na questão do Canal.

O segundo grupo da direita é o Partido Panamenho Autêntico (PPA), cujo líder,

Arnulfo Arias, faleceu ano passado e combateu sempre o general Torrijos. Também se opõe às idéias progressistas do PRD. Até 1988, integrou a ADO, da qual se separou por considerá-la demasiadamente submetida às pressões norte-americanas e, sobretudo, por ter solicitado a intervenção dos Estados Unidos no Panamá.

A expectativa é de que o partido de Torrijos vencerá. E um dos sintomas de que Washington espera essa vitória é que, apesar da liberdade democrática que o governo vem assegurando à campanha eleitoral, há portavozes norte-americanos falando em fraude, antes mesmo que as eleições se realizem.

O chefe do comando geral do exército norte-americano, general Fred Woerner, instalado arbitrariamente no Panamá, contra a vontade do país e do povo, já advertiu, falando aos empresários, que Washington só reconhecerá a vitória da ADO, ou seja, a oposição de direita.

Os panamenhos têm uma consolidada experiência no trato com os Estados Unidos, conhecem bem sua truculência e pagam um alto preço por sua ingerência nos negócios internos. Seguramente, não precisarão de fraudes para, novamente,

dizer não ao intervencionismo yanque no seu país e eleger um presidente que não seja um títere da Casa Branca.

BOLÍVIA

Chances da esquerda

Este ano está repleto de eleições importantes, em diferentes países da América Latina inclusive, as de novembro, no Uruguai e Brasil. No dia 7 de maio, os bolivianos e panamenhos vão às urnas. No dia 14, será a vez dos argentinos. Uma característica comum a essas três eleições é que elas apresentam partidos populares, que congregam a esquerda, disputando os votos com boas condições de vitória.

Na Bolívia, há três chapas que dividem a preferência eleitoral. O Movimento de Izquierda Revolucionária-MIR vai às urnas com o seu líder máximo Jayme Paz Zamora. O seu vice é o chanceler Gustavo Fernandez. Outra candidatura de esquerda é a de Antonio Arariban, que tem como vice o líder sindical Walter Delgobillo. Eles concorrem pela Izquierda Unida-IU, que, em parte, é uma dissidência do MIR. Se os dois grupos estivessem unidos em torno da candidatura de Zamora, tornariam maiores as possibili-

AMÉRICA CENTRAL

Um plano para a paz

dades de vitória do MIR, que, apesar disto, figura nas pesquisas em posição muito favorável.

A fórmula Gonsalo Sanchez de Losada-Walter Guevara Arce foi lançada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR, cujo líder histórico é o atual presidente boliviano, Victor Paz Estenssoro. Apesar do natural desgaste do governo, o MNR é um partido bem-estruturado, que conta em seu favor, com uma história de mais de meio século de lutas democráticas. No seu atual contexto, o MNR ocupa posição de centro, que alguns dos seus dirigentes consideram como sendo centro-esquerda.

Na direita, estão o general Hugo Banzer e seu partido, o Ação Democrática Nacionalista-ADN. Banzer é, mais uma vez, candidato à presidência, com um deputado do Partido Demócrata Cristão-PDC, como vice.

Banzer conta a seu favor com um fenômeno muito corrente na América Latina: divisão da esquerda. Na Bolívia, o segundo turno é no Congresso. A esperança da ADN é que, se Banzer chegar até lá, terá os votos do setor mais direitista do partido de Paz Estenssoro. As eleições passadas foram decididas na instância parlamentar e, para a vitória de Paz, foi decisivo o apoio do MIR. Hoje, alguns miristas contam que, se a situação se repete com Paz Zamora bem colocado, disputando com Banzer, será ele e não o candidato da ADN que terá os votos do MNR.

Um fato relevante: depois de 201 golpes de Estado, a Bolívia parece ter entrado numa etapa de consolidação democrática.

Reunidos, em El Salvador, no balneário Costa del Sol, dias 13 e 14 de fevereiro, os presidentes de cinco países da América Central concordaram em implementar um plano para evacuar os *contras* instalados no território hondurenho, numa ação que terminará de dismantelar os grupos armados de oposição ao governo da Nicarágua. O número de efetivos militares anti-sandinistas em Honduras é estimado em 11.000 homens.

Segundo o entendimento, os cinco países estabelecerão, num prazo de 90 dias, os mecanismos para retirar de Honduras os membros da "Resistência Nicaraguense" (RN), sob o patrocínio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (Acnur) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

O plano estabelece condições para que os *contras* possam optar por regressar à Nicarágua - com ajuda econômica desses organismos internacionais - ou dirigir-se a terceiros países. O governo de Manágua, pelo seu lado, compromete-se a liberar de imediato os prisioneiros de guerra, cuja soltura seja recomendada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), e a permitir aos grupos opositores o acesso aos meios de comunicação, durante a campanha eleitoral.

Os cinco governos ratificaram as cláusulas do Tratado de Esquipulas II, que estabelecem o fim de toda ajuda aos grupos insurgentes que operam na região, exceto a de caráter humani-

tário, tal como o prevêem os acordos de agosto de 1987.

Em Washington, o presidente norte-americano George Bush disse que o acordo assinado pelos presidentes centro-americanos é "positivo" mas tem elementos "problemáticos" e acrescentou não pretender abandonar os grupos armados anti-sandinistas. Em comentário sobre os resultados da reunião presidencial, o analista político norte-

americano William Longfellow assistiu à reunião na qualidade de observador.

O Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, disse que "ainda que se necessite muito esforço para conseguir todas as metas do acordo da Guatemala para pacificar a região, a renovada vontade política, refletida no acordo de El Salvador, é um sinal promissor que deve receber o firme apoio da comunidade internacional".

O encontro de El Salvador conseguiu, efetivamente, reativar as estagnadas



Azcona, Arias, Duarte, Cerezo e Ortega: um passo à frente

americano William Longfellow - diretor do Centro para a Política Internacional, de Washington - concluiu que "com a assinatura dos acordos, os presidentes centro-americanos estão dizendo aos Estados Unidos que se encarreguem do desarmamento e recolocação dos *contras*". E, completou: "Entre os participantes existe a noção de que os *contras* estão acabados e que agora cabe a seu patrão, os Estados Unidos, coordena-

negociações de paz, contempladas no acordo que os cinco mandatários assinaram em 7 de agosto de 87, na Guatemala. Poucos dias antes da última reunião de presidentes, os chanceleres da região se reuniram com Pérez de Cuellar e estabeleceram que uma missão técnica da ONU prepare, conjuntamente com os centro-americanos, os mecanismos de verificação dos compromissos de segurança acertados no plano de paz.



Arafat e Shevardnadze: Moscou faz mediação no Oriente Médio

ORIENTE MÉDIO

Plano soviético

O mês de fevereiro registrou intensa atividade diplomática em relação ao conflito do Oriente Médio. Um dos mais importantes foi a viagem do chanceler soviético Eduard Shevardnadze por vários países da região. O principal objetivo da visita de Shevardnadze foi submeter à apreciação dos dirigentes árabes e do governo israelense o plano de paz elaborado pela União Soviética, propondo a rápida realização de uma conferência internacional para discutir a questão palestina.

Para os soviéticos, a solução da crise do Oriente requer a participação do Conselho de Segurança da ONU e de todas as partes envolvidas no conflito. Shevardnadze reuniu-se no Cairo, com o dirigente da OLP, Yasser Arafat, e com o ministro das Relações Exteriores de Israel, Moshe Arens. O chanceler soviético afirmou ter chegado a um acordo com vários dirigentes árabes, entre eles, com o rei Hussein da Jordânia e com o presidente egípcio Hosni Mubarak, sobre o período preparatório que antecederia a conferência internacional de paz, que não excederia a nove meses.

O chefe da diplomacia soviética afirmou que existem alguns pontos de acor-

do entre a proposta de seu país e os projetos da Casa Branca.

O presidente egípcio, por seu lado, exortou os árabes à unidade. Mubarak disse que é certo e desejável que o presidente norte-americano George Bush assumira uma posição mais agressiva em relação ao Oriente Médio (Bush criticou a viagem de Shevardnadze), mas ressaltou que "também nós, os árabes, temos uma função muito importante a cumprir. Não podemos deixar todo o processo para as grandes potências. Os árabes não podem ser espectadores neste processo. Mas, ainda estamos divididos", assinalou.

Em Jerusalém, dois especialistas da universidade hebraica, os doutores Yitzhak Klein e Yoel Peters, afirmaram que "com exceção de Israel, toda a comunidade internacional chegou à conclusão de que a OLP será a representante oficial do povo da Palestina nas futuras negociações de paz". Essas declarações coincidiram com a entrevista entre Moshe Arens e o chanceler soviético no Egito, ocasião na qual, porém, o dirigente israelense insistiu que "Israel mantém firme sua decisão de não negociar com a OLP".

PANORAMA TRICONTINENTAL

AGREB

Unidade regional

Está lançada a base para uma nova comunidade econômica, tipo Mercado Comum Europeu; trata-se do Magreb Árabe. Cinco nações constituem a região: Marrocos, Argélia, Líbia, Mauritânia e Tunísia, cujos líderes, respectivamente, Rei Hassan II, Chadli Benjedid, Muammar Kadafi, Maaquiya Sid Ahmed Taya e Zaine El-Abidine Ben Ali, firmaram documento, em Marrakesh, estabelecendo a unidade regional. Kadafi sugeriu ampliar a aliança, incluindo Mali, Nigéria, Chade e Sudão.

A minuta do tratado, preparada pela Tunísia, propôs a constituição de uma secretaria, com dois representantes de cada Estado membro. Além disso, a comunidade, que contaria com a participação direta dos próprios chefes de governo dos países constituintes, teria um sistema presidencial rotativo.

FESTIVAL

Cinema africano

O "Espaço" é o mais importante festival de cinema do continente africano. Realiza-se anualmente em Ouagadougou, capital de Burquina Faso.

A luta contra o colonialismo foi o tema vitorioso no festival. "Herança da África", o filme que ganhou o primeiro prêmio, evoca o tempo colonial em Gana, antiga Costa do Ouro, possessão

inglesa. Seu realizador foi Kwah Hansah que recebeu um troféu, prêmio pela primeira vez concedido a um país africano de língua inglesa.

Causou também sucesso o primeiro longa-metragem do realizador de Guiné-Bissau, Flora Gomes. O filme tem como tema a luta armada de libertação nacional e dá um destaque especial ao papel da mulher, o que lhe valeu o prêmio "Fise-Unicef".

Apesar das dificuldades de financiamento, dos problemas técnicos e de mercado, o cinema africano faz progressos, como o revelou o festival de Burquina Faso.

ARGÉLIA

Nova constituição

Em plebiscito, convocado pelo presidente Chadli Benjedid, os argelinos aprovaram, por maioria absoluta (73,43% dos eleitores), a mudança da Constituição do país.

Ao comentar o resultado do referendo popular, o ministro do Interior, Bubaker Belkaïd, disse que foi a confirmação do amadurecimento do argelino, diante a evolução da sociedade. "A nova Constituição", assinalou ele, "permitirá à Argélia consolidar posição entre as nações progressistas. Queremos concretizar nossas esperanças e aspirações democráticas, assegurar as liberdades públicas e individuais, e estabelecer a soberania da lei, e para isso era necessário o voto afirmativo, como de fato ocorreu".

Segundo o ministro, a nova Constituição deverá



Benjedid: mudanças em curso

expressar claramente que o povo é a fonte de todo o poder, que a soberania e as instituições constituintes lhes pertencem. Expressará também que a soberania popular será exercida com toda a liberdade, pelo voto direto e por seus legítimos representantes parlamentares.

Os próximos passos da abertura política do presidente Benjedid deverão incluir um código eleitoral, que regulamente as eleições legislativas; um código de informação, que permita a edição de publicações de opinião, e um código que regule a legalização de futuros partidos políticos.

EL SALVADOR

FMLN e os partidos

Dirigentes de oito partidos políticos de El Salvador conversaram com os principais líderes do movimento guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em reunião na cidade mexicana de Oaxtepec.

Entre os representantes dos partidos encontravam-se dirigentes do partido do governo, Partido Democrata-Cristão, da Aliança Repu-

blicana (de ultradireita) e da Convergência Democrática, de centro-esquerda.

No final da reunião, as agrupações políticas disseram que o encontro foi mais um exemplo do desejo de "alcançar a paz no país". A declaração não se manifestou, no entanto, sobre a reiterada posição da FMLN, de adiar as eleições presidenciais de 19 de março para 15 de setembro deste ano, proposta rejeitada pelo governo e as forças armadas de El Salvador.

No entanto, ainda que formalmente tenham desaprovado, havia receptividade à proposta. No dia 27 de fe-



El Salvador: manifestação pede flexibilidade do governo para a paz

vereiro o governo convocou a FMLN para iniciar imediatamente conversações, na Guatemala. Através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente Napoleón Duarte assentiu em transferir a data das eleições presidenciais, principal reivindicação guerrilheira.

Mas, em lugar de setembro, propôs 30 de abril. A razão seria seu precário estado de saúde (Duarte sofre de câncer em estágio final). Porta-vozes da presidência afirmaram, no entanto, que o chefe de Estado admite negociar este prazo até o limite de 1º de julho, quando cessa seu mandato presi-

dencial de cinco anos. Se não houver acordo, Duarte pode convocar um plebiscito, para alterar a Constituição e fixar nova data para as eleições. O presidente convidou o parlamento a participar das negociações e solicitou a todos os partidos políticos a enviar observadores.

O governo consentiu em negociar com a FMLN, porque a guerrilha já controla dois terços do país e porque os onerosos recursos destinados às forças armadas, para as operações de contra-insurgência, minaram a economia. A estimativa é de que 60% da mão-de-obra

estão desempregados, a maior parte no campo. Isso levou o país a uma situação precária: hoje El Salvador é totalmente dependente da ajuda norte-americana, calculada em um milhão de dólares diários.

Pelo seu lado, a guerrilha, que mobiliza cerca de 20 mil combatentes, há bastante tempo tenta uma negociação com o governo para ampliar sua participação na vida política do país. A FMLN sabe que tem poder de fogo e presença suficientes para impedir que o governo a destrua, mas isso não lhe garante a vitória militar.

ÍNDIA

Vidas baratas

A revolta dominou os defensores das vítimas do desastre ambiental de Bopal, após a decisão da Suprema Corte da Índia, que condenou a multinacional norte-americana Union Carbide a pagar 470 milhões de dólares de indenização às famílias dos três mil e trezentos mortos e às milhares de outras pessoas contaminadas pelos gases altamente venenosos que se desprenderam da indústria, em 3 de dezembro de 1984. Desde então, tiveram início as batalhas judiciais nos Estados Unidos e na Índia, para definir a indenização devida pela empresa. Na demanda original, junto à Corte norte-americana, o governo da Índia pediu três bilhões de dólares. Há quatro anos, foi rejeitada a oferta de 500 milhões de dólares, feita pela Union Carbide. O que se estranha é que, agora, a decisão da Corte tenha sido imediatamente aceita pelo governo, que, por uma lei especial de 1985, assumiu o monopólio da representação legal das vítimas do acidente.

O cineasta Tapan Bose, autor do documentário sobre o assunto, "Muito além do genocídio", e cuja projeção continua proibida na Índia, afirmou que o governo, ao aceitar a decisão, está dizendo que "qualquer multinacional pode vir aqui, produzir substâncias perigosas em condições precárias, matar pessoas e seguir adiante, pagando uma miséria".



ANGOLA

A PAZ ARMADA

A visita do presidente José Sarney a Angola foi, para muitos brasileiros, um momento privilegiado de reflexão sobre o instante que vive o país africano, que sai de uma guerra promovida, por 13 anos, pela agressividade racista da África do Sul.

Os acordos de paz – que incluem a independência da Namíbia, por mais de 70 anos ocupada ilegalmente pelo regime sul-africano – constituem tão só uma promessa de tranquilidade. A experiência demonstra que a minoria branca e belicosa, que detém o poder em Pretória, estará sempre pronta à agressão, instrumento a que recorre na tentativa de impor uma hegemonia regional que já não corresponde à realidade e que se tornou impossível de sustentar pelas armas, como demonstrou a derrota ante as forças angolanas, apoiadas por tropas internacionalistas cubanas.

Este período de paz armada é a primeira oportunidade do povo angolano, após 13 anos de independência, para buscar o desenvolvimento, sem a pressão econômica, social e financeira da guerra.

Esta reportagem especial sobre Angola reflete as preocupações e os projetos do país para o futuro imediato, no qual, como acentua o presidente José Eduardo dos Santos na entrevista a **terceiro mundo**, deve estar presente a cooperação brasileira, como decorrência natural do reconhecimento de que “entre o Brasil e Angola existem, para além da língua comum, vivências históricas fundamentais e um substrato étnico que conduzem a um perfeito entendimento entre os dois povos”.



Os desafios do ainda incerto pós-guerra

Os angolanos vivem uma etapa decisiva que exige capacitação política, maior eficácia nos métodos de gestão e dinamização do aparelho do Estado. Há especial interesse pela cooperação brasileira

Neiva Moreira

Não encontro em Luanda, um só dirigente político que considere a guerra já terminada. Essa cautela se reflete na entrevista que nos concedeu o presidente José Eduardo dos Santos e encontramos a mesma nos gabinetes e nas ruas. Todos são reticentes. Quando coloco o problema a Pinto João, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Comitê Central do MPLA, ele me dirige um olhar enigmático e em seguida pergunta ceticamente: "E já acabou?"

Não falo sobre a guerrilha da Unita, mas da guerra em si mesma, travada inicialmente contra o exército do Zaire e da África do Sul e, nos últimos anos, com as forças armadas sul-africanas. Sobre a guerrilha não há maiores preocupações militares. A opinião dominante é que está sendo atacada eficazmente em duas frentes: politicamente, com a anistia concedida pelo governo, progressivamente aceita; militarmente, pela possibilidade que tem agora o exército de dedicar-se prioritariamente às operações antiguerrilheiras. Ainda não haviam silenciado os canhões no sul e já as forças armadas realizavam um seminário para adequar seus efetivos, ou parte deles, à luta antiguerrilheira. E nisso os angolanos têm um *know-how* que vem de longe.

Não há também maior confiança de que a Unita tenha perdido os seus apoios externos. Nem bem se havia instalado na Casa Branca, o sr. Bush já anunciava que o seu governo continuaria dando dinheiro a esse grupo. Quinze milhões de dólares confessados, mas, que essa é apenas a soma "legal". A outra, que não figura nos registros oficiais, é significativamente maior.

Não há certeza de que a África do Sul



Desde a independência, Angola vive o primeiro período de paz

cumpra com dois requisitos decisivos para a paz na África Austral: respeitar os acordos que devem levar a Namíbia à independência e cessar o apoio à Unita. Em ambos os campos, os sul-africanos manobram. Estão fazendo tudo para boicotar as eleições livres que, em novembro próximo, pelos acordos de paz, devem assegurar a independência da Namíbia, e continuam dando todo apoio logístico aos grupos fantoches.

De qualquer modo, apesar das incertezas, há no seio do povo angolano um sentimento de maior segurança e de certo desafogo, depois de um quarto de século de guerra, primeiro contra o colonialismo e depois pela defesa da independência.

Angola pagou por essa guerra um preço demasiadamente alto: um número muito elevado de mortes, cinquenta mil amputados, milhares de crianças órfãs, um milhão de refugiados e deslocados, milhares de escolas, hospitais, centros de saúde, fábricas, empresas comerciais e agrícolas, pontes e

outras obras públicas destruídas, 20 bilhões de dólares de prejuízos materiais.

Nas ruas de Luanda, e sobretudo em Viana, uma localidade a algumas dezenas de quilômetros da capital, os mutilados de guerra são uma presença constante. E os casos mais graves não estão ali, mas em tratamento nos hospitais de várias cidades européias, principalmente Belgrado.

Os desafios do pós-guerra

O partido e o Estado se preparam agora para fazer frente à multiplicidade dos problemas que se acumularam na descolonização e na recente etapa da guerra e estão explodindo no pós-guerra.

Não são somente os desafios do cotidiano: reorganizar o abastecimento, normalizar o fluxo nos meios de transporte e comunicação, multiplicar escolas e postos médicos, reativar a produção agrícola, cobrir um grande déficit habitacional, que se agravou nos últimos anos de guerra.

Há questões políticas e diplomáticas que ocupam prioritariamente as atenções do partido e do governo. A mais crucial de todas é relativa à independência da Namíbia. Numa conduta rara nos tempos que correm, os angolanos enfrentaram uma guerra, cumprindo o compromisso histórico de sustentar a independência dessa nação ocupada há 70 anos pelos sul-africanos. O reconhe-

cimento do direito dos namibianos à autodeterminação é vital à África como um todo, embora alguns países – em número felizmente reduzido – não o reconheçam, enquanto outros o entendem, mas assumem uma posição meramente retórica frente à agressão dos racistas de Pretória.

O governo angolano considera os acordos de Brazzaville e Nova Iorque não uma renúncia à luta em favor da independência da Namíbia, mas uma via diplomática, para que se alcance esse

tido em que o cessar-fogo no sul visa à independência da Namíbia e essa conquista será um passo decisivo na luta contra o *apartheid*. Nesse contexto, asseguram que o apoio aos combatentes sul-africanos organizados no Congresso Nacional Africano (CNA) deve continuar ou mesmo ser incrementado.

A nova realidade que vive o país impõe um ritmo dinâmico e criativo à diplomacia angolana. A revisão de relações econômicas de governo a governo com o campo capitalista e organismos

bretudo quando, com a saída dos valiosos quadros cubanos que se segue aos acordos de paz, o país deve recompor sua máquina administrativa.

O novo clima

Quando os *boers* sul-africanos assediavam o país e infiltravam seus agentes pelo interior, a discussão dos problemas cedia lugar à unidade do povo e as exigências tinham um parâmetro: a prioridade da defesa do país.



A reconstrução na agricultura é das tarefas mais urgentes, para expandir a produção alimentar e de exportação afetada pela guerra

objetivo, que só foi possível em consequência do fracasso militar da África do Sul na sua agressão a Angola.

Intervindo em Addis-Ababa, na 49ª sessão ordinária do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (OUA), o chanceler angolano, Pedro de Castro Van-Dunem, "Loy", exortou o continente africano a incrementar sua ajuda diplomática e material à Swapo, "nesta etapa decisiva da luta pela independência da Namíbia".

Seu alerta foi muito claro: "Impõe-se, disse o ministro, que a África esteja à altura dos sacrifícios consentidos pelos povos da África Austral". E foi ao cerne do problema: "A independência da Namíbia não resolverá por si só a questão da paz na África Austral. O regime do *apartheid* é o único responsável pelo clima de instabilidade existente, e só a sua eliminação proporcionará aos países da região a paz que tanto almejam".

As autoridades angolanas têm insis-

internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Mercado Comum Europeu; o desenvolvimento das relações históricas com os países socialistas e as nações africanas, tudo isso requer um "aggiornamento" da máquina do Estado e na organização do partido.

A tarefa de realizar, no contexto de um Estado socialista, uma abertura à colaboração estrangeira e, em certa medida à iniciativa privada interna, exige capacitação política e renovação de métodos de gestão, que conciliem os princípios ideológicos com essa nova *praxis* econômica. O debate que se trava a nível do partido e da Assembléia Nacional, presidida por Lúcio Lara, fornece ao governo elementos para suas decisões, partindo da base de que a coerência com as idéias e os princípios da revolução angolana condiciona todo esforço renovador.

É, sem dúvida, um momento decisivo esse que está vivendo Angola, so-

Hoje, embora as dúvidas sobre a posição futura da África do Sul e dos Estados Unidos persistam e as sabotagens dos seus agentes continuem, as tropas estrangeiras evacuaram o país, as grandes operações de guerra cessaram e o governo começa a voltar-se prioritariamente para a administração interna. O grau de exigência e reivindicação aumenta e também a intolerância com os erros e deficiências. O nível da insatisfação cresce e se reflete nas preocupações dos que têm a responsabilidade da condução política governamental.

É por isso que o MPLA tomou a decisão de dinamizar a discussão política. O país passou a viver um novo clima. Luanda é um ferredouro de reuniões das estruturas do partido, de seminários técnicos, de cursos de capacitação profissional.

No campo das relações econômicas externas, o termômetro dessa etapa de reconstrução é o Méridien-Presidente que, de quartel cubano no auge da

guerra, se transformou em um moderno hotel de cinco estrelas à beira da encantadora baía de Luanda.

O mais difícil hoje é conseguir vaga nesse e em outros hotéis da capital, mesmo os menos confortáveis. É comum encontrar nos seus saguões tripulações das empresas aéreas que esperam alojamento. O presidente me recordou o hotel Orbis, de Varsóvia, na época da reconstrução da capital polonesa. Muitos idiomas, vendedores e técnicos de diferentes países, agora com os computadores pessoais acionados nas mesas de café da manhã.

O mais típico da temporada: os portugueses estão de volta. Aliás, sustentei sempre a tese de que a maioria dos portugueses que abandonou Angola saiu, não porque o novo governo os tenha obrigado, mas tangidos pela guerra que envolvia a todos. Como exigir, por exemplo, que os moradores do terceiro andar de um edifício da então Avenida Brasil (hoje Avenida dos Mártires) permanecesse ali com as milícias do MPLA desalojando a bala grupos da FNLA ou da Unita, instalados no quarto ou no quinto pavimentos? E essa era uma si-

tuação comum naqueles dias difíceis, que me coube viver como jornalista.

No ano passado, os portugueses estiveram na ponta do intercâmbio comercial, que eles esperam cresça muito, com a entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu.

O capital estrangeiro

Mas não só os antigos colonizadores. Espanhóis, italianos, franceses, japoneses, alemães orientais, com suas pastas e os seus catálogos, se agitam nas antessalas dos gabinetes ministeriais.

Dois importantes eventos dominaram o interesse estrangeiro nos últimos dias de janeiro: a reunião do Conselho de Ministros da SADCC - Conferência de Coordenação da África Austral - preidida pelo vice-primeiro-ministro e ministro do Planejamento de Botsuana, Peter Mnusi, e uma conferência especial sobre o Corredor de Lobito. Essa reunião foi um êxito. O governo angolano assumia as responsabilidades que lhe foram atribuídas pelo Conselho de Ministros da Coordenação da África Austral de recuperar a estrada de ferro de

Benguela, de vital importância para a região. No último ano de funcionamento pleno (1973-74), mais de três milhões de toneladas procedentes do Zaire e de Zâmbia foram exportados por essa ferrovia através de Lobito.

Por sua importância econômica e por assegurar, em matéria de transportes, um elevado grau de independência em relação à África do Sul, é que os sul-africanos, com os seus próprios soldados ou através da Unita, realizam uma sistemática sabotagem da estrada. Espera-se que, com as novas condições políticas criadas pelos acordos de Brazzaville e Nova Iorque, seja possível conseguir garantias internacionais ao funcionamento da ferrovia.

O projeto global sobre o Corredor de Lobito, na ordem de 575 milhões de dólares com um prazo de 10 anos, compreende, além de modernização da ferrovia e do porto de Lobito, obras de infra-estrutura nos setores de telecomunicações, saúde, habitação, formação profissional e outros.

O governo angolano criou uma empresa estatal que será detentora do patrimônio do C.F.B., e outra que se encarregará da reorganização e gestão da estrada. Esta última está aberta à participação estrangeira, particularmente da Société General de Belgique, que é a atual concessionária da ferrovia. O projeto foi bem recebido e os financiamentos estão assegurados.

Uma das medidas relacionadas com a reconstrução do país foi a regulamentação do ingresso de capital estrangeiro, seja na forma de empréstimos ou através de *joint-ventures* com empresas angolanas. Recentemente, foi criado o Gabinete do Investimento Estrangeiro, que assegura a execução da política do Estado nesse campo.

É uma luta decisiva que se trava em muitas frentes, sem que o país se descuide de sua defesa. Um audacioso projeto de reconstrução nacional e modernização do país, com apoio internacional, mas sob a proteção dos soldados que destruíram em Cuito Cuanavale o mito da invencibilidade sul-africana. A velha história da paz armada se repete.

Que papel está reservado ao Brasil, nesse projeto angolano de reconstrução econômica e modernização do país? ●



O empenho ideológico é uma das exigências do novo momento para os angolanos

SARNEY EM LUANDA

Repelir a escamoteação



A visita do presidente brasileiro a Angola teve o objetivo de dar novo impulso ao relacionamento entre os dois povos e frisar o sentido político do encontro

Os presidentes José Sarney e José Eduardo dos Santos, os ministros Abreu Sodré e Pedro Van Du-nem e o secretário da Assembléia do Povo, Lúcio Lara, na solenidade de assinatura dos novos tratados.

O primeiro embaixador da República Popular de Angola em Brasília, Francisco Romão de Oliveira e Silva, é um veterano do MPLA, com ampla experiência na administração interna do seu país (foi comissário político de Luanda – prefeito municipal – com a independência) e na diplomacia (embaixador em Belgrado). Desde que chegou ao Brasil, atua em dois sentidos: conhecer bem o país e ampliar as relações angolano-brasileiras.

Inúmeras iniciativas – seminários, entrevistas e reuniões nas associações de classe – foram concretizadas para melhorar o conhecimento das possibilidades comerciais entre os dois países. “Como vamos para Angola, se a guerra continua?”, perguntou ao embaixador um empresário paulista, em reunião no hotel Maksoud. “A guerra vai terminar, hoje ou amanhã. Angola continuará in-

dependente e suas possibilidades econômicas só tendem a crescer. A cooperação brasileira poderá ter um papel importante no nosso esforço de reconstrução”, respondeu o diplomata angolano.

De forma pioneira, algumas empresas brasileiras não esperaram pelo fim da guerra e hoje estão realizando projetos importantes em Angola. Uma delas é a Petrobrás, que participa da exploração do petróleo angolano. Angola exportou até agora 20 mil barris diários de petróleo para o Brasil, volume que subirá para 30 mil, com a aplicação de recente acordo comercial. Também a concessão de áreas de exploração petrolífera à estatal brasileira aumentará em função desses acordos, negociados com a participação do seu diretor Wagner Freire.

Outra empresa que realiza uma obra

de vulto em Angola é a Odebrecht. A represa de Capanda é fruto de uma paciente e meticulosa negociação, que se desdobrou por alguns anos. Sendo um consórcio com dois países socialistas, Angola e União Soviética, é de imaginar-se os problemas e as suspiciões que seus organizadores tiveram de superar. “Confiamos sempre na seriedade dos nossos parceiros e na plena viabilidade da obra”, nos disse o “patriarca” da empresa, Norberto Odebrecht. Hoje, Capanda avança para converter-se numa das maiores obras da África negra no seu gênero. E a fórmula “suspeita” Angola-Brasil-União Soviética é apontada como um modelo de cooperação estimulante.

É tão óbvia a conveniência para todos de consórcios desse tipo, com países capitalistas ou socialistas, que não deveria haver resistência a sua efetiva-

ção. Mas não é assim. No tema das relações com a África, não foram pouco os conselhos "muy amigos" que chegaram aos altos níveis do governo brasileiro, no sentido de se cancelar a viagem do presidente da República a Luanda. Sarney manteve sempre sua decisão de ir e quando foram plantadas, em alguns meios de comunicação, certas notícias de que a visita a Angola seria uma "escala técnica", a caminho de um país qualquer, recomendou ao Itamarati que desmentisse a informação. "Irei a Angola. Ir e voltar", acentuou. E assim o fez.

O sr. Roberto Campos, veterano mentor do "lobby" estrangeiro no país,

co importante. À margem dos julgamentos internos sobre seu governo, a abertura à África, na sequência de uma revalorização das relações com a América Latina e os países socialistas, é um passo positivo no caminho de uma nova política externa independente, que não condiciona sua orientação aos exclusivos interesses das grandes potências capitalistas.

Em diferentes oportunidades em Luanda, Sarney insistiu em que, no Brasil, as correntes ideológicas e políticas têm discrepâncias e contradições em relação ao governo e mesmo entre si, mas a política de amizade com Angola se apóia num virtual consenso nacional.

do *apartheid* e a desmilitarização do Atlântico Sul ajudam a eliminar essas fantasias, alimentadas pelos programadores de Washington, quando se arrogavam a policiais do mundo.

As relações com a África, sobretudo a de língua portuguesa, têm, no entanto, um aspecto bem mais abrangente, que deve excluir qualquer interesse que não seja o da cooperação fraterna, em todos os sentidos.

"O sentido principal da visita a Angola é político", declarou Sarney. E tocou no ponto essencial da nossa relação com o continente africano. "Devemos exigir que desapareçam da face do nosso planeta regimes como o da África do Sul", declarou o presidente brasileiro. Na verdade, sem o fim do *apartheid* as relações internacionais na área estariam sempre pendentes dessa abominável realidade que, direta ou indiretamente, conta com o apoio dos Estados Unidos e alguns de seus aliados. O presidente de Zâmbia, Kenneth Kaunda, disse que "os grandes países ocidentais são a linha de frente dos que sustentam o *apartheid*".

Estamos atuando na direção preconizada pela fala presidencial? No campo da retórica diplomática, sim, mas na prática há ainda muito o que fazer.

Nossa política contra o *apartheid* precisa ser bem mais efetiva e expressar-se em apoio, não apenas político e diplomático aos países agredidos pelo racismo sul-africano e aos movimentos que, internamente, a ele se opõem, como deveria significar ajuda concreta no campo material.

Não há explicação razoável, para que continuemos com uma embaixada em Pretória, aceitando que diplomatas sul-africanos aqui estejam justificando o *apartheid* e tergiversando a desprezível política segregacionista do seu governo. Nem tão pouco é aceitável que uma empresa aérea brasileira continue voando para a África do Sul, alimentando um intercâmbio econômico que só favorece o sistema que, nos comunicados oficiais, dizemos combater. Ou que se permita que companhias mineradoras sul-africanas, apêndices do aparelho repressor "boer" e beneficiárias da exploração do trabalho da maioria negra, aumente sua penetração no Brasil, reti-



No Mausoléu, a homenagem a Agostinho Neto

não conteve o seu desapontamento. Disse, em entrevista à "Folha de São Paulo": "A política terceiro-mundista do Itamarati está louca, desvairada. Cancelaram no ano passado uma visita de Sarney à Alemanha Federal e mantiveram este ano uma visita a Angola".

E não é só o sr. Campos que pensa assim. Se o fosse, ainda bem. Já o conhecemos de longa data.

Angola, um consenso nacional

A visita do presidente da República a Luanda foi um fato político e diplomáti-

"Temos um dever para com a África", disse. E acentuou que "o Brasil não tem qualquer pretensão hegemônica", e está disposto "a cooperar com os países africanos, de todas as maneiras ao nosso alcance".

A palavra hegemônica não é sem sentido. Há pessoas bem situadas no aparelho de Estado, no Brasil, que olham para a África, Angola principalmente, com gulodice fantasiosa da geopolítica golberiana, ou seja, uma área essencial a uma hipotética "segurança nacional", que não poderia renunciar a uma certa influência hegemônica. O fim

rando do nosso subsolo recursos que vão alimentar a máquina opressora do governo de Pretória.

Mas, o fato de que o presidente da República reconheça que o desaparecimento do *apartheid* é a condição da paz na África Austral vale, pelo menos, como uma advertência aos formuladores da nossa política externa.

Dinheiro bem gasto

Se considerada, em si mesma, a cooperação brasileiro-angolana está ainda longe de alcançar um nível alto de eficácia, embora alguns notórios avanços tenham sido registrados ultimamente. O Brasil já concedeu ao governo angolano créditos no valor de 1.200 milhões de dólares, grande parte destinada ao financiamento da represa de Capanda.

Os angolanos nos pagam com a ven-

da de petróleo e são boas as perspectivas comerciais imediatas e futuras. O próprio sr. Namir Salek, diretor da Cacex, tido como um funcionário exigente com o emprego dos créditos que concedemos, reconheceu em Luanda que o "nosso dinheiro está sendo muito bem empregado". Ao receber de um técnico angolano um minucioso relatório sobre Capanda, o presidente Sarney elogiou o projeto e, sobretudo, a preocupação de reduzir custos na produção de energia.

O acordo comercial celebrado em Luanda pela comissão mista, na qual o Brasil esteve representado pelo secretário geral do Itamarati, embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, foi, realmente, bem mais abrangente que os anteriores, cobrindo uma ampla gama de itens, nos quais pode ampliar-se a cooperação entre os dois países. É um positivo ponto de partida, que pode ser-

vir de modelo a outros semelhantes com a África.

O importante nesse acordo é, no entanto, o destaque que dá à cooperação cultural. Essa é uma velha controvérsia com o Itamarati, que se fez presente nos nossos debates na Câmara. Defendi, sempre, que é importante abrir novos mercados, comprar e vender, mas no caso de países como os de língua portuguesa da África, nossa política de cooperação não pode cingir-se aos aspectos meramente comerciais. No dia mesmo em que regressava do exílio, em 1980, num ato público em São Luís, defendi a abertura à África. "É importante, acentuei, o retorno às nossas origens".

A controvérsia mais acesa sobre esse tema foi, no entanto, na universidade Cândido Mendes, num debate sobre política exterior brasileira. Ressalvei os

O português no fim do século



Ministro José Aparecido

□ Nos países de língua portuguesa existem numerosas línguas nacionais, algumas faladas por milhões de pessoas. Mas, ao lado de uma política destinada a valorizá-las, os respectivos governos empenham-se em melhorar e ampliar o uso do português.

"Na colônia - disse um dirigente moçambicano - os portugueses estimulavam as línguas nativas para deixar-nos isolados uns dos outros. Agora que somos livres, estimulamos a aprendizagem do idioma do colonizador para ajudar a consolidar a união dos nossos povos e a varrer os vestígios do colonialismo cultural."

O ensino do português é uma importante meta dos programas educacionais de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Mas, não é só internamente que se destaca a relevância

do idioma português, mas também internacionalmente. No fim do século, que não está longe, haverá cerca de 250 milhões de pessoas falando português, com uma presença marcante na América Latina, África, Europa e a presença de contingentes que mantêm vivo o idioma em alguns pontos da Ásia, sobretudo em Timor Leste, ocupada pelos indonésios. Essa difusão explica o interesse que a fundação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa despertou naquele conjunto de países.

O ministro da Cultura do Brasil, José Aparecido, ao assumir o cargo a 21 de setembro do ano passado, chamou a atenção para o fato de que, no fim deste século, de cada cinco habitantes do planeta, ou seja, cerca de um bilhão de pessoas, um falará idiomas latinos, com o português ocupando cerca de 25% desse imenso grupo de povos.

Na sua recente visita a Luanda, acompanhando o presidente José Sarney, o ministro José Aparecido iniciou formalmente conversações para efetivar a idéia do instituto. Em seguida, estendeu sua viagem a outros países de língua portuguesa. Recebeu, para a idéia, apoio e incentivo dos presidentes José Eduardo dos Santos, de Angola; João Bernardo Vieira Nino, de Guiné-Bissau; Joaquim Chissano, de Moçambique; Manoel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe; Mario Soares, de Portugal, e Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde.

O escritor português Antônio Alçada Martins, analisando esse projeto, chamou a atenção para um aspecto interessante: "É importante acrescentar que, no caso português, esta medida se reveste de especial importância. Portugal está hoje integrado na Europa, numa perspectiva predominantemente econômica, técnica e política. Culturas e línguas mais poderosas terão tendência a apoderar-se da linguagem e dos meios de comunicação, e a língua portuguesa pode

esforços do Itamarati para alargar os espaços comerciais do país, mas reivindicou um tratamento especial para a África. "Não se pode reduzir nossas relações com países irmãos a uma política fenícia, puramente mercantil". Foi o meu primeiro encontro com os novos embaixadores, alguns dos quais, como Paulo de Tarso, conhecera nos duros embates nacionalistas da década de sessenta.

"Essa história de 'acordos fenícios' - me disse posteriormente o atual secretário geral do Itamarati - está agora sempre presente às nossas discussões."

A verdade é que, com o Terceiro Mundo, sempre houve muito disso, reservando-se uma linha de ação mais abrangente e conciliatória às nossas relações com os países industrializados que, hoje ainda, emocionam parte da nossa diplomacia. Uma herança do

"pragmatismo responsável".

O campo cultural

O programa de visita de Sarney a Angola, talvez mesmo por sua condição de escritor, reservou um tratamento especial ao campo cultural. O acordo da Comissão Mista já previra uma destacada atenção à cooperação brasileira em múltiplas iniciativas nessa área, como a co-produção cinematográfica e a instalação do Centro de Estudos Brasileiros em Luanda. Através dos contatos diplomáticos realizados em Angola e nos demais países de língua portuguesa, consolidou-se outra iniciativa oportuna, que é a fundação do Instituto da Língua Portuguesa.

O ministro brasileiro da Cultura, José Aparecido, que acompanhou Sarney a Luanda, de lá mesmo seguiu em visita a Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique, articulando a organização do Instituto, cuja idéia foi lançada na Academia Brasileira de Letras, através de seu presidente Austregésilo de Athayde.

Mas, as nações africanas irmãs necessitam de mais do que esse instituto, cuja importância cultural é evidente. O problema mais crucial desses países é a capacitação científica, técnica e profissional. Em Angola, pelas consequências da guerra e fatores históricos, a carência de quadros é enorme, sobre-

tudo agora com o retorno ao seu país dos cooperantes civis cubanos, que prestaram serviços relevantes nesses anos críticos.

O governo angolano tem feito esforço sério para enfrentar esse problema. Um número considerável de jovens, do primário ao universitário, estuda no exterior. Só em Cuba, oito mil, muitos deles já no fim do curso, e às vésperas de incorporar-se ao mercado de trabalho do país.

Repelir a escamoteação

E o Brasil? Não deve haver sequer uma centena de estudantes africanos com bolsas-de-estudo no Brasil. Em Luanda, o ministro brasileiro da Cultura deu prioridade a esse problema, pelo qual revelou igual interesse o ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Bayma Denys. Mas trata-se de um tema complexo, que só com uma firme vontade política pode ser encaminhado.

Uma das iniciativas mais importantes da reunião dos presidentes Sarney e José Eduardo dos Santos foi o estabelecimento de uma Comissão de Emergência, encarregada de agilizar a concretização dos acordos firmados e de encontrar, juntos, soluções aos problemas que forem surgindo. Embora não esteja dito, é óbvio que uma das metas da Comissão deve ser derrubar as barreiras do burocratismo que nos dois países possam dificultar o plano de cooperação.

E a dívida? Em muitas oportunidades, o presidente Sarney deixou claro que a mesma é impagável. O presidente José Eduardo dos Santos considerou "nefasto" esse fenômeno, e disse que Angola apóia a posição africana, que reivindica, de início, uma ampla e profunda discussão da dívida externa.

Falando no palácio presidencial de Futungo de Belas, Sarney fez esta declaração sugestiva: "Estamos juntos. Juntos permaneceremos. Nossas relações tiveram início no primeiro instante do Estado angolano. Chegaram ao ponto alto em que se encontram. Seu futuro é ilimitado. Qualquer escamoteação para burlá-las será repelida pelos povos amantes da paz. Para esse fim, o Brasil estará na linha de frente". (N.N.)

correr o risco de se transformar num dialeto, no contexto europeu".

Nas conversações iniciais sobre a participação do Brasil no Instituto, realizadas em Brasília com a presença do ministro da Cultura, José Aparecido, e do presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, foram analisadas, a partir do objetivo central, que é o intercâmbio cultural, metas que os países-membros poderão fixar, tais como: a) realização de conferências, seminários, encontros e debates objetivando um entendimento cada vez maior da situação dos problemas culturais dos países de expressão portuguesa; b) iniciativas e apoio a ações culturais que contribuam para a consolidação e a difusão da língua portuguesa; c) apoio à criação ou aperfeiçoamento de instrumentos existentes, com vistas à progressiva eliminação de carências, em particular, no que concerne ao livro, elemento fixador de cultura e da língua, mediante o estabelecimento de bibliotecas, parques gráficos, feiras, exposições, edições populares, co-edições, entre outros; d) cooperação com o objetivo de propiciar a utilização dinâmica dos modernos meios de comunicação, em particular o cinema, o vídeo e a televisão.

O ministro José Aparecido disse que encontrou, junto aos presidentes com quem conversou, o maior apoio à idéia. "Todos disseram que é hora de investimentos na defesa e na difusão da língua portuguesa", acentuou.

No início de março, o I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa aprovou, em Lisboa, moção de apoio à iniciativa do governo brasileiro de propor a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Assinaram a moção os escritores Jorge Amado (Brasil), Antônio Alçada Batista (Portugal), José Craveirinha (Moçambique), Alda Espírito Santo (S. Tomé e Príncipe), Vasco Cabral (Guiné-Bissau) e Manuel Veiga (Cabo Verde).

Presidente José Eduardo dos Santos

A prioridade do desenvolvimento

Em entrevista a "terceiro mundo", o presidente Dos Santos analisa a atual conjuntura regional e descreve os esforços que o seu governo realiza para adaptar a economia à etapa do pós-guerra



Estadista de 45 anos, a quem coube a difícil tarefa de suceder, na presidência, o herói má-

ximo e pai da nação angolana, Agostinho Neto, o engenheiro José Eduardo dos Santos é uma figura respeitada em seu país e no continente africano. Depois de ter enfrentado o desafio de uma invasão do exército sul-africano, que consumiu todo o esforço do país, na última década, agora Dos Santos tem que preparar as bases materiais para iniciar uma etapa de paz, que, embora não seja tão definitiva como se aspirava - pois restam ainda os bandos armados de contra-revolucionários -, vislumbra-se como um marco na história desta jovem nação africana. Suas palavras mostram um moderado otimismo, em relação à geopolítica da África Austral, e o realismo com o que o MPLA encara a gestão econômica para poder superar a trágica herança de vinte cinco anos de guerra e cinco séculos de colonialismo.

Depois de muitos anos de guerra, Angola inicia um tempo de paz e de reconstrução. Quais as prioridades do governo para essa nova etapa?

- Não podemos, infelizmente, partir já da premissa de que se inicia um tempo de paz e de reconstrução em Angola. Com a recente assinatura do acordo entre Angola, Cuba e África do Sul, cumpriu-se, de fato, uma etapa importante para a solução dos problemas nesta região do continente, mas ainda não é possível vislumbrar-se a paz para

um futuro imediato. A eliminação da componente externa do conflito em Angola é muito importante, mas temos ainda de dar solução, combinando as ações militares com as medidas previstas na política de clemência e de harmonização nacional e na lei da anistia, ao problema dos bandos armados da Unita.

As prioridades do nosso governo são, para a etapa que ora se inicia, a reconversão da nossa estratégia militar, para adequá-la às características atuais da guerra, e a aplicação efetiva do programa de Saneamento Econômico e Financeiro-SEF, para criar as condições

"Entre o Brasil e Angola existem, para além da língua comum, vivências históricas fundamentais e um substrato étnico"

propícias ao relançamento da nossa economia.

Um dos problemas dos períodos de pós-guerra é a desmobilização dos combatentes e a sua inserção no trabalho civil. Tem sido assim em muitos países. Como Angola planeja enfrentar essa situação?

- Deduz-se da resposta anterior que a inserção dos combatentes no trabalho civil não vai ser para já, mas, a médio ou longo prazo, a própria política de reajustamento econômico criará as condições para um melhor e mais racional aproveitamento a nível econômico, não só dos combatentes, mas de todos os

quadros civis que neste momento se encontram subaproveitados.

A readaptação de unidades do exército à luta antiguerrilheira significa que há remanescentes da Unita que ainda devem ser militarmente combatidos? Ou o presidente considera que a paz e a política de clemência expressa na recente lei de anistia debilitam decisivamente aquele grupo?

- A reconversão das unidades, que mantinham uma guerra de caráter regular e convencional contra o exército da racista África do Sul, para as características da luta antiguerrilha foi uma decisão imposta pela continuação e mesmo, em certa medida, pelo acréscimo das ações de terror da Unita contra as populações, sobretudo aquelas que se encontram relativamente indefesas devido ao seu isolamento.

Estamos seguros de que a nova lei da anistia vai acentuar as contradições no seio dos bandos armados da Unita, entre os que de fato querem cessar a guerra e os que querem continuá-la. Mas ela não é suficiente para os debilitar de forma decisiva, se ao mesmo tempo não mantivermos a iniciativa das operações militares contra aqueles que não pretendem desistir.

Como V.Excia. avalia a colaboração cubana na luta contra os agressores sul-africanos?

- Já em diversas ocasiões, tivemos a oportunidade de afirmar que a colaboração cubana foi decisiva na luta contra os agressores sul-africanos, sobretudo no momento da nossa independência, quando unidades do exército zairense,

pelo norte, e sul-africano, pelo sul, travavam de alcançar Luanda, para impedir a proclamação pelo MPLA da independência de Angola. Esse apoio foi igualmente fundamental na formação dos nossos quadros militares, pois a maior experiência dos militares cubanos permitiu-lhes transmitir, num tempo mínimo, às nossas forças conhecimentos indispensáveis para o manejo de equipamento militar ultra-sofisticado, e ajudou-nos também na própria definição da tática e estratégia a ser adotada contra um exército poderoso e agressivo, como o da África do Sul.

A atuação conjunta nos campos de batalha selou, de forma definitiva, o apoio internacionalista de Cuba, e a batalha de Cuito Cuanavale é talvez o seu símbolo mais glorioso.

A batalha de Cuito Cuanavale é considerada o ponto de viragem estratégico da guerra. Por quê?

— A importância da nossa vitória em Cuito Cuanavale foi ter demonstrado ao inimigo, no terreno, que a sua aventura belicista chegara ao seu termo e que, daí em diante, iria começar a acumular derrotas atrás de derrotas. A perda da supremacia aérea por parte dos racistas e a contra-ofensiva iniciada de surpresa, no sudoeste, em direção ao Ruacana e Calueque, foram os elementos que mais pesaram na decisão de Pretória de aceitar sentar-se conosco à mesa das negociações. De fato, tinha-se tornado quase impossível defender a Namíbia, sem abalar os fundamentos do sistema do *apartheid*, já em crise por causa das perdas humanas e da desmitificação da invencibilidade do seu exército.

Como o presidente recebeu a designação de um general brasileiro para comandar as forças da ONU que supervisionam o cessar-fogo?

— Entre o Brasil e Angola existem, para além da língua comum, vivências históricas fundamentais e um substrato étnico que conduzem a um perfeito entendimento entre os dois povos. A posição que, desde a primeira hora, o Brasil adotou em relação à República Popular de Angola calou fundo no coração de todos os angolanos. Por essa razão, foi com natural satisfação que recebemos a



Presidente José Eduardo dos Santos

designação de um general brasileiro para comandar as forças das Nações Unidas que aqui se encontram a supervisionar a retirada das tropas cubanas de Angola.

O governo angolano está seguro de que os sul-africanos respeitarão o acordo de paz e acatarão uma vitória da Swapo?

— A atuação da África do Sul tem sido caracterizada pelo não-cumprimento dos entendimentos e acordos que estabeleceu com os países da região. Creio, porém, que na atual conjuntura internacional, lhe vai ser muito difícil não aplicar o acordo tripartido assinado em Nova Iorque, no dia 22 de dezembro. Não será naturalmente um processo sem incidentes e, por isso mesmo, estão previstos mecanismos para os resolver.

O cessar-fogo encontra Angola empenhada num imenso esforço para redirecionar sua economia, de maneira a poder enfrentar os graves problemas deixados pelo colonialismo e a guerra. Qual o papel que o governo reserva à colaboração da iniciativa privada? Como essa colaboração se insere no contexto ideológico de um Estado socialista?

— A adoção de uma economia de tipo misto, prevista no programa do SEF, com a aliança entre o setor privado e o estatal, não põe em causa a opção de Angola pelo socialismo, e enquadra-se num vasto movimento atualmente em curso na maioria dos países socialistas para agilizar o desenvolvimento eco-

nómico, reservando um papel importante para a iniciativa privada em setores não-estratégicos da economia do país. Os privados poderão, pois, num quadro legislativo definido pelo Estado, colaborar de forma decisiva para a reconstrução nacional. A nossa intenção não é a de reprivatizar a economia, mas, sim, a de tornar a gestão mais eficiente, concentrando o esforço do aparelho estatal nas tarefas fundamentais, e controlando e acompanhando a atividade privada dos artesãos, pequenos produtores, etc., prestação de serviços mais solicitados pela população, com vista a atenuar o grande desequilíbrio entre a oferta e a procura.

As relações de Angola com o Brasil se mantiveram, sempre, muito ativas mesmo nos períodos críticos da guerra, e seguramente deverão ganhar novo impulso com os acordos firmados na visita do presidente José Sarney a Angola. Como o presidente avalia essa cooperação e em que setores ela pode se desenvolver mais amplamente?

— A recente visita do presidente Sarney a Angola veio confirmar o excelente nível de relações já existente entre os dois países e abrir perspectivas bastante otimistas para o reforço da cooperação técnica, científica e cultural. A criação de uma comissão de emergência irá permitir, de imediato, a concretização de ações tendentes ao incremento da cooperação bilateral.

No Brasil, tem sido muito expressivo o impacto das novas realidades institucionais e culturais de povos como o angolano, onde estão muitas das suas raízes históricas. O governo de Angola contempla projetos mais abrangentes no campo cultural e, especialmente, universitário, para dinamizar essa aproximação e consolidar a comunidade cultural entre os dois povos?

— A sensibilidade do presidente Sarney para os problemas culturais veio em grande medida facilitar a expressão das nossas preocupações a esse nível, e está para breve o reforço da nossa cooperação a nível de formação de quadros a nível médio e superior, de modo a consolidar e desenvolver, no futuro, a tal comunidade cultural, que o nosso passado comum contém em embrião. ●

CAPANDA

A energia para o desenvolvimento



O rio Kwanza será desviado através do túnel escavado na rocha, possibilitando a construção da barragem de 110 metros de altura

Pedro de Castro Van Dunem (Loy), quando Ministro de Energia e Petróleos, e José Sonnenberg, diretor do Gamek, em visita à obra

Os projetos de desenvolvimento de Angola envolvem dezenas de ações simultâneas em diversas frentes, mas uma obra se destaca por sua significação para a infra-estrutura econômica: trata-se do Complexo Hidroelétrico de Capanda, no rio Kwanza, que vai gerar 520 megawatts de energia e deflagará um processo de aproveitamento de extensa área no centro-leste do país, pelos projetos agropecuários que tornará viáveis, além de reforçar a oferta de energia a Luanda, capital e principal centro industrial do país. No panorama da economia angolana, até hoje prejudicada pela custosa guerra imposta pela África do Sul, a represa de Capanda surge como uma espécie de símbolo da vontade de crescer e da disposição de tornar moderno um país que

era colônia portuguesa até 14 anos atrás.

Outros aspectos destacam o projeto da hidrelétrica nos esforços de desenvolvimento. É uma obra tocada a três mãos — angolanos, soviéticos e brasileiros — e, além dos benefícios diretos da energia e do imenso lago de 109 km² que se formará, vai deixar para o país a experiência técnica, representada pelo treinamento de milhares de trabalhadores locais.

O governo angolano, que se defronta com a urgência do desenvolvimento econômico, adotou uma política pragmática e eficaz para queimar etapas na elevação do nível de especialização de sua mão-de-obra: qualquer contrato com firmas estrangeiras inclui uma cláusula que obriga a contratada a

transferir conhecimentos para o trabalhador angolano. É a fórmula que o presidente Agostinho Neto expressava na frase: "Ao lado de cada cooperante, um angolano". Assim, Capanda é uma grande escola, em que milhares de angolanos aprendem tarefas as mais diversas, desde as ligadas diretamente aos aspectos da construção civil até as atividades paralelas, de apoio ao empreendimento, que vão de administração à informática, passando por mecânica, saúde, segurança e telecomunicações. De 1986 ao final de 1988, contavam-se em 3.837 os angolanos profissionalizados em função das atividades desenvolvidas pelo projeto.

Para a construção da hidrelétrica de Capanda, o Ministério da Energia e Petróleos criou o Gabinete de Aproveita-

mento do Médio Kwanza (Gamek), entidade que dirige os trabalhos do Consórcio Capanda, de que participam os soviéticos da Technopromexport (TPE) e as empresas brasileiras Furnas Centrais Elétricas e Construtora Norberto Odebrecht.

Aos soviéticos da TPE cabem tarefas de fiscalização, projeto, fornecimento e montagem dos equipamentos eletromecânicos, enquanto Furnas Centrais Elétricas dá assessoria técnica e acompanha a fiscalização do empreendimento. A Construtora Norberto Odebrecht é a responsável pelos projetos e obras civis de infra-estrutura e também pelas obras principais da barragem.

Novo perfil produtivo para nova face social

O rio Kwanza é, para Angola, o que o rio São Francisco representa para o Brasil: tem um curso semelhante, exerce uma função integradora e oferece múltiplas condições de aproveitamento em seus 1.000 km de extensão. Sua significação é tal para Angola que a moeda nacional se chama Kwanza. É nesse rio - que nasce nas terras altas do centro-sul do país e que caminha na direção do noroeste, desembocando ao sul de Luanda - que se fixam as esperanças dos administradores do país. Os planejadores pretendem extrair dele o su-



O pres. de Furnas, Camilo Pena, e o eng. Norberto Odebrecht, integrantes da comitiva de Sarney a Angola, visitaram Capanda

porte de energia elétrica para a arrancada do desenvolvimento, capaz de mudar a face da economia do país e gerar transformações sociais de largo alcance, nas próximas décadas.

A 400 km de Luanda, na direção sudeste, localiza-se Capanda, onde o Kwanza se estreita entre paredões de granito de até 80 metros de altura. É o ponto onde começa a subir, neste ano, o paredão de concreto que formará uma barragem de 110 metros de altura, com um comprimento de 1.200 metros. Para que se possa iniciar essa fase da obra, falta ainda desviar as águas do rio, através de um túnel de 350 metros de comprimento por 18 de altura, escavado na rocha no período que se estendeu do final de 1987 ao final de 1988. Em dezembro de 1992, o primeiro gerador de energia, de 130 megawatts, deverá en-

trar em funcionamento, prevendo-se a instalação das outras três turbinas a cada semestre subsequente.

A hidrelétrica de Capanda custará 1,2 bilhão de dólares, um investimento de elevado retorno econômico e social.

A barragem permitirá, entre

outros aspectos, a regularização do fluxo do rio Kwanza, aumentando com isso a potência e melhorando o desempenho de Cambambe, uma hidrelétrica de 180 MW, que fica a jusante de Capanda e que abastece atualmente Luanda. Mas, sobretudo abre perspectivas para o aproveitamento de milhares de hectares de terras, através da implantação de projetos de irrigação, tanto no Alto, quanto no Médio e no Baixo Kwanza, e ao longo do rio Mucoso, um curso temporário, capaz de tornar-se perene com águas que poderá receber através de um canal, a partir de Capanda. Os estudos de solo e de viabilidade econômica realizados fazem os angolanos atribuírem grande importância a essas potencialidades abertas pela hidrelétrica em construção.

Paralelamente ao aproveitamento das terras irrigáveis, planeja-se, a partir de Capanda, um programa de eletrificação rural, de grande necessidade em Angola, onde um dos problemas mais urgentes é a produção de alimentos, setor muito atingido pela guerra e sofrendo de atraso tecnológico. A eletrificação no interior do país envolve ainda aspectos de grande alcance social, como melhoria nas condições de vida, com redução da mortalidade, maiores possibilidades de saneamento, de implantação de fábricas e até do uso de sistemas mais modernos de educação, através dos meios de comunicação de massa.

Na área especificamente econômica, a oferta energética de Capanda propiciará imediatamente um novo estágio de desenvolvimento para setores vitais ao país, como a mineração e a metalurgia.

A infra-estrutura

□ O empreendimento de Capanda compreende uma estrutura no local da obra, diretamente envolvida com as atividades da construção, e outras, de apoio, em Luanda e Viana. Na capital, essa infra-estrutura de apoio é composta, em primeiro lugar, por um conjunto habitacional especialmente construído pela Odebrecht, a Vila do Gamek, com 290 casas, minimercado, escola para 500 alunos e clube, numa área de 255.000 m², onde convivem famílias de brasileiros, soviéticos e angolanos, uma população que beirava as 800 pessoas, no início deste ano. Ainda em Luanda ficam os escritórios do Gamek, um hospital, oficinas e centrais de energia e de tratamento d'água.

Em Capanda, a infra-estrutura compreende um acampamento, um aeroporto e o canteiro industrial, dotado de todos os serviços necessários às obras. No acampamento, os alojamentos podem abrigar até 3.500 homens e há um hospital, refeitórios, lavanderia e áreas de lazer. Ali convivem, igualmente, brasileiros, angolanos e soviéticos. O canteiro industrial contém desde serviços de carpintaria até a central de concreto, com capacidade de 240 m³/h. O aeroporto tem uma pista de 2.000 m de extensão, pátio de estacionamento de aeronaves, torre de controle e um terminal de passageiros, além dos serviços de abastecimento e de um grupo de bombeiros.

A luta pela industrialização

O país investe na modernização de seu perfil econômico e planeja desencadear um processo industrializante de substituição de importações



No contexto das ações que estão previstas no Programa de Saneamento Econômico e Financeiro-SEF, Angola realizou ajustes no aparelho do Estado, entre eles uma movimentação de quadros. E está prevista a fusão da indústria de transformação com o comércio. Uma vez que todo o processo de exportação transita pela estrutura do comércio, busca-se facilitar uma ação conjunta.

A meta é defender a indústria angolana através da implementação de um projeto de substituição de importações e da criação de novas fontes de exportação. Nesse terreno desempenha um papel fundamental a indústria extrativa, embora também pese a indústria transformadora. A separação entre geologia e indústria de minérios, como um setor específico, a ser criado pelo governo, também está na pauta.

Angola tem identificado um conjunto de projetos - muitos deles de pouca monta - que visa a aumentar capacidades já existentes, fundamentalmente na agroindústria e na indústria leveira e mecânica ligeira (para produção de bens de apoio ao campo e às atividades da agricultura). Para defini-los, Angola contou com a colaboração de técnicos das Nações Unidas. Há outros, voltados para indústria de transformação de madeira e de papel. No contexto da SADCC, esses projetos foram apresentados aos países doadores, "que os receberam muito bem, principalmente os nórdicos, que têm uma visão muito pragmática dos nossos problemas", disse o ex-ministro da Indústria, Henrique de Carvalho Santos, "Onambwe".

A cooperação com o Brasil

Na sequência da visita do presidente Sarney a Angola, várias áreas de cooperação foram abertas. No setor petro-

lífero, por exemplo, abriram-se novas perspectivas para as atividades da Petrobrás, que até agora só atuava como um sócio financeiro do Estado angolano. "O espírito é promover uma interligação profunda com Brasil, no âmbito da comissão mista", afirma o vice-ministro dos Petróleos, Carlos Amaral. Nessa perspectiva, já se cogita a criação de uma empresa mista Sonangol-Petrobrás, só para perfuração. A Petrobrás tem muitas perfuradoras e o seu trabalho no setor é considerado de bom nível

pelos responsáveis angolanos.

E possível, também, um eventual aumento das compras de óleo cru e de gás liquefeito de petróleo-GLP (gás de cozinha), por parte de Brasil (que é um dos poucos compradores de gás angolano).

Está prevista também uma ampliação da cooperação no âmbito Petrobrás/Furnas e a participação brasileira, em maior escala, na formação de quadros para as indústrias angolanas. Não só o Brasil passaria a conceder um número

significativo de bolsas para alunos angolanos das áreas técnicas, como - no caso do setor energético - organizaria seminários ministrados pelas próprias empresas petrolíferas. Aliás, experiências pioneiras nesse campo já foram desenvolvidas nos anos anteriores com excelentes resultados, como confirmam tanto o vice-ministro Amaral, como o diretor da Braspetro, Wagner Freire.

Em fevereiro, chegaram a Luanda os primeiros professores brasileiros, para ministrar cursos de engenharia e eletrônica na Universidade de Luanda. Cerca de 70 técnicos de prospecção geológica, geofísica e de engenharia dos petróleos estão ditando cursos de prospecção petro-



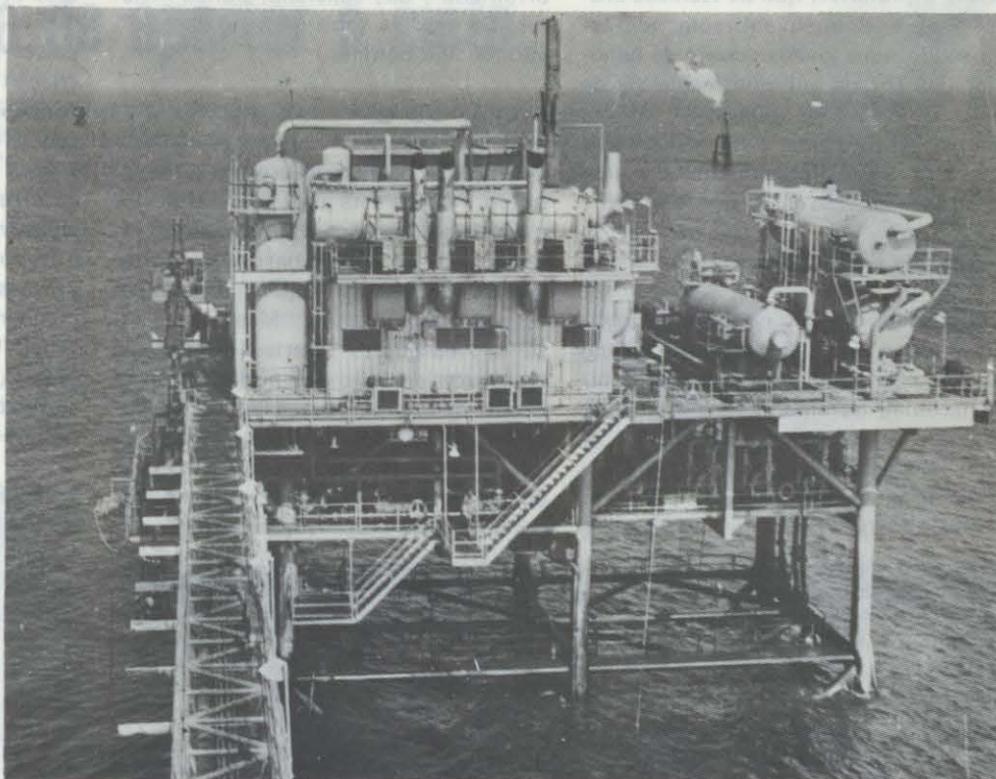
Na região norte de Angola, o petróleo é a grande riqueza

Angola na SADCC

Angola coordena o setor energético da SADCC (South African Development Coordinating Conference), a entidade criada há uma década pelos países da África Austral para escapar da dependência econômica da África do Sul, através de esforços coordenados de desenvolvimento regional. No contexto da SADCC, tem dado saltos qualitativos e quantitativos importantes, em especial no setor da qual é o país coordenador, isto é, o energético.

Com apoio dos países nórdicos, foi criada uma Unidade Técnica e Administrativa do setor, que tem 32 funcionários (10 deles estrangeiros, escandinavos, franceses e belgas). No momento, uma das suas tarefas prioritárias é a elaboração de projetos para a utilização racional das fontes não-renováveis de energia, em todos os países da SADCC.

Na África e em Angola, em particular, há um consumo muito elevado de biomassa (carvão de lenha). No caso de Angola, ela é ainda responsável por 80% do consumo de energia. Evitar as queimadas, criar áreas de reflorestamento, e, sobretudo, inculcar o hábito do uso do carvão mineral, em lugar de madeira, são algumas das atividades em curso. O carvão de lenha tem um rendimento de 10%. O objetivo do governo é aumentar esse rendimento a 30%. Para isso, entre outras medidas, tenta-se evitar que no campo se cozinhe a céu aberto, já que desse modo o



Na plataforma submarina, há extensas jazidas petrolíferas

aproveitamento do calor é mínimo.

Dos 92 projetos definidos na área energética da SADCC até 1988, ficaram 50 ou 60, depois de uma rigorosa revisão. Alguns deles referem-se à ligação de pequenas linhas elétricas, entre Malauí, Moçambique e Zâmbia, ou entre Zimbábue e Malauí, etc. Deles, 70% já estão com financiamento assegurado, e 30% estão em fase de negociação. Eles envolvem um volume de recursos estimado em 200 milhões de dólares. Como coordenadora do setor, Angola em alguns casos gerencia os recursos e, em outros, o seu papel é criar as condições para que o setor avance. Com esse objetivo, foi organizado um banco de dados regional do setor energético, que permite

atingir uma considerável eficiência no atendimento das consultas dos países membros e, principalmente, dos doadores.

O caminho do desenvolvimento

“Os doadores representam países ricos, cujos governos têm determinadas propostas de desenvolvimento, que priorizam as áreas da informática e as telecomunicações, por exemplo. Oferecem-nos mais turbinas fabricadas na Europa do que assistência para a construção de barragens. Eles têm disponível o que os seus países têm para exportar e, às vezes, os seus interesses não coincidem com os nossos, como acontece quando se trata de projetos em áreas inóspitas. Esse aspecto é uma das di-

ferenças básicas entre a cooperação Sul-Sul e a cooperação Norte-Sul”, explica o vice-ministro Carlos Amaral.

A política da SADCC tem sido a de definir uma estratégia de trabalho e desenvolvimento que concilie os recursos disponíveis no Norte com uma determinada via de desenvolvimento no Sul. “Aspiramos a poder escolher com autonomia entre uma microbarragem para 10 mil megawatt e uma turbina”. Já que o Japão decidiu que destinará 20 bilhões de dólares para investimentos na África, no próximo quinquênio, uma cooperação tripartite entre Japão, Brasil e Angola pode ser um caminho para um bom aproveitamento desses recursos, na opinião de Carlos Amaral.

lífera. "É preferível que os técnicos brasileiros se desloquem a Angola, pois assim muito mais jovens podem se beneficiar dos cursos que num esquema de envio ao Brasil de bolsistas", afirma Amaral. E acrescenta: "Não são professores a preço de mercado, mas sim uma forma de cooperação de Estado a Estado".

Políticas de longo alcance

O setor energético necessita de políticas a longo prazo. Por isso, foi traçado um plano diretor do setor elétrico a nível nacional, terminado há seis meses, abrangendo o período 1990-2005. O plano foi financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento-BAD. Já foram concedidos 50 milhões de dólares, para

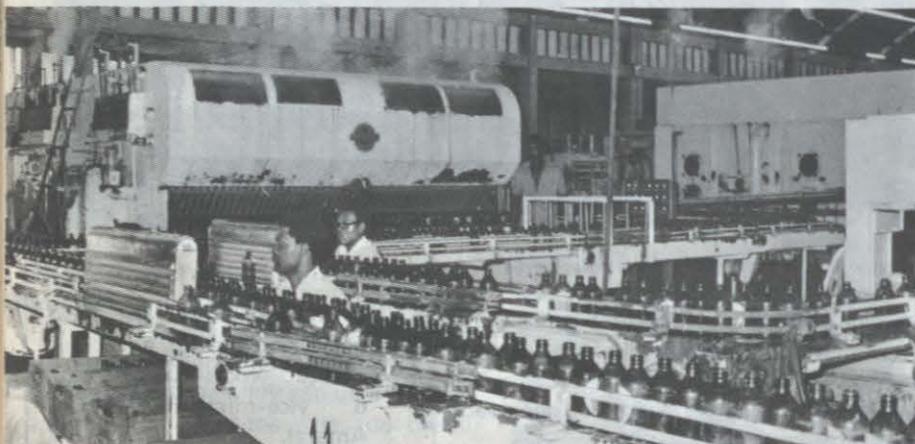
arrumada", diz, satisfeito, Carlos Amaral. (Da energia consumida no país, 70% vêm de hidrelétricas.)

A APA

Quanto ao nível de produção de petróleo, Angola está num patamar de 450 mil barris diários, com um consumo interno total de 20 mil barris/dia. As reservas conhecidas de petróleo cobrem os próximos 15 anos. "Mas, isso é resultado da guerra", alerta Amaral. Com mais prospecção, o país poderá localizar novas jazidas. (O atual nível de produção reduz 10% ao ano as reservas, e, por isso, o governo angolano tem uma política de diminuir anualmente a produção em 10%. Essa decisão poderá ser alterada

caso se concretizem novas descobertas.

Em janeiro de 1987, Angola e outros países do continente promoveram a criação da Associação de Produtores Africanos de Petróleo-APA, cujas metas são a comercialização e o processamento de derivados de petróleo. Procura-se trabalhar em conjunto para racionalizar os esforços. Amaral explica a importância da associação através de um caso concreto: "Angola não precisa criar uma fábrica de uréia, se a Nigéria já tem", assinala. Do ponto de vista angolano, a política petrolífera não deve ser nacional, mas regional. "Só assim poderemos dar saltos qualitativos e a



O país pretende dinamizar a indústria, modernizar tecnologias e abrir novas fábricas

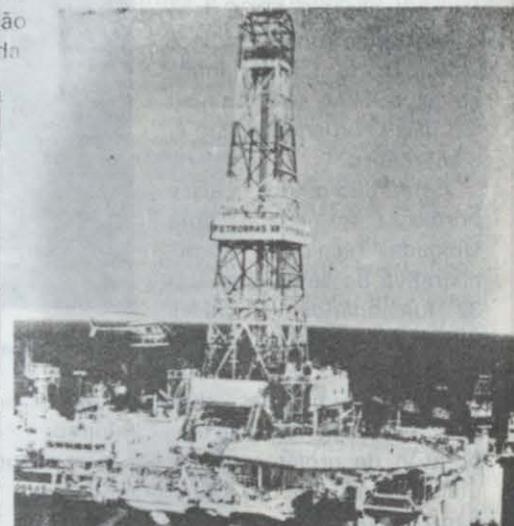
a melhoria da rede elétrica da cidade de Luanda, que consome 70% da energia do país.

Outro plano prevê a interligação de redes elétricas a nível de todo o país, nos próximos 20 anos, e o aproveitamento dos 12 sistemas hidrelétricos conhecidos e estudados.

Esse plano garante a racionalização das capacidades existentes, de modo a permitir um melhor aproveitamento. "É necessário atuar nas áreas onde está a população e, nesse sentido, temos que trabalhar com alguns sistemas elétricos isolados, não interligados", afirma o vice-ministro de Energia. Recentemente, o Banco Mundial fez um levantamento completo do setor energético angolano, após a visita de várias missões técnicas. "No setor elétrico, estamos com a casa



As riquezas minerais capacitam o país



A Petrobrás explora óleo e forma técnicos

curto prazo, em programas concretos de instalação de indústrias de processamento", diz. Se os países da APA conseguirem definir uma estratégia concreta a nível regional, poderão colocar em funcionamento 90% da capacidade instalada e melhorar o desempenho das refinarias.

A sede permanente da APA está em Brazzaville, no Congo. A sua estrutura interna já está definida e, no próximo mês de julho, será nomeado um secretário executivo. A partir de então, poderá ser elaborado um programa de ação para os próximos quatro anos. "Começamos com um orçamento bastante modesto, com uma burocracia limitada a cinco ou seis pessoas, mas é o suficiente para iniciar os trabalhos", acredita Amaral. (B.B.)●

Hora de apertar o cinto

O chanceler Pedro Van Dunem acredita que a comissão de emergência, criada durante a visita do presidente Sarney, vai permitir "o salto qualitativo e quantitativo" nas relações econômicas entre ambos os países

Beatriz Bissio



Empossado, no cargo de chanceler poucos dias antes da chegada do presidente brasileiro a Angola, o ministro Pedro Van Dunem,

que até então ocupava o cargo de ministro da Esfera Produtiva (ver **terceiro mundo** n° 103, p.7), será, uma peça chave na execução dos acordos, acertados. Nessa entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, ele faz uma avaliação desses acordos e do andamento do plano de saneamento econômico e financeiro.

Como avalia a visita do presidente Sarney?

— Na primeira hora, a República Federativa do Brasil reconheceu a República Popular de Angola. E, naturalmente, estabeleceram-se laços fortes entre os dois países, com uma cooperação econômica bastante elevada e relações significativas na área política e cultural. A visita do presidente Sarney, que marca o ponto mais alto dessas relações, foi um êxito total. Pudemos abordar, de forma profunda, todos os aspectos da nossa cooperação.

O aspecto mais importante foi o político, o econômico ou ambos?

— Do ponto de vista político, a importância é indiscutível. Do ponto de vista das perspectivas econômicas, creio que marca um patamar. Vai permitir o salto qualitativo e quantitativo nas nossas relações econômicas. Basta lembrar, por exemplo, que no encontro "tête-à-tête" entre os dois presidentes, ficou acordada a criação de uma comissão de emergência. Ela vai tratar com a rapidez necessária todos os assuntos de importância para a República Popular de Angola, nessa fase em que há uma evolu-

ção positiva da situação no sudoeste da África e na África Austral.

No momento, a nível interno, está em curso o processo de harmonização nacional, que prevê a reintegração de centenas de pessoas que se encontram fora do nosso controle. Isso acarretará, necessariamente, tremendos esforços do ponto de vista econômico. Todos os problemas resultantes dessa situação irão receber tratamento adequado da comissão de emergência, que terá acesso direto às autoridades máximas dos nossos respectivos países. Portanto, o Brasil passará a assumir um papel importante na solução dos principais problemas que Angola tem experimentado como resultado de todo o processo que acabamos de viver.

O presidente José Eduardo dos Santos disse que Angola aspira a contar com o apoio brasileiro na formação de quadros. O que o sr. poderia dizer sobre esse campo de cooperação?

— Eu não quero me adiantar nesse aspecto. A comissão de emergência abordará esse assunto que constituirá, sem dúvida, um dos aspectos principais dessa colaboração.

No quadro da flexibilidade demonstrada pela República Popular de Angola, e com o objetivo da criação de todas as condições para a implementação da resolução 435, que prevê a independência da Namíbia, nós concordamos na retirada não só das tropas internacionalistas cubanas do nosso país mas, igualmente, de todos os cubanos.

Dos cooperantes civis?

— Sim, da cooperação civil. Foi uma exigência da psicose norte-americana.

Tem um prazo para isso?

— Sim, 27 meses. Os companheiros internacionalistas cubanos têm colaborado, lado a lado, com seus irmãos angolanos em várias áreas. Na área da

saúde, por exemplo, eles têm ocupado posições importantes em vários hospitais, não só das principais cidades, mas, também,

das regiões mais recônditas do país. Os professores tem trabalhado nos vários níveis do nosso ensino e contamos com quadros em outros setores, na indústria, na construção, etc. Agora nós vamos precisar substituí-los. Com a independência, Angola herdou uma situação difícil, em termos de quadros. Não conseguimos ainda formar um número suficiente e com a qualidade necessária para resolver nossos problemas de desenvolvimento. É claro que, numa primeira instância, tentaremos suprir essa falta com quadros nacionais, mas o déficit será ainda muito grande. Então o Brasil — um país irmão, que hoje é o que é graças também ao esforço de milhões de angolanos que, na condição de escravos, foram transportados para lá — que tem conosco uma grande identidade cultural, pois somos filhos dos mesmos antepassados, está em excelentes condições de enviar seus quadros para cá, "dar uma mão ao seu irmão mais novo", como disse o presidente. Eu penso que nos ajudar a resolver os problemas existentes será uma das tarefas fundamentais da comissão de emergência.

Existem áreas como a da agricultura, em que a cooperação técnica pode ser também favorecida pelo fato de Brasil e Angola estarem de um lado e outro do Atlântico, na mesma latitude. Muitas das tecnologias adaptadas pelo Brasil podem vir a ser utilizadas em Angola, com bons resultados.

— A guerra e a falta de quadros não nos permitiram avançar muito na adaptação de tecnologias para o desenvolvimento, sobretudo no campo da



Chanceler Dunem

agropecuária. As tecnologias que o Brasil foi adotando para o seu desenvolvimento são perfeitamente aplicáveis ao nosso país, não só pela identidade de solo e climática, mas, inclusive, pela identidade do fator fundamental que é o homem.

Uma experiência pioneira

Está em curso a experiência tripartite — Angola, União Soviética, Brasil — do ambicioso projeto da hidrelétrica de Capanda. No contexto do novo impulso à cooperação, acredita o ministro que possam surgir outras experiências das quais participem, além de Angola e Brasil, terceiros países?

— Eu acho possível isso. A cooperação trilateral para a realização do empreendimento Capanda pode ser generalizada no nosso país e ela cria, sem dúvida, condições para um desenvolvimento acelerado com o aproveitamento das experiências de cada um dos participantes no projeto. Eu sou um apolo-gista desse tipo de colaboração.

Nesse momento há uma grande expectativa internacional em relação aos acordos de Nova Iorque e às suas consequências na região. Como vê o processo deles decorrente?

— Os acordos de Nova Iorque podem transformar a situação que se vive, nesse momento, no sudoeste da África. Eles criam condições para que a Namíbia se torne, finalmente, independente, e para o estabelecimento da paz na República Popular de Angola. Mas, para a estabilização de toda a região austral do continente, temos naturalmente que incluir a erradicação do *apartheid* na África do Sul e a democratização desse país.

Nós gostaríamos muito, que esse processo da implementação da resolução 435 da ONU se fizesse de acordo com o que está preceituado, e que a Namíbia pudesse alcançar a sua independência.

Mas não é o caso, porque já foi aprovada a redução das tropas da Untag (contingente da ONU encarregado de supervisionar o processo de independência da Namíbia). Isso nos preocupa, porque nós conhecemos qual é a situação na Namíbia. Algum tempo atrás, as tropas policiais namibianas eram em

número de 700, agora sobem a 8 mil. Embora estejam sendo desmobilizadas, são 8 mil homens bastante eficientes, com formação de comando. Hoje se pretende dizer que a situação é diferente da de 1978 e, portanto, se pode reduzir os efetivos. De fato é diferente, mas evoluiu do outro lado, se agravou mais.

Em 1978, quando foi aprovada a resolução 435, quantos efetivos estavam previstos para a Untag?

— Estava acordado que as forças da Untag seriam de 7 mil e 500 homens. E em função do quadro atual, penso que hoje deveríamos aumentar esse número para 10 mil e não baixá-lo para 4 mil duzentos e pouco, como está acordado. Isso para nós é uma preocupação muito grande. Mas, gostaríamos de que, de

“Para a estabilização de toda a região austral do continente, temos naturalmente que incluir a erradicação do *apartheid* na África do Sul e a democratização desse país”

fato, tanto as entidades que subscreveram o acordo, como os membros do Conselho de Segurança, que são os fiadores da implementação desse acordo, estejam à altura dessa responsabilidade e não introduzam elementos que possam vir a criar dificuldades, ou mesmo a impossibilitar, a implementação da resolução 435 e gorar os esforços para a independência da Namíbia.

Em fins de janeiro circularam versões de que a Unita estaria lançando um “cessar-fogo” unilateral. O que isso significa?

— O cessar-fogo da Unita significa o massacre de populações. Não penso que exista algum cessar-fogo por parte da Unita. A Unita desempenhou seu papel e já se foram os tempos em que ela tinha, de fato, uma missão específica a cumprir. Nós devemos continuar a trabalhar, no sentido de podermos garantir a reintegração na sociedade angolana de todos os seus membros que estejam dispostos a renunciar à violência e a reconhecer as leis que estão em vigor no nosso país, particularmente a lei constitucional.

Agora que a África do Sul está impedida, pelos acordos, de apoiar a Unita, haveria outras potências interessadas em mantê-la como instrumento?

— É claro que pode haver quem se interesse em vir a utilizar a Unita, num dado momento, para atingir objetivos de desestabilização na região.

A Unita já foi utilizada, não simplesmente para a desestabilização em Angola, mas também na Zâmbia, e ameaçou outros países, caso não assumissem determinadas posições a seu favor. Neste momento, muitos elementos da Unita estão recebendo cartões de identificação da Namíbia, com o objetivo de amanhã votarem contra a Swapo, nas eleições que se realizarão antes da independência.

E, como profissionais de desestabilização que são, eventualmente atuam conjuntamente com elementos pertencentes às unidades de policiais autóctones, que foram transformados em tropas altamente especializadas. Assim estão estabelecendo, portanto, todo um cinturão de desestabilização na região.

O difícil período de pós-guerra

Ministro, quando termina um período de guerra — e esperamos que possa realmente se pensar no fim da guerra em Angola — as aspirações populares postergadas começam a aflorar com mais força. Acredita que, ao vir um período de paz, o governo do MPLA-PT poderá dar respostas às demandas populares?

— Um dos objetivos fundamentais que persegue a direção do nosso Partido e do governo é a melhoria sistemática das condições de vida da nossa população. Aliás, esta constitui a razão básica de toda luta que foi desenvolvida pelo povo angolano e é a essência da luta pela reconstrução nacional e, numa etapa posterior, pelo desenvolvimento. O nosso lema é, de fato, criar as condições para que Angola possa se desenvolver e atingir padrões não-inferiores aos países mais desenvolvidos do mundo. Naturalmente, hoje, os países desenvolvidos não permitem a transferência de tecnologia aos países menos desenvolvidos e, dessa forma, aumentam o fosso já existente entre os dois blocos.

Nós temos de dominar as tecnolo-

gias, criar as condições para a transformação das nossas potencialidades e construir um país desenvolvido, onde a população possa usufruir da riqueza, que este imenso e belo território dispõe.

Nós vamos ter, no princípio, grandes dificuldades. Mas são superáveis a médio prazo. Não temos ilusões da profundidade da crise, mas estamos absolutamente convencidos de que, com a capacidade que o povo angolano sempre demonstrou, e a tenacidade com que se entregou às tarefas várias, também esse objetivo será atingido.

Acredita, então, no sucesso do Plano de Saneamento Econômico e Financeiro, atualmente em curso?

- Algumas das medidas ora aprovadas, numa primeira fase, vão contribuir para uma certa degradação do nível de vida - do poder de compra, sobretudo - dos trabalhadores. Ou seja, dos elementos da população de menor renda. Mas nós estamos absolutamente convencidos de que os esforços que vão ser feitos, no sentido de criar as condições para um fluxo maior de mercadorias no mercado, contribuirão para a estabilização do sistema e, posteriormente, para elevar o poder de compra dessas camadas da população.

Poderia definir um prazo?

- Eu diria a médio prazo. Gostaria que na época da realização de nosso 2º Congresso, nós já tivéssemos estabilizado a economia num patamar, que assegure um nível de vida bastante aceitável das nossas populações.

Dentro de um ano e pouco?

- Daqui a dois anos, fins de 1990.

Na avaliação do ministro haverá então, um período de dois anos de dificuldades. Mas depois vão se colher os frutos da política de austeridade?

- Eu imagino um período inicial de degradação, e depois um outro de estabilização e início de melhoria, mas ainda não até o nível adequado. E isso vai levar mais ou menos dois anos.

O porquê do "aperto de cintos".

- Para um povo, que aguardou com tanta ansia o fim da guerra, tem que ha-

ver uma explicação política adequada, para se entender que ainda serão necessários alguns anos para sentir uma melhoria na situação. Isso exige um trabalho de conscientização. Está sendo feito?

- Nós temos feito já alguns seminários. O próprio camarada presidente participou de esclarecimentos aos quadros e à população de uma maneira geral. Nós vamos continuar a desenvolver essa tarefa. Todas as pessoas devem saber que a aplicação das medidas econômicas vai exigir um aperto de cintos, mas com a perspectiva que esse cinto será desapertado e bastante alargado nos próximos tempos.

O que prevê, concretamente, o programa de recuperação econômica?

- Prevê o estancamento da crise e a criação das condições para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

Como sabe, nós fizemos uma análise profunda da situação econômica, e che-

"Temos de dominar as tecnologias, criar as condições para a transformação de nossas potencialidades e construir um país desenvolvido, onde a população usufrua da riqueza, que este imenso território dispõe"

gamos à conclusão de que tinham sido cometidos muitos erros. Em primeiro lugar, há demasiada concentração no setor público da nossa economia, que aliada à falta de quadros e à incapacidade de gestão, levou à bancarrota todo esse setor econômico.

Chegamos à conclusão de que era necessário diminuir substancialmente o setor público e aplicar uma política de alianças, que prevê a participação mais dinâmica de outros segmentos da população no desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, decidiu-se a mobilização da propriedade familiar e da propriedade cooperativa, a atração do investimento estrangeiro, quer direto ou através de *joint-ventures*, em associação.

Tudo isso, dentro de uma perspectiva de lançamento de um programa de desenvolvimento econômico.

Os resultados obtidos com o plano, são satisfatórios?

- Os resultados são animadores. E visível o entusiasmo e a adesão das populações na produção do setor familiar e do setor privado. Ambos começam a se estruturar para tomar conta de alguns setores de serviços, o que vai, sem dúvida nenhuma, melhorar todo o seu desempenho. Também é nítido o interesse manifestado pelos investidores estrangeiros: estão dispostos a vir para investir no setor primário e no setor secundário. Isso criará as condições para um rápido crescimento de nossa economia.

Vejamos um exemplo. Um dos problemas que temos vivido, a falta de alimentos, não era uma consequência da guerra. A não-aplicação de uma política de alianças fez com que, de fato, o setor camponês, por falta de incentivos, fosse desmobilizado. Desencantado, diminuiu a sua participação no setor produtivo. E, então, a produção praticamente paralisou, não em função da situação militar, mas, por falta de incentivos ao desenvolvimento econômico.

Hoje, a situação está mudando de forma drástica. A produção de algodão na região de Colibengo, por exemplo, estava completamente paralisada. Angola, que era um país exportador de algodão, passou a ser importador. Então, se resolveu lançar uma campanha de incentivos à produção de algodão. Em 1990, seguramente vamos ultrapassar o patamar das 1.500 toneladas.

É praticamente tudo produção familiar?

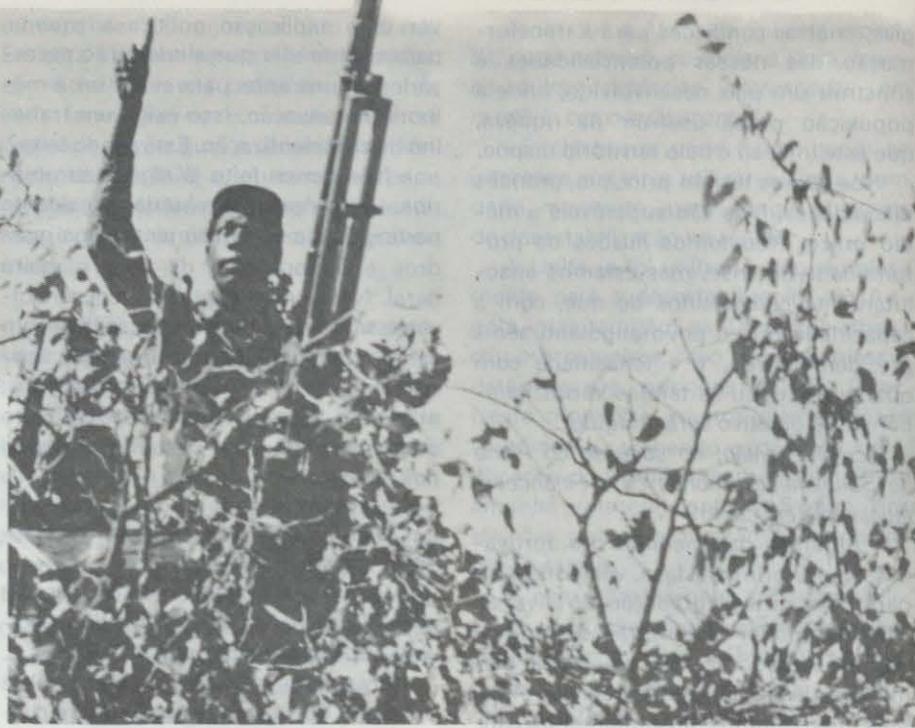
- É produção familiar só.

Com subsídios, créditos?

- Ainda não foram dados os créditos. Só injeções de alguns incentivos, como a preparação das terras, mobilização dos camponeses e o lançamento da comercialização dos produtos.

A certeza da compra?

- Exatamente. Quando forem introduzidos outros incentivos, nós estamos inteiramente convencidos de que a recuperação será em progressão geométrica. Por tudo isso, penso que nós temos bases suficientes para, de fato, afirmar que a recuperação econômica será uma realidade e a melhoria das condições de vida das populações virá em breve. •



A ameaça externa continua preocupando, após treze anos de guerra, diz o comandante Pedalé

“ Os sul-africanos ainda estão apoiando a Unita ”

A tentativa de um golpe de estado não passa pela cabeça dos militares angolanos, que antes de mais nada são militantes do Partido que governa o país. É a afirmação do ministro da Defesa, “Pedalé”, para quem o perigo ainda são os sul-africanos, que continuam a dar cobertura aos grupos contra-revolucionários

O ministro da Defesa de Angola, Pedro Maria Tonha, “Pedalé”, recebeu os jornalistas brasileiros e os que cobriam a conferência dos ministros da SADCC, reunida em Luanda nos dias da visita do presidente Sarney. Foi uma entrevista cordial, na qual o ministro não pôs restrição a qualquer tipo de tema, mas advertiu: “A imprensa também é uma arma. Quando é mal utilizada, ela destrói”. E lembrou que, apesar da abertura em relação à imprensa estrangeira, nem sempre a cobertura dos enviados especiais contribuiu para dar uma visão justa da situação no país e na região.

O ministro falou das expectativas de Angola em relação à cooperação militar com o Brasil, do futuro da Unita e das perspectivas de paz na África Austral.

O Brasil é o terceiro produtor e fornecedor de armas do mundo. Angola, mesmo se concretizar a paz, necessitará de armamento. Está prevista a compra de equipamentos militares brasileiros?

– A compra de armamento não é tão fácil. Durante a luta de libertação nacional contra a ocupação colonial, tivemos a ajuda dos países socialistas. Após a independência, tivemos que começar a comprar os equipamentos necessários

para a defesa do nosso território. O país que mais nos fornecia armamento na era colonial era a União Soviética, e ainda hoje é dessa origem a maioria do armamento que possuímos. Ultimamente, temos procurado comprar uma pouca quantidade do Ocidente, de acordo com as nossas necessidades. Se com o Brasil – que é uma potência no fabrico de armamentos – tivermos possibilidades financeiras para equiparmos nossas forças armadas, é possível que num futuro próximo o possamos fazer.

Existe, no momento, algum tipo de cooperação militar com o Brasil?

– Ao nível das forças armadas, já temos uma cooperação com o Brasil. Nós, ultimamente, compramos alguns carros militares – que estão circulando na cidade de Luanda – de fabricação brasileira. Começamos por aí e é possível que, num futuro próximo, possamos estender as compras e a cooperação para outros níveis, como o domínio da formação de quadros do nosso exército.

As repercussões da anistia

Quais as ações militares atuais da Unita?

- De acordo com as possibilidades que possui, a Unita tem realizado recentemente o mesmo tipo de ações de sempre: sabotagem, assassinio das populações indefesas, ataques a bomba (colocam alguns engenhos explosivos em determinadas áreas importantes, principalmente as vias de comunicação, pontes, edifícios). Mas, depois de todas as iniciativas que estão em curso, essas ações paulatinamente vêm diminuindo. No entanto, ainda não podemos dizer que as ações dos bandos armados da Unita cessaram. Elas continuam.

Tem dado algum resultado imediato a promulgação da lei de anistia?

- Após termos desencadeado toda uma atividade de esclarecimento daqueles compatriotas, que por várias ra-

Houve civis que foram forçados, durante anos, a viver nas regiões sob controle da Unita. Que está acontecendo com eles?

- Em determinadas áreas onde operaram durante muitos anos, os bandos armados impuseram termos de cativo à população civil, que foi impedida de estar à vontade e colaborar com as autoridades locais. Neste momento, milhares de populares abandonam as áreas onde os inimigos se encontravam e vêm se apresentar às autoridades.

Inclusive, em certas regiões nas quais nosso governo não tem capacidade de resolver todos os problemas desses compatriotas (porque como é evidente, uma pessoa que vive na mata durante muitos anos carece de tudo, e é necessário que se lhe forneçam meios de

ainda a realizar ações de desestabilização e sabotagem. Por isso, nós temos que adaptar as nossas forças armadas a este novo tipo de guerra. Necessitamos de forças especiais que possam fazer face e neutralizar, rapidamente, as ações que esses pequenos grupos levam a cabo, dentro de nosso território, contra as nossas populações e contra objetivos econômicos, principalmente.

Portanto, depois de termos saneado todas as ingerências externas, pensamos que será necessário reorganizar nossas forças. Não quero dizer com isso que antigamente nós não tínhamos forças, que combatiam a Unita. Praticamente, possuíamos uma organização de duas forças quase diferentes: uma, que compreendia a maioria das unidades, organizada de forma convencional, que se dedicava às operações contra as forças exteriores, no caso, o exército como o sul-africano, que invadiu o país e ocupava determinadas áreas; e outras para enfrentar a Unita. Mas agora, pelo menos metade das forças convencionais será reorganizada, preparada noutros moldes. É necessário fazer essa reorganização, esse treinamento, para podermos neutralizar a ação desses grupelhos.

Têm havido notícias de operações militares da Unita realizadas a partir da fronteira com o Zaire. Estaria assim provada a ingerência zaireense? O ministro acredita que venham a ocorrer combates na fronteira?

- A Unita tem realizado algumas ações no norte. São pequenos grupos que não têm expressão, que buscam criar uma imagem de que operam em de todo o país e, principalmente, no norte. Muitos comentam que a Unita está transferindo o seu estado-maior para o norte, para a fronteira com o Zaire. Bom, se assim for, se o Zaire tiver de albergar esses grupos e tiver de apoiar operações contra a soberania do povo angolano, com certeza encontraremos formas de resolver o problema.

Pelo tipo de ações realizadas, ao longo da fronteira, possivelmente alguns desses grupos venham do Zaire. Temos uma fronteira comum de 2.600km, onde há densas florestas. Portanto, nem nós angolanos, nem os zaireenses temos ca-



A participação de toda a sociedade foi decisiva para a vitória sobre a agressão racista

ções se deixaram levar pelas ambições de elementos reacionários, têm havido várias tentativas de muitos deles de encontrarem formas de abraçar a política de clemência. E após se ter tomado a decisão de publicar a lei de anistia, nós temos notado que há muito interesse, tanto de parte daqueles que estão dentro do país, quanto dos que estão fora, de se acolherem a ela. Nós pensamos que é possível que venhamos a obter resultados positivos. Isto poderá contribuir para que as ações que os bandos levam a cabo diminuam.

primeira necessidade) nossas tropas dividem aquilo que consomem com as populações.

Novas realidades militares

Recentemente, foi determinado que o exército angolano sofrerá alterações na sua estrutura, adaptando algumas unidades às operações antiguerilheiras. O governo avalia que a Unita continuará a operar durante muito tempo?

- Sim. Acreditamos que os bandos armados continuarão por muitos anos



Jonas Savimbi, da Unita

pacidade para controlar toda a sua extensão. É possível que existam grupos dentro do território zaireense, que penetram em Angola. E quando nós os atacamos dentro do país, a tendência é que eles fujam para a fronteira. Se vão para o Zaire ou não, não sabemos. Nós respeitamos sempre a soberania do terri-



Soldado cubano despede-se de Luanda

tório zaireense e respeitamos as relações existentes entre Angola e o Zaire. Nunca, nas nossas incursões contra esses bandos, violamos a fronteira. Mas toda e qualquer presença inimiga dentro do nosso território tenham certeza, que nós a combateremos. Mas, não dentro do Zaire.

Ainda está em curso a operação de instalação – no território do sul de Angola desocupado pelas forças sul-africanas – dos observadores da ONU. Há indícios de que a Unita ainda conte com apoio sul-africano?

– Faltam três ou quatro postos das forças da ONU que ainda não foram montados. É preciso dizer que os sul-africanos continuam a apoiar a Unita. Os sul-africanos não disseram ainda que deixaram de apoiar a Unita. E, naquelas áreas onde nós ainda não controlamos a fronteira, com certeza continuam a utilizar aquela Faixa de Caprivi, que faz a fronteira entre a Zâmbia e Angola, para dar todo o apoio aos bandos da Unita. Essa situação ainda existe. Os sul-africanos podem não penetrar no nosso território, mas se deslocam até a fronteira e os elementos da Unita recebem o apoio que é necessário.

O "quartel-general" da Unita está em Jamba. As forças armadas angolanas têm uma aviação que entrou em combate várias vezes, inclusive na decisiva batalha de Cuito Cuanavale. Por que o governo nunca buscou destruir a Unita pela raiz, bombardeando Jamba?



A sabotagem dos bandos armados da Unita visa a provocar o maior dano econômico ao povo angolano

O fosso da discórdia

Várias medidas anunciadas pela administração Bush, entre elas a designação de John Negroponte como embaixador e as pressões para a privatização das maiores e estratégicas empresas estatais, como a Petróleos Mexicanos, mostram um endurecimento de Washington em relação ao grande vizinho latino-americano

Ernesto Osorio

Poucos dias após a posse de George Bush na Casa Branca, as autoridades norte-americanas divulgaram um plano para a construção de um fosso na fronteira do México com os Estados Unidos, na altura de San Diego, na Califórnia, com a extensão de quatro milhas (pouco mais de 7 km), 14 pés de largura (4,6m) e sete de profundidade (2,3m), que ficaria sob vigilância permanente da Guarda Nacional. O obstáculo teria o objetivo de impedir a passagem de imigrantes latinos ilegais e reduzir o tráfico de entorpecentes. Como não poderia deixar de acontecer, logo se identificou o plano com o Muro de Berlim, devido à semelhança de objetivos.

A notícia levantou polêmica nos meios políticos norte-americanos e também no México, onde as críticas partiram tanto dos setores oficiais, quanto da oposição esquerdista, que consideraram o projeto "uma agressão à soberania mexicana".

Na mesma ocasião, também em Washington, reunia-se a Fundação Heritage, que congrega os setores mais conservadores da direita estadunidense. O tema central desse encontro anual foram as relações bilaterais com o México e as possíveis modificações a serem feitas pela nova administração empossada na Casa Branca. Dos debates participaram diplomatas, como o ex-assessor de segurança nacional de Reagan, Constantine Menges, e o ex-embaixador no México, John Gavin.

Ambos criticaram, com amargura e rancor, os anteriores governos mexicanos e lançaram, como idéias a serem seguidas pelo presidente Carlos Salinas de Gortari, sugestões de maior abertura da economia do país ao mercado internacional, especialmente para os Estados

Unidos. Propuseram a desestatização de empresas públicas e sua passagem ao controle privado, destacando especial interesse pela privatização da Petróleos Mexicanos-Pemex.

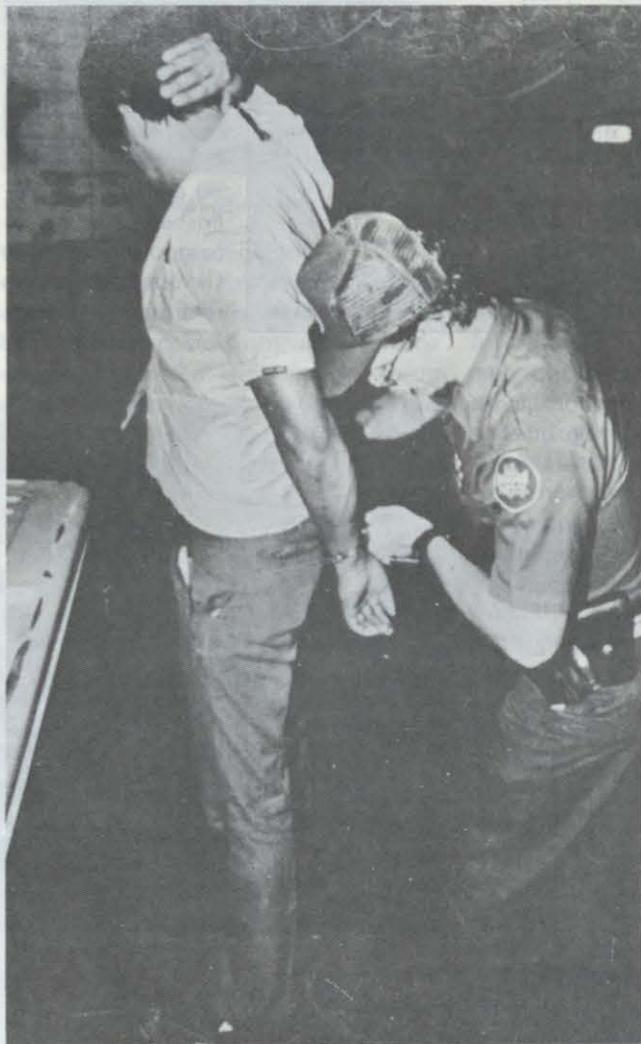
As agressões não ocorreram de for-

torno da dívida externa. O chanceler Fernando Solana, por sua parte, fazia um giro pela América Central, onde reiterava o apoio incondicional do México aos processos de paz na região e assegurava a solidariedade de seu governo ao povo centro-americano.

A sucessão desses acontecimentos não é uma simples coincidência de datas e ocasiões, mas é a explicitação de uma realidade evidente há muito tempo: a constante deterioração das relações entre o México e os Estados Unidos.

Política externa em debate

As razões dessas dificuldades crescentes exigiriam uma longa exposição, que superaria em muito os limites deste artigo. Mas, pode-se citar, a título de resumo, que na base das desavenças está o desagrado permanente de Washington com a política externa independente dos mexicanos, particularmente quanto aos países da América Central e aos

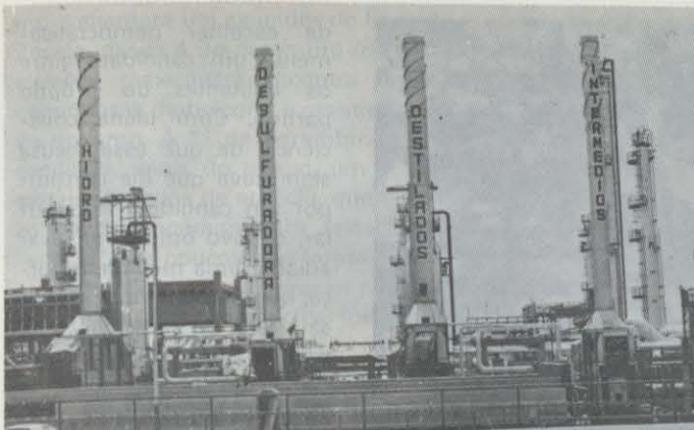


A patrulha detém mexicano que tentava atravessar a fronteira

países socialistas. Isto ficou claro durante a reunião anual da Fundação Heritage, quando Constantine Menges acusou de "desrespeitosa" a atitude do governo mexi-

ma isolada. Estas pressões eram feitas na mesma ocasião em que o ministro da Fazenda e Crédito Público, Pedro Aspe, estava em Washington, reabrindo negociações com a banca internacional, em

países socialistas. Isto ficou claro durante a reunião anual da Fundação Heritage, quando Constantine Menges acusou de "desrespeitosa" a atitude do governo mexi-



A idéia de privatização da Pemex é um dos muitos pontos de divergência entre México e EUA e o encontro Bush-Gortari não aliviou tensão

cano, que, enquanto buscava chegar a um acordo com os credores internacionais, assegurava solidariedade ao governo da Nicarágua, classificado por Washington como uma ameaça a seus interesses. As agressões não pararam por aí. Já no dia primeiro de fevereiro — dez dias após a posse de George Bush — o diário "The New York Times" informava que a Casa Branca havia escolhido o ex-assessor de segurança nacional John Negroponte para embaixador na Cidade do México.

Diplomata de carreira, Negroponte carrega em seu currículo a marca de serviços em lugares e ocasiões de alta

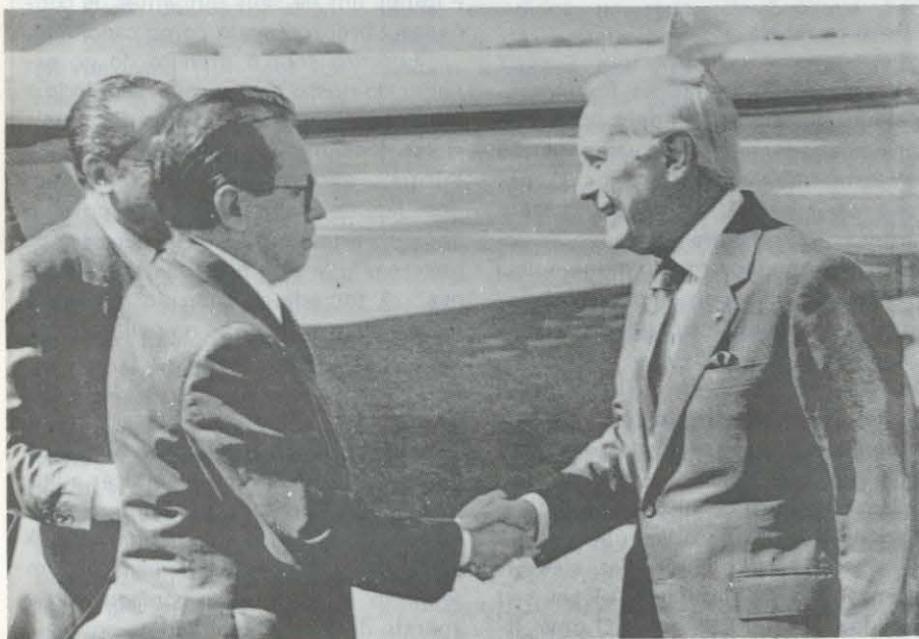
instabilidade: países asiáticos como Vietnã, Hong Kong e Campuchea, ou, mais recentemente, Honduras, na América Central, onde chegou a servir como embaixador (1981-85). Enquanto lá esteve, aumentaram as violações dos direitos humanos em Honduras, onde foi determinante sua ação, para que o governo de Tegucigalpa concedesse bases militares ao exército dos Estados Unidos. É pública, igualmente, sua ajuda aos "contras" nicaraguenses, e a agência de notícias Efe o vincula ao escândalo Irã-Contras, no qual desempenhou a tarefa de entregar armas aos rebeldes direitistas.

A possível nomeação de Negroponte para a Cidade do México causa inquietação. Para muitos observadores internacionais, sua presença poderia vir a utilizar a mobilização social, decorrente do descontentamento da oposição, que se verifica desde as eleições de meados do ano passado.

O clima tenso das relações bilaterais evidenciou-se, mais uma vez, durante a entrevista do presidente Carlos Salinas de Gortari com George Bush, ocasião em que o novo mandatário norte-americano ofereceu-se para apresentar alternativas na questão da renegociação da dívida externa, mas do ponto de vista da Casa Branca.

O governo mexicano já deu sua aprovação ao nome de Negroponte, embora o congresso norte-americano ainda não tenha confirmado a indicação. Esta precipitação da chancelaria mexicana provocou diversas críticas no país, e a oposição esquerdista já anunciou que fará mobilizações de protesto, quando o representante da Casa Branca desembarcar. A direita mantém-se alheia ao tema, revelando com seu silêncio uma tácita aprovação ao diplomata norte-americano, à espera talvez de concessões futuras.

Tudo indica que o assunto continuará a gerar debates ainda por algum tempo, enquanto surgem novas discussões em torno do segundo Documento de Santa Fé, onde figuram sugestões do Conselho de Segurança Nacional e da Agência Central de Inteligência-CIA, para o reordenamento das relações de Washington com o resto do mundo. ●



A diplomacia mexicana incomoda Washington. Na foto, Solana (óculos) na Costa Rica



Yuriria: O poder popular

A experiência de um pequeno município do estado de Guanajuato mostra o enfraquecimento da estrutura do PRI e o surgimento de uma nova força política

Héctor Ramos G.

“**J**á sabes que o PRI quer nos impor o mau caráter do Lorenzo na prefeitura”, disse minha cunhada, logo que cheguei dos Estados Unidos para passar as festas de fim de ano com minha família e amigos. “Como você vê, agora até Carlos anda metido”, acrescentou minha irmã.

Para mim, isso foi uma grande surpresa. Falar de política era considerado de mau gosto para minha família, meus amigos e o povo em geral. Agora, no entanto, todos os dias durante as refeições, enquanto bebia um drinque com amigos, nas festas de fim de ano, se falava de política: da “fraude eleitoral”, dos “cardenistas”, dos debates no Congresso, enfim, do futuro do país.

O México vive um período de transição para a conformação de valores e instituições democráticas, uma nova consciência nacional está surgindo. A sociedade civil não está vendo mais a figura do presidente como um ser todo poderoso e onipresente, e o Estado já não é mais um ser que está acima do bem e do mal. O grande espetáculo de

massas de 1988 não foi o futebol, nem as telenovelas, mas a política. Pela primeira vez, desde a Revolução Mexicana, a política se tornou tema permanente em todas as conversas, na reunião diária da família, em festas, praças públicas e, inclusive, nos bares.

O povo se rebela

Yuriria é um município fundamentalmente agrário e camponês do estado de Guanajuato, que tem uma população de 60 mil habitantes. Nos anos 30, período presidencial do general Lázaro Cárdenas, Yuriria era um povo *cristero* (um movimento armado dirigido pela igreja católica). Depois da derrota do levante dos *cristeros*, seus líderes e, conseqüentemente, o povo, se “converteram” ao PRI. Durante meio século, o Partido Revolucionário Institucional governou Yuriria (e o resto do país), sem nenhuma contestação.

Em novembro de 1988, no entanto, o povo de Yuriria reivindicou ao partido do governo, pela primeira vez, eleições internas democráticas para eleger seu candidato. O PRI se negou. O povo ficou perplexo. Abertamente, os dirigentes o impediam de exercer seu direito

de escolher democraticamente um candidato entre os militantes do próprio partido. Com plena consciência de que essa recusa significava que lhe iam impor um candidato impopular, o povo optou por levar adiante uma medida de força, que demonstra sua recusa à falta de participação no partido e aos métodos tradicionais de “fazer política” no país. Decidiu-se, então, uma tomada simbólica da sede da prefeitura.

Consumada a medida, a população resolveu mantê-la sob ocupação por algum tempo, para pressionar as autoridades do partido do governo. As eleições se aproximavam e a sede do poder municipal em Yuriria continuava em poder da população. A participação popular na discussão política começou a crescer. Um número cada vez maior de pessoas participava das passeatas, assembléias e comícios. Depois de duas semanas de ocupação da prefeitura, o PRI armou uma cilada: aceita, aparentemente, a demanda popular em troca da desocupação do prédio. Em seguida, enviou o exército para guardar a municipalidade e impôs um de seus dirigentes de confiança, Lorenzo Zavala, como candidato.

“Lorenzo será o prefeito do governador do nosso estado, que, seguindo o costume, nomeia os prefeitos dos municípios. Mas, não é o prefeito do povo de Yuriria”, afirmou Zeferino Reyes, um dos líderes da rebelião. O povo o apoiou, gritando “não o deixaremos governar”, “morra o PRI, viva o Cárdenas”. A tomada da sede do município foi um divisor de águas na política local.

O boicote

A partir dessa experiência, a maioria da população passou a identificar a burocracia do PRI como sua inimiga e começou a buscar uma nova liderança. A partir de então, está em gestação um segundo poder, que se confrontará ao aparato do PRI: o emanado do povo organizado.

“Gente analfabeta e ignorante”, co-

mo a chamara um seguidor de Lorenzo Zavala, desde 4 de dezembro (data das eleições mexicanas) encontra formas engenhosas de boicotar e resistir ao novo governo. A 11 de dezembro foi incendiado, antes do tempo, um grande castelo de fogos de artifício, que Lorenzo havia preparado para festejar sua "vitória". Os poucos que foram "carregados" pela gente de Lorenzo para ouvir o novo prefeito municipal foram dispersados com paus e pedras.

Tradicionalmente, no dia 2 de janeiro devia ser realizado um baile, nos dias 3 e 4 corrida de touros e, ainda no dia 4 de janeiro, uma feira. Foi tudo um fracasso. O povo se negou a participar. Fizeram seu próprio baile e sua feira, apesar das pressões do governo, que incluía a ameaça de não deixar aparecer com vida os dois líderes da revolta que estavam desaparecidos.

A criatividade popular para resistir à máquina burocrática é enorme e se pode observar diariamente. É comum ver as pessoas usarem os recursos do próprio PRI para protestar contra o governo. O partido do governo distribui tí-

quetes de leite, permissão para vendedores ambulantes ou paga às pessoas para que assistam manifestações de apoio ao governo. Uma vez terminada a manifestação, as mesmas pessoas organizam outra, contra o governo. Como em 1910, hoje também a sociedade disputa com o Estado o monopólio do poder.

Essa disputa por uma vida democrática se dá de norte a sul, em todos os níveis e setores: no congresso, nas prefeituras, universidades, sindicatos, comunidades camponesas, nos bairros, e até entre as chamadas "Marías", as vendedoras ambulantes.

Desde que os astecas e os maias foram conquistados, há 500 anos, o México carece de uma vida democrática. Não porque os "bárbaros" mexicanos não tiveram vocação ou condições para essa forma de convivência política, mas porque toda vez que o México pensava em fazer renascer a democracia, como acontece agora, sempre havia forças externas, que em nome da própria "democracia", se aliavam a grupos internos autoritários, para restabelecer "a paz e a ordem".

Um documento oficial do governo dos Estados Unidos reconhece que "o povo norte-americano considera mais proveitoso o seu relacionamento com governos democráticos do que com regimes autoritários" e anuncia uma reunião continental, em meados de 1989, para apoiar e promulgar "a Carta Magna da Democracia Pan-americana". Esperamos que a administração Bush veja, no atual processo mexicano, um aliado da "Democracia Pan-americana" e não um "perigo esquerdista", como a imprensa dos Estados Unidos se empenha em qualificá-lo. Nem Cuauhtémoc Cárdenas, nem o povo que o segue, são esquerdistas ou comunistas. O povo mexicano é, antes de tudo, *guadalupano* - devoto da Virgem de Guadalupe - e tem vocação democrática. Em pesquisa realizada em 1988, o ex-presidente dos Estados Unidos John Kennedy foi eleito o mais popular entre os mexicanos. A razão justificada pelos entrevistados para sua preferência era de que o ex-presidente norte-americano "visitou a Virgem de Guadalupe, quando esteve no México".

Dano ecológico

□ Cerca de 700 mil crianças, residentes na capital mexicana (10% dos escolares do país), faltaram às aulas, nos últimos meses, porque vêm apresentando enfermidades respiratórias, causadas pela poluição atmosférica.

A denúncia foi feita no Congresso Nacional Permanente de Ecologia, por mais de 200 entidades mexicanas de proteção à natureza e ao meio ambiente. Segundo os ecologistas, a contaminação do ar, na Cidade do México, aumentou em 40% os problemas respiratórios da população. As maiores vítimas, além das crianças, são as pessoas idosas: um estudo do Sindicato dos Trabalhadores Estatais mostra que 70% dos pacientes de mais

idade, atendidos na rede hospitalar da capital, apresentam infecções das vias respiratórias. Doenças gastrointestinais, conjuntivite e problemas dermatológicos são outras grandes incidências, causadas pela poluição.

O congresso ecológico divulgou dados importantes sobre a situação do meio ambiente no México. Reduziu-se, por exemplo, de 12 quilômetros para apenas 500 metros a visibilidade, na capital, nos últimos 40 anos. Aproximadamente 705 das bacias fluviais estão contaminadas, no país, que perdeu, desde 1982, 40 milhões de hectares de bosques. E mais: o lançamento de poluentes, na atmosfera, cresceu de dois milhões de toneladas, em 1981, para sete

milhões, em 1988.

Quase que simultaneamente à constituição do congresso, o vice-ministro de Ecologia, Sérgio Reyes Lujan, anunciou a edição de 12 normas técnicas e três novos regulamentos, orientados para combater a contaminação ambiental. Os ecologistas acolheram com ceticismo o pronunciamento de Reyes, sobretudo a intenção de aplicar severas medidas contra os 2,5 milhões de veículos e as 30 mil indústrias, que poluem a capital.

Reyes informou que as indústrias aderiram a um plano para paralisar atividades, em caso de emergência ambiental. Explicou que o índice metropolitano de qualidade do ar caiu aos 200 pontos (nível máximo permitido) e só não foi acionado o plano de contingências ambientais, porque as condições climatológicas das 24

horas seguintes favoreciam a dispersão dos gases tóxicos, na atmosfera.

A bióloga Albertina Toscano diz que os governos contam com leis para proteger o meio ambiente. "Mas, as autoridades não se atrevem a aplicá-las, porque entrariam em choque com interesses muito fortes, da própria elite governante".

Para exemplificar o imobilismo do governo nessa área, Toscano cita o plano oficial denominado "Um dia sem automóvel", para diminuir a poluição na capital. "A iniciativa", diz ela, "fracassou inteiramente, porque teve caráter voluntário. Mas em Tóquio, por exemplo, uma decisão governamental, que obrigou o usuário a ficar um dia sem carro, foi decisiva para limpar o ar da cidade, que, há alguns anos, é a mais poluída do mundo".

Mário de Cautin

Os erros de ALAN GARCIA

Uma inflação prevista de 15.000% para este ano, mais o terrorismo e o narcotráfico ameaçam as bases da sociedade peruana e desafiam a imaginação da classe política do país, em busca de saída da crise

Marcelo Montenegro

A obsolescência de um estilo de governo, a ineficiência de todo o aparato institucional democrático e a presença de dois novos atores, no cenário político: o narcotráfico e o terrorismo. Esses são os aspectos que definem a base estrutural da crise vivida hoje pelo Peru, na opinião de um dos mais atuantes deputados daquele país, o socialista Sánchez Albarera*. "É nesse contexto", diz o deputado, "que devem ser analisados os indicadores de uma realidade econômica, na qual a inflação, que chegou a 2.000%, em 1988, pode alcançar o elevado patamar de 10.000 a 15.000%, este ano".

Consultor do Sistema Econômico Latino-Americano-Sela e do Acordo de Cartagena, Albarera participou, em 1977, da fundação do Partido Socialista Revolucionário do Peru-PSR. Ele é docente das universidades de San Marcos e del Pacífico e pesquisador de temas econômicos e sociais. Nesta entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, no Rio de Janeiro, durante a reunião do Grupo dos Oito, a que assistiu como integrante da delegação de seu país, o economista e deputado socialista faz uma completa radiografia da sociedade e do Estado peruanos.

A crise de estilo

Segundo Albarera, o acesso ao poder, em 1985, do Partido da Aliança Popular Revolucionária Americana-Apra, com Alan Garcia como candidato a presidente, representou uma tentativa de "modernizar" o tradicional populismo do partido, com um discurso de impacto e uma figura jovem e carismática. "Alan Garcia", explica o deputado, "assumiu



Peruanos obtêm passaportes para sair do país, fugindo da crise

o papel com decisão, surpreendendo por sua clareza de enfoque e dinamismo. O Peru necessitava seriamente de crescimento econômico e, para isto, devia limitar o pagamento dos serviços da sua dívida externa. Na eleição de 1985, 83% dos eleitores expressaram uma expectativa de mudança social, votos que poderiam ser definidos como 'de esquerda'. Alan Garcia obteve pouco mais de 51%, enquanto a Esquerda Unida ficou

com 32% dos votos".

O parlamentar e pesquisador lembra que o Peru vinha de governos que haviam aplicado planos de ajustes econômicos, reduzindo o poder de compra da população e empobrecendo o mercado interno. "Ao mesmo tempo", prossegue ele, "essa política econômica permitiu acumular reservas, mas reduziu a atividade industrial à metade da capacidade instalada. Contando com 2,4 bi-

Albarera: inabilidades deixaram Alan Garcia sem qualquer margem de manobra



ATENDENDO A PEDIDOS

Solicite agora os livros e discos de sua preferência, por telefone ou carta, independente dos que estão à venda em nosso catálogo. Acreditamos que, desta forma, estamos prestando mais um serviço aos nossos leitores e assinantes.

Ligue: (021) 252-7440 e faça seu pedido.

terceiro mundo

POSTAL
CULTURAL

GUIA 89

Nos próximos dias, nas principais bancas do país, GUIA DO TERCEIRO MUNDO/89. Reserve já o seu exemplar.

ANO III - 1989 - Nº 20

Preços desta edição válidos até 31.05.89

DOMINAÇÃO PELA FOME

fartura e desperdício

DOMINAÇÃO PELA FOME

Economia Política
do Abastecimento

MIRANDA NETO

O país que não cuida da saúde e da Educação de seu povo, está condenado ao subdesenvolvimento e à dependência político-econômica. Por questões sócio-culturais, o desperdício de alimentos no Brasil é muito grande. O problema é agravado ainda mais devido ao controle comercial sobre os produtos agrícolas, exercido por grupos envolvidos na compra, distribuição e venda dessas mercadorias.

Nesse livro, o economista Miranda Neto denuncia esse "tráfego de alimentos", decorrente de uma escassez artificialmente provocada, com o objetivo de controlar preços e favorecer a lucratividade nesses setores que, por deterem o poder econômico, influem indiretamente no poder político.

Segundo Miranda Neto, as maiores vítimas dessa intricada e complexa trajetória dos produtos

- do campo à mesa - são o pequeno produtor, o varejista e o consumidor, que estão completamente desassistidos por causa de uma ineficaz política nacional para a produção de alimentos, ditada pela demanda externa. O mercado internacional é quem indica o que e quanto será plantado e colhido na próxima safra, em detrimento do abastecimento interno.

Para o autor, a fome é um problema de soberania nacional, na medida em que compromete toda uma geração. "É uma geração que não vai poder pensar ou discutir, pois não vai ter a formação completa do cérebro por causa da desnutrição; sua ou de sua mãe", pondera o economista. O que distingue os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos não é somente a existência de recursos naturais, nem a disponibilidade de capital, mas, sobretudo, o surgimento de idéias e líderes que irão conduzir a uma organização social mais justa e democrática, livre da vergonhosa mancha da fome.

E-193 NCz\$ 7,50

ROGER SMITH
De: Albert Lee

Presidente da maior e mais poderosa empresa do mundo, a General Motors, com 3 milhões de empregados e um faturamento anual de 100 bilhões de dólares, Roger Smith exerce a liderança mais polêmica da história da administração de

empresas em todo o mundo. A GM possui fábricas e instalações, da Austrália ao Zaire. De cada cinco automóveis, um foi fabricado pela GM. De suas fábricas, saiu até mesmo o único carro estacionado na superfície da lua. Seus competidores mais próximos têm menos da metade do seu patrimônio. Produziu a grande maioria de todas as locomotivas diesel e mais computadores do que qualquer um, e só perde para o Governo dos EUA em operações financeiras.

Na direção da General Motors, desde 1981, Roger Smith mexeu na estrutura organizacional que a orientou durante 75 anos e a manteve na liderança. Investiu 80 bilhões de dólares para reestruturar a corporação à sua maneira. No seu projeto estão incluídos a elite da alta tecnologia, fábricas robotizadas, mão-de-obra reduzida e o seu objetivo é o domínio da indústria automobilística mundial.

Dispondo de bilhões de dólares para investir em equipamentos modernos e informatizar a produção, a GM tornou-se, em pouco tempo, a indústria automobilística mais dispendiosa da América, com os mais baixos índices de lucratividade. Roger Smith tem até 1990, quando termina sua gestão, para jogar a GM no século XXI, à frente de todos os concorrentes, ou transformá-la num gigante falido.

Publicado recentemente nos Estados Unidos, o livro Roger Smith vem causando grande impacto na imprensa internacional.

E-189 NCz\$ 13,00

HISTÓRIA VIVA

para ler e consultar



MEMORIAL DOS PALMARES
De: Ivan Alves Filho

Ao pôr abaixo toda uma estrutura que, poderíamos chamar de igualitária, a qual prevalece até a segunda metade do século XVI, o processo de colonização abre a via para a sociedade dividida em classes sociais antagônicas no Brasil. A partir daí, todas as propostas visando a modificar as condições de existência do povo brasileiro se darão no quadro de uma realidade classista onde os grupos humanos se definem pelo lugar que ocupam na esfera produtiva. Nessa perspectiva, todos os movimentos sociais, desde os mais autoritários aos mais democráticos, refletem as contradições objetivas da sociedade e tendem, sobretudo, a se posicionar no sentido da defesa dos interesses econômicos e políticos de uma classe historicamente determinada. O livro convida o leitor a examinar as peripécias dos palmarinos. A luta pela Abolição começa em Palmares. 204 pág.

E-191 NCz\$ 7,70



VENDAIVAL DA LIBERDADE
A Luta do Povo pela Abolição
De: Edmar Morel

Neste seu livro, Edmar Morel reconstitui o papel desempenhado pelo jangadeiro Francisco José do Nascimento, cognominado o DRAGÃO DO MAR, no contexto da luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Estudo objetivo e seguro, mas animado de um frêmito de entusiasmo, o que dá à sua leitura especial interesse **Vendaival da Liberdade** é obra que revela a ação de um bravo pioneiro no grande combate contra a exploração do trabalho escravo, ainda existente em tantos recantos do mundo, mormente naqueles em que o Imperialismo ou governos impopulares exercem a sua poderosa e opressiva dominação. 217 pág.

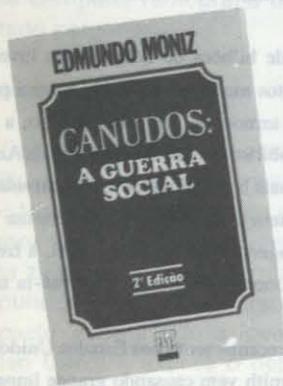
E-171 NCz\$ 6,50

CANUDOS:
A Guerra Social
De: Edmundo Moniz

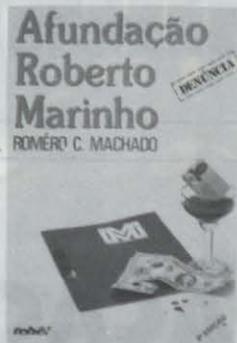
É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 NCz\$ 9,00



LIVROS DE SUCESSO



AFUNDAÇÃO
ROBERTO MARINHO
De: Romero C. Machado

O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 pág.

E-179 NCz\$ 9,00



O CASO PANTHER
De: José Joffily

José Joffily está prestando um serviço extraordinário ao nosso país, sobretudo à sua juventude, exumando com um metódico e competente trabalho de pesquisa e interpretação, episódios que a história oficial achou mais conveniente sepultar.

Seu último livro foi "O caso Panther", a história da invasão de Itajá, Santa Catarina, em 1905, por tripulantes daquela poderosa canhoieira alemã, em completo desrespeito à soberania brasileira. A ação dos invasores durou 50 dias e foram necessários 82 anos para que fosse conhecido em toda sua extensão e gravidade.

O mais curioso é que nem na Marinha nem no Arquivo Nacional o autor encontrou elementos para sua pesquisa. Mas não desanimou e, depois de quatro anos, nos oferece, agora, um trabalho documentado sobre um momento crucial do expansionismo germânico no novo mundo. 217 pág.

E-185 NCz\$ 7,50



CARTAS AO PLANETA BRASIL
De: Geneton Moraes Neto

O que se narra neste livro é dramaticamente real. São depoimentos inéditos, publicados na íntegra, rigorosamente sem cortes que expõem o pensamento completo dos entrevistados: Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos/Caetano Veloso, Ronald Edwards.

Um documento sobre a história brasileira recente. Fatos e testemunhos até hoje desconhecidos do público. 264 pág.

E-181 NCz\$ 8,00

MIGO
De: Darcy Ribeiro

Em Migo o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 pág.

E-178 NCz\$ 12,00

Assine terceiro mundo

Descontos
Promocionais
e
Brindes

É PRESENTE O ANO INTEIRO... PRA TODA A VIDA



OFERTA VÁLIDA ATÉ 31.05.89

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS NCz\$	TOTAL A PAGAR NCz\$	BRINDES
1	15,00	15,00	-
2	15,00	30,00	-
3	15,00	45,00	-
4	15,00	60,00	1 Livro de nossa escolha
5	15,00	75,00	3 Livros de nossa escolha

Assinatura (6 meses) NCz\$ 11,40

Renovação NCz\$ 15,00

Assinatura (2 anos) NCz\$ 30,00

Exemplar avulso NCz\$ 1,90

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome:	4 Nome:
Endereço:	Endereço:
Bairro: Cidade:	Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:	Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa	Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
2 Nome:	5 Nome:
Endereço:	Endereço:
Bairro: Cidade:	Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:	Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa	Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa
REMETENTE	
3 Nome:	Nome:
Endereço:	Endereço:
Bairro: Cidade:	Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:	Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa	



BRASÍLIA: A HISTÓRIA DE UMA AVENTURA

O livro foi escrito entre 1960 e 1961, o período Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, e só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontrei" - declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento". 73 pág.

E-184 NCz\$ 4,00

COMBATE NAS TREVAS
De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 pág.

E-188 NCz\$ 7,00

UM DESAFIO CHAMADO BRASIL
De: Arnaldo Mourthé

O livro consegue não só traduzir em linguagem acessível toda a complexidade da atual crise brasileira como, também, apresentar soluções consistentes para que o Brasil não se transforme definitivamente no pasto do capitalismo internacional, como querem nos suas elites no poder. 107 pág.

E-172 NCz\$ 3,50

SALA 4
De: Maria Werneck

Maria Werneck consegue com este livro lembrar com afeto e carinho o nome de suas companheiras da "Sala Quatro" e, na medida do possível, retratá-las, contar-nos o que era a vida diária na prisão, as idéias que trocavam e, até mesmo, as características pessoais de boa parte delas.

O livro descreve cenas dramáticas da retirada da cela da mulher de Prestes, entregue por Getúlio Vargas à Alemanha nazista, onde morreu num campo de concentração.

E-192 NCz\$ 6,50

O HOMEM E SUA FICHA
De: Jesus Soares Pereira

Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em abril de 1964, sem qualquer justificativa para tal violência.

Viu-se obrigado a emigrar do Brasil. Antes de abandonar a pátria, no entanto, elegeu o povo brasileiro como Tribunal de Honra e a ele submeteu a candente declaração de princípios e a impecável folha de serviço que é este livro.

E-180 NCz\$ 10,00

MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO
De: Mikhail Gorbachiov

77 pág.

E-155 NCz\$ 2,50



A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO
De: Daniel Herz

Há um lado da Rede Globo que é invisível para os que se relacionam com essa empresa simplesmente como telespectadores. Há algo que só se percebe por trás da Globo. Há um sentido oculto, no que a Globo representa, que só pode ser percebido quando se tem na mão o atestado de antecedentes dessa empresa. 300 pág.

E-168 NCz\$ 11,00

A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986
De: René Armand Dreifuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 pág.

E-165 NCz\$ 12,00

A ORIGINALIDADE DAS REVOLUÇÕES
De: Edmundo Moniz

Uma visão abrangente do socialismo no século XX. Começa pela revolução soviética e conclui com a análise do caso particular do Chile de Allende e com a apreciação das guerrilhas latino-americanas. 276 pág.

E-164 NCz\$ 7,50

UM OPERÁRIO BRASILEIRO EM CUBA
De: Isaque Fonseca e Sandra Mayrink Veiga

Isaque, um operário, e Sandra, de classe social localizada na outra ponta do novo, se unem para traçar juntos essa aventura: a de um operário brasileiro em Cuba. 172 pág.

E-183 NCz\$ 5,00

DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSURDO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES
De: Jacques Dezellin

Este livro prova que as dívidas externas são um engodo e que os privilégios às exportações servem, exclusivamente, aos interesses dos países desenvolvidos. 352 pág.

E-166 NCz\$ 8,00

TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL
De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retomar aos estudos dos problemas globais, sem o que estes problemas murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recordada sob medida para que nos contornemos com nossa secular situação de dependência".

(Celso Furtado) 289 pág.

E-156 NCz\$ 9,00

NICARÁGUA NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA
De: Mirian Goldenberg

156 pág.

E-144 NCz\$ 5,00

OUTUBRO E A PERESTROIKA
De: Mikhail Gorbachiov

86 pág.

E-153 NCz\$ 3,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

() assinante () não-assinante

Nome

Endereço

Bairro Cidade

Estado CEP Tel.:

Profissão

comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% Para pedidos acima de NCz\$ 25,00
- 10% Para pedidos acima de NCz\$ 30,00
- 15% Para assinantes com pedidos acima de NCz\$ 30,00
- 20% Para pagamento antecipado de pedidos acima de NCz\$ 38,00

terceiro mundo postal cultural n° 20

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 31.05.89

CÓDIGO	QUANTIDADE								

lhões de dólares de reserva e o setor industrial operando a 40 ou 50% da sua capacidade, a nova administração aprista contava com boas chances para lançar um plano de crescimento econômico. O chamado 'choque heterodoxo' consistiu na redução nas taxas de juro, congelamentos do câmbio e dos preços, aumento real dos salários, redução dos impostos sobre a produção e o consumo, e incentivos fiscais aos investimentos privados".

O efeito foi imediato. Albarera diz que, durante o primeiro ano, a economia cresceu em 9% e, no segundo, em 1987, esta taxa foi de 8%. Houve aumento na importação de insumos para a indústria e elevaram-se as compras de máquinas, no exterior. As remessas de divisas, para pagamento dos serviços da dívida, limitaram-se a 10% do valor das exportações e só foram pagos os juros da chamada "dívida velha", que são os empréstimos de médio e longo prazos, tomados pelo setor público, durante as administrações anteriores. Todos os empréstimos feitos posteriormente foram repactuados.

Na opinião de Albarera, o Apra se utilizou do palácio do governo para fazer anúncios espetaculares. Os preços dos alimentos básicos ficaram abaixo do próprio custo de importação. "O processo desencadeado pelo novo plano econômico", assegura o deputado, "converteu-se numa espécie de grande festa, cuja algazarra haveria de chegar ao fim no momento de pagar as contas. A expansão econômica se fez às custas das reservas financeiras do país. O primeiro ano de crescimento custou 400 milhões de dólares. O grande erro da administração aprista foi o desperdício. O crescimento sem austeridade gerou a evasão de dólares, o consumo de supérfluos pelas classes média e alta, tudo por conta das reservas cambiais".

As razões que motivaram os erros, para Albarera, foram de ordem política: "O populismo tem um estilo que está em crise. Alan Garcia sustentou, em campanha, que sua gestão beneficiaria a todos os peruanos e, efetivamente, tratou de fazê-lo, gerando um processo de gasto público que, em pouco tempo, acabou com toda margem de manobras futuras. O governo aprista, que desfru-



l'lanobra de efeito provocou queda no dólar paralelo, deixando os cambistas surpresos, em fevereiro. "A queda do dólar é um triunfo", definiu o governo peruano

tou de índices de popularidade inéditos para o Peru, chega ao final da festa criticado pela direita e pela esquerda, ficando com índice de aceitação que não vai a mais de 5% do eleitorado. Se levarmos em conta que, historicamente, o Apra tem em torno de 25% desse eleitorado, teremos uma idéia do prestígio que o partido perdeu".

A crise fiscal

A política de expansão lançada por Alan Garcia teve, também, um custo fiscal muito pesado. "Gastou-se dinheiro", afirma Albarera, "na reativação do aparelho produtivo, no incremento ao consumo, na geração de empregos e na melhoria dos salários dos servidores públicos, beneficiando professores, médicos etc. Isso gerou um gasto que não foi compensado pela arrecadação tributária".

O deputado socialista sustenta que o Peru atravessa o que poderia ser chamado de crise do relacionamento entre o público e o privado. Ou seja, as funções que o Estado deve realizar não recebem, por parte da sociedade, os recursos necessários para serem executadas; conseqüentemente, uma parte sig-

nificativa do custo fiscal tem que ser coberta com a emissão monetária, o que implica a escalada cada vez maior do déficit público.

"O problema do déficit fiscal", prossegue Albarera, "é da relação Estado-sociedade. Não é apenas um problema de má administração do gasto público. No Peru, há uma assimetria muito forte entre os recursos e as funções que a sociedade entrega ao Estado. Existem mais de 150 empresas públicas, geradas no seio do reformismo militar da década de 70. O Estado é um dos grandes produtores de minérios, controla o petróleo, tem 50% dos bancos, domina o principal do comércio exterior, ou seja, é um Estado muito intervencionista, com uma atividade empresarial bastante dinâmica. O congelamento das tarifas e preços públicos, com a inflação elevada, foi uma forma de transferência de recursos do setor público para o setor privado".

Albarera explica que o governo, por outro lado, com a intenção de não atritar-se com nenhum setor da sociedade, tentou estimular o investimento via incentivos fiscais. "Menos impostos sobre a renda, o patrimônio e sobre a produção. Isso gerou uma defasagem fiscal muito forte, que começou a pressionar a inflação. O governo cometeu ainda dois erros, na sua política econômica, que dificultaram o conjunto da administração: insistir com o modelo de vários tipos de câmbio e estabelecer, progressivamente, taxas de câmbio diferenciadas".



Cávila, da Economia

No Peru, existiam muitos tipos de câmbio, esclarece o deputado. Um para os alimentos, outro para os remédios, um terceiro destinado a certas indústrias que compram insumos no exterior e, assim, sucessivamente. "Chegou-se a um momento", assinala ele, "em que existiam cerca de 14 tipos de câmbio, o que é muito difícil de administrar. A lógica era a seguinte: importar é barato e exportar é caro. O Estado comprava dólares 'caros', no mercado livre, e os entregava, subsidiados, ao importador industrial. De tal maneira que se passou a gerar uma defasagem cambial gigantesca, que era coberta pela emissão monetária. O governo de Alan Garcia nos deixa uma experiência que mostra os efeitos prejudiciais de administrações populistas em nossos países. O governo adotou uma política de alimentação demagógica, importando comida, em grandes quantidades, para abastecer a população, a preços subsidiados. Chegou-se a importar 600 milhões de dólares, enquanto todas as compras, no exterior, totalizavam 2,5 bilhões de dólares. Essa política, se bem que beneficiou o consumidor urbano, prejudicou o produtor rural, o camponês, que é o trabalhador mais pobre, no Peru".

Bancos e liberdade

Todas essas distorções, acumuladas no sistema econômico, segundo Albarera, levaram o país à crise atual. "Uma política de confrontação com o sistema financeiro internacional", observa ele, "iria requerer crescimento austero. Hoje, os resultados da política que vive o país nos têm levado a pedir permanentemente ajuda ao FMI. O Fundo nos contesta, como é lógico, dentro das re-

Garcia: perdido nos múltiplos problemas



gras da instituição: 'Bom, primeiro vocês nos pagam o que devem e, logo depois, veremos se podemos ajudá-los. Vocês têm nos insultado, durante anos, assim fica mais difícil ajudá-los'. A fatura política que estão cobrando de Alan Garcia é muito alta: os créditos internacionais do Banco Mundial foram cortados".

Sem esse crédito, o retorno às práticas econômicas ortodoxas, no Peru, faz-se nas piores condições. "Por isso, setores populares, que haviam adquirido certo nível de consumo durante o processo de crescimento, sofrem agora redução drástica de renda. É como se o governo dissesse que eles são os culpados pela inflação e que, em consequência, a única forma de incentivar a economia é que apóiem a política de dólar elevado, para que se possa vender mais no exterior.

Na opinião do deputado socialista, a consequência da inflação e do retorno paulatino às políticas de ajuste econômico foi o distanciamento da administração aprista, em relação aos setores populares. Em julho de 1987, Alan Garcia decidiu mexer com os bancos, estatizando-os. "O presidente", diz Albarera, "recriminou o setor industrial, por não ter realizado investimentos produtivos suficientes, segundo o governo, e, por isto, decidiu puni-lo, com uma medida que afetou diretamente o sistema financeiro. Essa confrontação polarizou o país e deu origem a um movimento de direita, que surgiu no calor das aspirações dos grandes banqueiros, o 'Movimento Libertad', conduzido pelo escritor Mário Vargas Llosa. Uma grande mobilização dos setores das classes média e média alta foi a resposta à estatização dos bancos. Vargas Llosa capitalizou a situação, afirmando que a

Vargas Llosa: a oportunidade da direita



medida poderia derivar na perda de todas as liberdades. Quem tem o controle do dinheiro pode controlar a imprensa, a televisão, etc., ameaçando a liberdade de toda a indústria. Foi uma mensagem de grande impacto que, além de tudo, coincidiu com o desencadeamento da crise econômica".

Mas, Alan Garcia saiu às praças públicas para defender sua decisão, que tem o apoio da esquerda. "Paradoxalmente", critica Albarera, "os deputados da Esquerda Unida foram os que mais claramente defenderam a estatização, já que os representantes do Apra se preocuparam mais em negociar os efeitos drásticos da decisão do presidente. A Esquerda Unida proporcionou os argumentos constitucionais que permitem a estatização dos bancos. O resultado foi uma solução ambígua, que permite aos bancos diversificar as atividades para evitar a estatização. No final, o governo abandonou os objetivos que havia proposto, aumentando o seu descrédito popular".

Gastando mal

Segundo Albarera, a solução peruana - além de precisar superar a crescente influência do narcotráfico e do terrorismo - exige um programa nacional, que tenha por objetivo final "transformar o Estado, de tal maneira que se converta num instrumento eficiente e dotado de credibilidade para realizar o desenvolvimento econômico. Em nossa concepção - prossegue - no Peru devemos socializar o Estado, ao invés de estatizar a sociedade".

O deputado socialista afirma que os problemas enfrentados por Alan Garcia e a frustração das esperanças depositadas no governo aprista decorreram dos métodos incorretos de atacar os impasses peruanos: a crise do Estado, a inexistência de mercado interno estável e a falta de dinamismo em sua inserção na economia mundial.

"Alan Garcia não é vítima de uma agressão internacional, mas do festival de gastos errados originados por sua política econômica" - conclui o economista e parlamentar peruano.

Novos passos para a reunificação

A mediação da ONU consegue levar os dirigentes das comunidades greco e turco-cipriotas ao diálogo, com vistas a uma solução negociada para o conflito que divide a ilha desde 1964

Marie H. Perrot

Nos primeiros dias de março de 1989, reuniram-se na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, os líderes cipriotas - o presidente greco-cipriota George Vassiliou e o chefe separatista turco-cipriota Rauf Denktash - dando continuidade às negociações iniciadas no ano passado, nas quais o ponto central é a divisão da ilha. O primeiro encontro, realizado entre 15 de setembro e 7 de outubro, em Nicósia, capital de Chipre, contou com a mediação do secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar. Em maio, Cuellar propusera um plano para tirar do estancamento dos últimos três anos o diálogo entre as duas comunidades. O projeto da ONU fazia parte da ofensiva da organização, com vistas a alcançar a paz negociada nos principais conflitos internacionais, como os do Afeganistão, Irã-Iraque e da África Austral, entre outros.

Ex-colônia inglesa (1878-1960), Chipre vive em conflito desde 1964, motivo pelo qual a ONU precisou enviar um contingente de paz de 2.100 homens, para evitar o agravamento dos confrontos entre as comunidades grega e turca. Dez anos depois, em 1974, alegando que os greco-cipriotas ameaçavam a outra comunidade, o governo da Turquia enviou à ilha forças militares que, desde então, ocupam 37% do território

do país. Duzentos mil cipriotas de origem grega foram obrigados a abandonar suas casas. A ONU condenou a invasão turca e aprovou diversas resoluções, exigindo a retirada imediata das tropas de Ancara.

Em 1983, o líder turco-cipriota Rauf Denktash proclamou a independência da parte norte da ilha, mas sem obter



Andreas Papandreu tem papel a desempenhar no diálogo cipriota

reconhecimento internacional. Em julho passado, em entrevista ao diário espanhol "El País", o dirigente admitiu publicamente que, nas zonas ocupadas, vivem entre 45 mil e 50 mil colonos vindos da Turquia. Os especialistas calculam que esta declaração de Denktash justifica os protestos dos líderes da oposição turco-cipriota contra a imigração

de colonos turcos, o que, segundo afirmam, ameaça a presença da comunidade na ilha.

O governo de Chipre já protestou diversas vezes ante as Nações Unidas, denunciando a criação de colônias de cidadãos turcos, além da presença de 35 mil soldados de Ancara. O dirigente opositor Ozker Ozgur acusou Denktash de buscar o aniquilamento dos turco-cipriotas para favorecer a presença dos colonos vindos do continente. O líder do Partido Republicano afirma que os cipriotas de origem turca estão se tornando minoria na ilha, inclusive devido à emigração, forçada pelos novos contingentes que chegam da Turquia, desde 1974. Assim, os turco-cipriotas baixaram de 120 mil (18% da população insular) a menos de 100, nos últimos 15 anos. Isto significa que, para cada cipriota de origem turca, existe um imigrante turco, colono ou soldado.

Os colonos turcos, definidos por Denktash como "trabalhadores de temporada", jamais regressaram à pátria e até já formaram um partido político exclusivo, o Partido do Novo Nascimento. Além disso, participam dos governos locais formados pelo Partido de Unidade Nacional, de Denktash.

Atitude construtiva

Em setembro de 1988, vinte personalidades das comunidades greco e turco-cipriotas lançaram um apelo ao presidente George Vassiliou e ao líder Rauf Denktash, para que adotassem uma "atitude prudente, flexível e construtiva" nas conversações sobre o futuro dos dois grupos que formam a base da população local. A exortação consta do documento divulgado em Londres, após a conferência promovida pela organização "Amigos de Chipre", quando o tema principal dos debates versou sobre Chipre e a próxima década. Entre os participantes de origem

grega estava o prefeito de Nicóssia, Lellos Demetriádes, o deputado do partido esquerdista Akel, Andreas Psyllides, o deputado do direitista Rally Democrático, Dinos Lordos, e o conselheiro do presidente Vassiliou e ex-ministro da Educação, Andreas Christófides. Pelo lado turco-cipriota, assinaram o documento, entre outros, o prefeito da zona ocupada de Nicóssia, Mustafá Akinci, o deputado Alpay Durduran, o dirigente do Partido Republicano Ozer Ozgur, o integrante do Partido Progressista Popular Ismet Kotak, e a dirigente da Federação das Mulheres Patrióticas, Oya Talat.

Naquele mesmo mês de setembro, representantes dos 350 mil cipriotas que

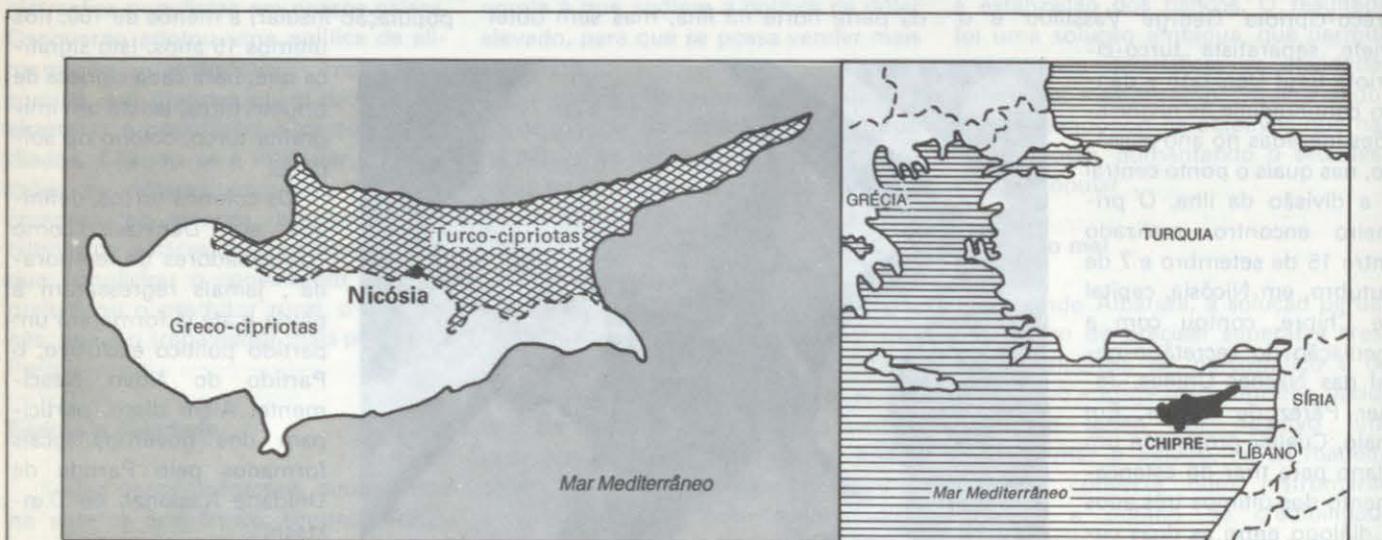
vivem no exterior comprometeram-se a "fazer todo o possível" para promover a causa da paz, segundo a declaração ao fim da VI Conferência Mundial dos Cipriotas Exilados, realizada em Nicóssia. Homer Habibis, presidente da Federação Mundial dos Cipriotas no Exterior, e Philip Christopher, presidente da Comissão Justiça para Chipre, disseram que os cidadãos que vivem no estrangeiro farão o possível para o esclarecimento internacional sobre a situação da ilha. Do encontro participaram 250 representantes dos cipriotas do Reino Unido, em outros países europeus, Estados Unidos, Canadá, África e Austrália. Eles discutiram, entre outros assuntos, as dificuldades que enfrentam

os cipriotas de segunda geração no exterior. Problemas de identidade são comuns entre eles, o que leva a temer que a terceira geração já se sinta estrangeira em relação a Chipre.

Os delegados expressaram cauteloso otimismo a respeito do diálogo intercomunitário promovido pela ONU, que pretende alcançar uma solução global para o assunto até 1º de junho próximo.

Federação igualitária

Durante sua visita aos Estados Unidos em agosto de 1988, a convite de Ronald Reagan, George Vassiliou afirmou que esperava "o começo de nova



As fundas raízes das rivalidades

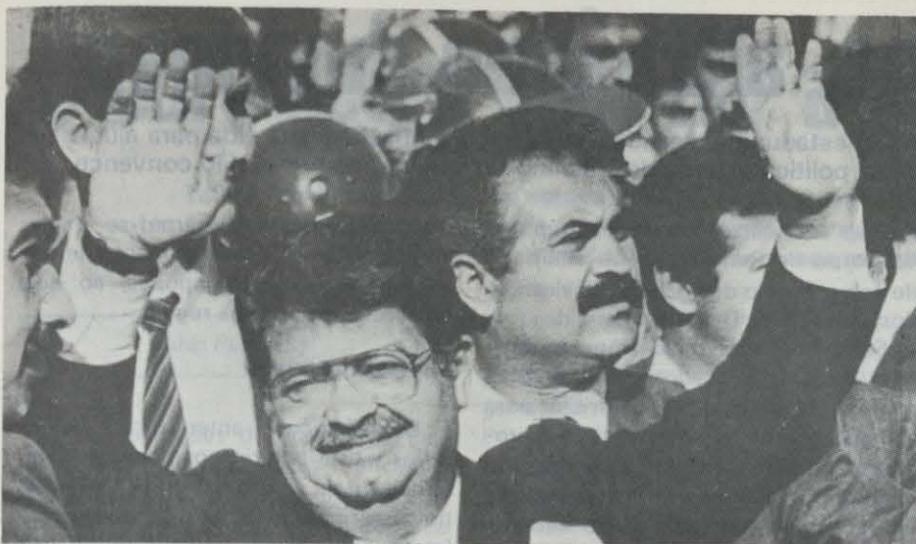
□ Pelos vales e montanhas desta ilha de 9.251km² (pouco menos que o dobro da área de Brasília), localizada em posição estratégica no Mar Mediterrâneo, passaram fenícios, gregos, romanos, árabes e turcos. Em 1878, o império britânico negociou sua ocupação com a Turquia. Os otomanos entregaram a ilha, em troca de proteção inglesa contra as ameaças da Rússia czarista.

Apesar da diversidade de navegantes e conquistadores, foram as comunidades grega e turca as que se assentaram de modo permanente na ilha, sem perderem, porém, os vín-

culos com as pátrias de origem. Dessa característica advém grande parte dos problemas que o país enfrentou nas últimas décadas. O conflito explodiu logo depois da independência, em 1960, após quatro anos de guerra de libertação liderada pelo arcebispo Vanezis Makarios. Grã-Bretanha, Grécia e Turquia garantiram a formação da nova república e a minoria turca recebeu garantias expressas na constituição.

Mas, em 1964, começou a violência entre as comunidades, quando os turco-cipriotas denunciaram desrespeitos a seus direitos. Uma força de

paz das Nações Unidas foi acionada, para impedir a extensão dos conflitos. Dez anos depois a situação agravou-se: tropas turcas invadiram a ilha, logo após o golpe dos coronéis na Grécia, os quais queriam anexar Chipre. Desde então a ilha vive dividida: a comunidade de origem turca ocupa o norte do país, uma área equivalente a um terço do território nacional. Em 1983, proclamou-se lá a República Turca de Chipre, apenas reconhecida pela Turquia. No restante do território vive a comunidade greco-cipriota. (Veja maiores detalhes no Guia do Terceiro Mundo.)



O primeiro-ministro Turgut Ozal tem buscado aproximação com Atenas

era para Chipre”, um período de convivência entre gregos e turcos. Ele repetiu sua proposta de desmilitarização da ilha, tão logo as tropas turcas deixem o país. Insistiu, ainda, que as soluções devem ser buscadas de acordo com as resoluções aprovadas pelas Nações Unidas e também nos chamados acordos de alto nível (entre o arcebispo Makarios e Denktash, em 1977, e entre o então presidente Spyros Kyprianou e de novo Denktash, em 1979). Vassiliou destacou também que, sob o aspecto jurídico, seria preciso pensar em uma federação, que desse garantias aos direitos humanos e às liberdades de todos os cidadãos cipriotas.

“Se tais princípios forem acatados – assinalou o presidente Vassiliou – não haverá lugar em Chipre para tropas estrangeiras, nem para colonos impostos por uma outra nação”. Ele insistiu nessa linha de raciocínio, quando fez seu discurso de 1º de outubro último (28 anos de independência): frisou que pretendia um país “sem refugiados nem desaparecidos”, aludindo aos 200 mil cipriotas expulsos pelas forças invasoras turcas e aos 1.619 greco-cipriotas, entre os quais crianças e mulheres, que desde então figuram nas listas de desaparecidos.

A controvérsia central a desafiar os negociadores é a presença dos 30 mil soldados turcos no norte do país. Os



O secretário-geral da ONU, Pérez de Cuellar (esq), espera promover a reunificação cipriota

Tortura na Turquia

□ Informe da Organização Mundial dos Direitos Humanos, divulgado em janeiro, denuncia que “apesar da intensa campanha para melhorar sua imagem no exterior, o governo da Turquia não adota providências efetivas para melhorar o surpreendente registro de brutalidades contra presos no país”. A organização, sediada em Londres, assinala que recebeu denúncias de casos de torturas quase diariamente, nos dois meses anteriores à divulgação do informe.

“Os presos políticos turcos não têm assistência de advogados e persiste a brutal realidade da tortura, as mortes nas prisões, o encarceramento clandestino e os julgamentos injustos”, afirma o documento, que aponta também violências contra menores de idade.

greco-cipriotas querem que essas tropas retornem à Turquia, antes mesmo da formação de um governo de transição. Já o lado turco pretende a instalação de um novo governo, antes da retirada das tropas, para que a comunidade minoritária se sinta segura. Há divergência, igualmente, quanto ao tipo de federação a criar, particularmente quanto ao aspecto da distribuição de poder para cada grupo.

Mas, apesar dessas dificuldades, observadores internacionais consideram que existem bases para otimismo, durante estas conversações de março nas Nações Unidas. Destacam, por um lado, o crescente degelo nas relações entre Turquia e Grécia, e o próprio clima de distensão mundial, que está levando à solução negociada de diversos conflitos. Por outro lado, acentuam que o desejo turco de ingressar no Mercado Comum Europeu permite aos países da comunidade exercer uma pressão eficaz sobre Ancara, para que adote posições mais flexíveis com relação ao conflito em Chipre. ●

Corpo de paz, altruísmo duvidoso

A imagem do Corpo de Paz era a de jovens estadunidenses idealistas, que sacrificavam sua vida para ajudar os pobres do Terceiro Mundo. Sob a atual política externa de Washington, aquela imagem já não convence

Cynthia P. Allanigue
e Maurice B. Mallanes*

O Departamento de Educação, Cultura e Desportos-Decs, das Filipinas, e a embaixada dos EUA assinaram um acordo, em 1987, sobre um novo programa de voluntários do Corpo de Paz, o que levou ao país, em julho daquele ano, cerca de 90 voluntários, logo distribuídos por todo o país (exceto Mindanao), com o objetivo de ensinar matemática, ciências e inglês. Pelo acordo, o governo filipino deve proporcionar os recursos para atender as necessidades dos voluntários, incluídos gastos de moradia e transporte.

Diversas organizações reagiram ao acordo e exigiram que se pusesse fim ao programa. Raul Segóvia, presidente de uma organização de professores, esclareceu que "não somos contra os voluntários ou o programa do Corpo de Paz em si. O que objetamos é que o programa sempre foi uma expressão da política norte-americana no Terceiro Mundo, para benefício dos interesses daquele país". Argumentou, por exemplo, com o fato de que o programa foi utilizado pelo governo norte-americano, através da CIA, "para conter o nacionalismo ressurgente em nosso país".

Marcando a infância

Segóvia disse também que, ao atribuir a série primária aos professores estrangeiros, "estes ficarão em contato com as crianças filipinas, em uma fase da vida em que as coisas ficam indelevelmente marcadas". Segundo Segóvia, os próprios Estados Unidos não permitem que professores estrangeiros administrem ensino nos graus elementares.

"O fato é que nossos professores têm a mesma capacidade", insiste Segóvia. "Se lhes dêssemos metade do ordenado pago aos voluntários norte-americanos, provavelmente ensinariam

melhor". Acrescentou que o programa do Corpo de Paz deveria ser analisado de sob o ângulo dos resultados alcançados, coisa que o Decs não fez.

Segóvia aponta que o programa procura reforçar o predomínio dos EUA sobre as Filipinas e não contribuir para sua autonomia. Segundo ele, se o programa, financiado como é pelo governo filipino, não ajuda os professores filipinos a superar-se, "então não necessitamos do programa de voluntários do Corpo de Paz dos Estados Unidos. Para que um programa desse tipo seja efetivo, deveria ter por base o entendimento de organização popular a organização popular, e não de governo a governo".

Outras dez organizações de professores das Filipinas, no Projeto Nacionalista de Educação entregue ao congresso, exigem o fim do programa do Corpo de Paz. Um dos mais veementes protestos contra o programa partiu de Sagada, um povoado serrano do norte.

Quatro voluntários do Corpo de Paz, um deles veterano da marinha dos EUA, foram designados para atuar em comunidades consideradas pelas autoridades militares como "zonas de base popular do NPA (Novo Exército Popular)". Essas zonas incluem Aguid, Agawa, Kilung e Bangaan.

Um senhor de Aguid, que pediu para manter-se incógnito, disse que havia quase seis meses que os voluntários haviam chegado a seu povoado, para estabelecer um projeto de pesca, mas até então não havia sido introduzida qualquer nova técnica pesqueira.

Também o programa de desenvolvimento rural dos voluntários poderia estar "encobrendo propósitos ocultos", opinou Manzano Domin-eng, 82 anos, defensor do pacto de paz entre a guerrilha da região e o governo, e negociador de Aguid. Lembrou que, poucos anos antes da Segunda Guerra Mundial, cinco técnicos japoneses chegaram a Sagada, como voluntários para ensinar rudimentos de carpintaria, trabalho em pedreiras e tratamento de água. Os

cinco voluntários tornaram-se depois engenheiros e oficiais militares de alta patente do exército japonês, ao qual forneceram mapas da região.

Objetivos políticos

Da experiência anterior com voluntários norte-americanos, alguns habitantes rurais se dizem agradecidos pela nova variedade de "arroz milagroso" introduzida, pelos sistemas hidráulicos que ajudaram a estabelecer e por outros projetos. Mas, há desconfiança, com relação à nova experiência.

No início de 1987, durante a trégua de 60 dias entre a Frente Democrática Nacional (FDN) e o governo, Sagada foi cenário de um congresso da Frente Democrática do Povo de Cordilheira (CPDF), uma organização integrante da clandestina FDN. Bangaan, o povoado onde o CPDF defendeu uma demonstração do poder guerrilheiro durante esse congresso, abriga um voluntário do Corpo de Paz, o qual, segundo se diz, é veterano da armada norte-americana.

Em meados da década de 1960, alguns voluntários do Corpo de Paz abandonaram o programa, por entenderem que ele perpetuava as "estruturas feudais" e contribuía para o aumento da pobreza.

O Corpo de Paz também não escapou das vinculações com o serviço de inteligência dos EUA: um relatório do grupo revelou que a CIA se apoiava no programa para avaliar as condições locais. Funcionários da CIA altamente qualificados foram enviados às Filipinas, através do programa de voluntários, para obterem informações.

Vários países consideram o programa contrário a seus interesses, pois visa a criar uma consciência alienígena, especificamente estadunidense. Até agora, 34 países recusaram o programa, mas as Filipinas ainda não estão entre eles. •

* Cynthia P. Allanigue e Maurice B. Mallanes escreveram para o "Philippines News and Features", de onde foi extraído este artigo.

O ouro negro quer dar a volta por cima

Talvez mais cedo do que se espera, o petróleo retomará o lugar de destaque entre os temas de relevância mundial, uma vez que se consolida o quadro de dependência energética dos países desenvolvidos, em relação aos membros da Opep

Pablo Piacentini

As oscilações dos preços de petróleo já saíram das manchetes há anos, mas, lentamente, voltam a surgir as condições que poderão devolver ao produto o papel de protagonista da economia planetária. O reduzido interesse sobre assuntos petrolíferos deve-se à queda da demanda, a partir de 1980, sem que os produtores tenham conseguido conter a oferta, levando à baixa dos preços. Em outras palavras, pode-se afirmar que o mercado petrolífero perdeu qualidade estratégica, já que o abastecimento deixou de

ser problemático.

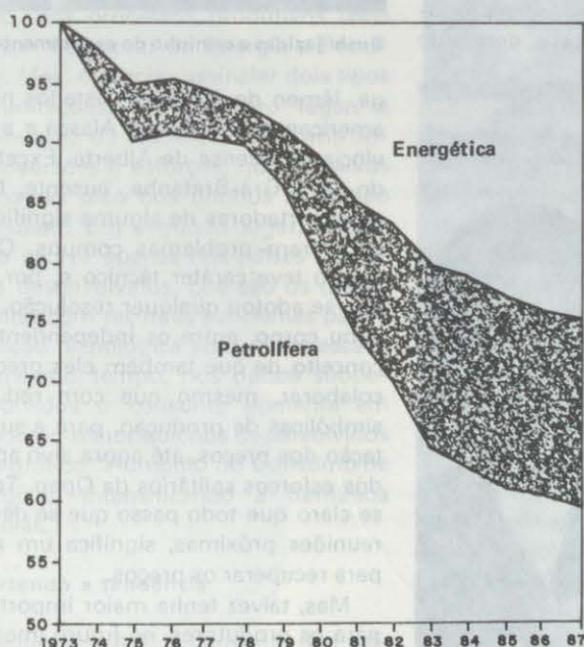
Do começo da década até agora, os produtores - em primeiro lugar, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo-Opep - fizeram todo tipo de esforços, na tentativa de reverter a tendência de queda dos preços, que somente veio a apontar para alguma estabilidade nos fins de 1988 e nestes primeiros meses de 1989. Um barril de petróleo, em 1980, custava 34,8 dólares no mercado livre, mas, em 1986, caíra a 14,5 dólares. Somente em fins de 1988, apresentou uma leve tendência de recuperação, atingindo 15,2 dólares.

Entre os episódios recentes, que modificaram a situação a favor dos produtores, está a reunião da Opep em Viena,

em novembro passado. A conferência de ministros da organização conseguiu um acordo entre os 13 países, estabelecendo um teto de produção em torno de 18,5 milhões de barris diários. No passado, a Opep não observou os limites de extração do óleo, devido à indisciplina de alguns associados, que desrespeitaram acordos, mas a reunião de novembro serviu para resolver alguns problemas internos.

A divergência mais grave foi provocada pela guerra Irã-Iraque, que levou ambos os países a competirem pelo aumento das respectivas quotas de produção e, na prática, a violar os limites fixados. Assim, a Opep produzia mais do que o mercado era capaz de absorver, e

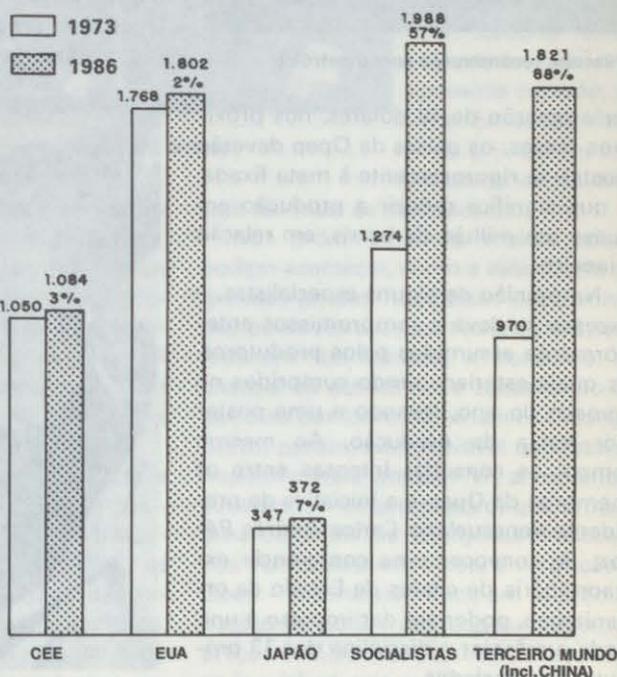
Consumo de Energia e de Petróleo nos Países da OCDE (1973=100)



Fonte: OCDE

Aumento do Consumo de Energia

em milhões de toneladas e com percentuais de aumento



Fonte: Enea

não lograva aproximar-se sequer do preço de 18 dólares que fixara para o barril do óleo cru. Os acordos de novembro mudaram o panorama, pois se conseguiu tanto fixar um teto de produção geral, quanto estabelecer quotas iguais para os dois ex-beligerantes (2,64 milhões de barris diários, cada um).

Os dados mostram a evolução: antes de novembro, a Opep produzia 22,8 milhões de barris/dia, mas, em fins de janeiro último, baixara a produção para 19,4 milhões, segundo a Agência Internacional de Energia-AIE. Não atingira ainda a faixa dos 18,5 milhões, mas já se aproximava dessa meta. Ao mesmo tempo, o preço do barril, que antes de novembro oscilava entre 12 e 13 dólares, atingia 17 dólares, agora em janeiro.

Estas cifras sugerem que, para alcan-



Hussein: reconstrução com o petróleo

çar a cotação de 18 dólares, nos próximos meses, os países da Opep deverão ajustar-se rigorosamente à meta fixada, o que significa reduzir a produção em quase um milhão de barris, em relação a janeiro.

Na opinião de alguns especialistas, o excesso se deve a compromissos anteriormente assumidos pelos produtores, os quais estariam sendo cumpridos no começo do ano, levando a uma posterior baixa da produção. Ao mesmo tempo, as consultas intensas entre os membros da Opep e a iniciativa do presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, de convocar uma conferência extraordinária de chefes de Estado da organização, poderiam dar impulso à unidade e reforçar a disciplina dos 13 produtores associados.

Mas, há quem acredite que o bom

comportamento demonstrado depois de novembro não tardará a dar margem a novas indisciplinas, já que a situação econômica de diversos sócios da Opep é dramática, o que os levaria a nova superprodução (veja, a propósito, **terceiro mundo**, edição 118, p. 25: "Tempos difíceis para o mundo árabe").

Somente os próximos meses mostrarão para onde caminha a Opep. Mas, se é um fato que melhorou a situação interna da organização, é preciso lembrar que esta deixou de ser a principal responsável pela oferta mundial de petróleo, o que explica seu declínio.

Os novos produtores

A Opep produzia quase 31 milhões de barris de petróleo, em 1979, o que representava dois terços da produção mundial. Hoje, para um consumo mundial de quase 50 milhões de barris/dia, a organização não chega a produzir 20 milhões. Assim, o produtor principal tornou-se secundário, pois os países não-associados extraem mais de 30 milhões de barris.

Estes novos produtores surgiram ao longo da última década e, como não estavam sujeitos a qualquer disciplina, lançavam no mercado tudo o que podiam. Assim, foram os produtores da Opep que precisaram reduzir a produção, para sustentar os preços, perdendo



Komeini: acertando a quota de produção

espaços no mercado.

A situação chegou a um ponto de ruptura, em fins de 1985: a Arábia Saudita deixou de lado todas as restrições e inundou as praças com seu óleo, ameaçando saturar o mercado, a menos que os produtores independentes também passassem a observar limites de produção. O barril de petróleo despencou para menos de 10 dólares e, pouco depois, a Arábia Saudita teve de reduzir a extração do óleo. A partir daí, houve negociações entre a Opep e os independentes, culminando com o encontro realizado em fins de janeiro último, em Londres.

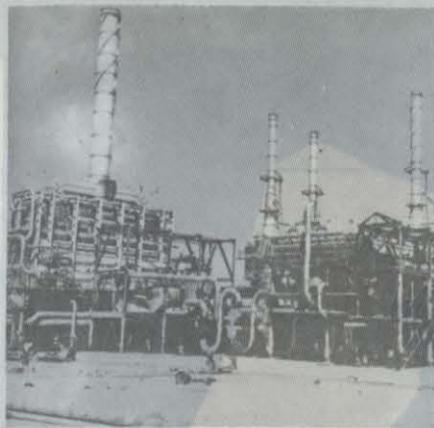
Assistiram à reunião - junto a seis membros da Opep - representantes de Angola, China, Colômbia, Egito, Malásia, México e Omã. Como observadores, compareceram União Soviética, Norue-



Bush: jazidas a caminho do esgotamento

ga, lêmên do Norte, os estados norte-americanos do Texas e Alasca e a província canadense de Alberta. Excetuando-se a Grã-Bretanha, ausente, todos os exportadores de alguma significação debateram problemas comuns. O encontro teve caráter técnico e, por isso, não se adotou qualquer resolução. Mas, criou corpo, entre os independentes, o conceito de que também eles precisam colaborar, mesmo que com reduções simbólicas de produção, para a sustentação dos preços, até agora alvo apenas dos esforços solitários da Opep. Torna-se claro que todo passo que se der, em reuniões próximas, significa um apoio para recuperar os preços.

Mas, talvez tenha maior importância para os produtores, no futuro imediato, o aumento lento, mas constante, da demanda mundial de energia e, dentro



Oriente Médio: a grande reserva de óleo

desta tendência, a recente retomada do crescimento econômico nos países industrializados. Foi exatamente a queda da demanda, por parte dos países capitalistas, o fator principal do baque sofrido pela Opep. Tal redução da demanda deveu-se a dois processos: de um lado, a recessão mundial do início da década, um fator conjuntural; de outro, novas tecnologias, que reduzem o consumo de óleo ou substituem o petróleo por outras fontes de energia.

Este último, um fator estrutural, permitiu a obtenção de avanços notáveis na diminuição tanto do consumo de energia, quanto da quantidade de petróleo, nos processos produtivos (veja gráfico "Consumo de Energia e Petróleo"). Mas, é preciso assinalar dois tipos de limitações. Em primeiro lugar, a continuação da tendência implicaria novas inversões e esforços, que os baixos preços do óleo nos últimos anos não estimularam. Em segundo lugar, o processo ocorre apenas nos países capitalistas desenvolvidos, que são os únicos a contar com recursos suficientes para a inovação tecnológica em grande escala. Ao mesmo tempo, nos países subdesenvolvidos o consumo aumenta em proporção maior que nos desenvolvidos (veja gráfico "Aumento do Consumo de Energia"), intensificando a demanda mundial.

Invertendo a tendência

Segundo a AIE, o consumo dos países capitalistas industrializados cresceu 4,9% no último trimestre de 1988, em

relação ao mesmo período do ano anterior. A mesma fonte prevê que esses países passarão dos 36,8 milhões de barris do ano passado, para 38 milhões, agora em 1989. Em termos mundiais, a demanda alcançaria este ano (fora os países socialistas) 51,2 milhões de barris diários, com um incremento de 2%. Não se trata de uma vigorosa expansão do consumo, como a que, na década passada, levou à crise do petróleo e à explosão dos preços, mas de uma inversão da tendência na demanda mundial dos anos recentes.

A curto prazo, portanto, as condições parecem hoje mais favoráveis aos exportadores de petróleo do que no período 1980-88. A possibilidade de apro-



Thatcher: no horizonte, dependência ante os árabes

veitar a ocasião depende, exclusivamente, da disciplina interna da Opep e, eventualmente, do respaldo dos demais exportadores, uma vez que a capacidade potencial dos países petrolíferos excede em muito a demanda atual. A Opep sozinha poderia, de um dia para outro, colocar no mercado 10 milhões de barris diários adicionais.

A médio e longo prazos, o panorama é ainda mais promissor, devido à desigual localização das jazidas de hidrocarbonetos no planeta. Em conjunto, os países da Opep possuem 83% das reservas mundiais estimadas de petróleo, embora produzam menos de 40% do total. Os produtores independentes, por outro lado, dispõem apenas de 17% das

reservas, mas estão produzindo mais de 60% do petróleo lançado no mercado.

A curva projetada por estes dados mostra uma redução mais rápida das reservas nos países não-associados à Opep e, conseqüentemente, uma capacidade cada vez menor de oferta do produto. Esta perspectiva acentua-se muito, quando se compara a situação na área capitalista desenvolvida e nos países do Golfo Árábico.

Os países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico-OCDE, ou seja, os países capitalistas desenvolvidos (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá e Japão) contam somente com 7% das reservas mundiais, enquanto absorvem o

grosso da produção mundial. Neste grupo dos capitalistas desenvolvidos, dois dos maiores produtores, Estados Unidos e Grã-Bretanha, têm reservas estimadas apenas para mais sete e oito anos de consumo, respectivamente.

No extremo oposto, as reservas da Arábia Saudita estão calculadas em 110 anos de duração, as dos Emirados Árabes Unidos em 150 anos, e as do Kuwait em mais de dois séculos.

Nos próximos anos, muitas coisas podem acontecer, como a descoberta de grandes jazidas nos países desenvolvidos ou novos avanços tecnológicos, que reduzam futuramente o consumo de energia ou estimulem a substituição de petróleo por fontes alternativas. A longo prazo, porém, é improvável que fatores imponderáveis possam vir a modificar substancialmente o quadro, que projeta uma dependência energética crescente dos países desenvolvidos, em relação à Opep - e particularmente em relação às nações do golfo - além do aumento nos preços do óleo cru. Cedo ou tarde, parece inevitável que o petróleo retome as manchetes.

Quando você aparece a gente se emociona

Em 88, o Instituto de Promoção Cultural apoiou mais de 200 projetos em todo o país: museus, casas de cultura, bibliotecas, bandas de música, preservação de monumentos, festivais..

Toda essa atuação foi possibilitada pela contribuição voluntária de pessoas jurídicas que, na declaração de Imposto de Renda, destinaram ao Fundo de Promoção Cultural até 5% do valor devido.

Em 89 é a vez de sua empresa contribuir. Para isso basta assinalar o Fundo de Promoção Cultural, no Quadro de Opções para Incentivos Fiscais (Formulário I, Lei 7505 - Lei Sarney). Quando você aparece, a gente se emociona. E espalha essa emoção pelo Brasil inteiro.

Instituto de Promoção Cultural

minC
Ministério da Cultura



SUPLEMENTO BRASIL

terceiro mundo
 VENEZUELA
 A rebelião contra o F.M.L.

ANGOLA
A PAZ ARMADA

ALIMENTOS: o veneno nosso de cada dia

Nesta edição, apresentamos aos leitores uma entrevista especial com o senador Mário Covas, que disputará a presidência pelo Partido da Social-Democracia brasileira-PSDB. Ele apresenta as linhas gerais de seu programa e discute os principais problemas nacionais.

Outro tema de destaque neste **Suplemento Brasil** é o debate sobre os alimentos, frequentemente fora das especificações mínimas de pureza para o consumo. Especialistas denunciam as falhas e indicam o que se deveria fazer, para que a população pudesse um dia vir a dispor de maior segurança e higiene no consumo de alimentos.

Uma reportagem sobre aspectos da educação aponta as deficiências que tornam a escola brasileira ineficiente e dolorosa para estudantes e professores, num país que depende das instituições de ensino para romper caminho ao futuro.

A sucessão presidencial passa a dominar a cena política brasileira. Já não existe questão mais urgente que as definições que se tomam, em todos os partidos, com vistas ao pleito de novembro próximo, quando cerca de 80 milhões de brasileiros decidirão os rumos nacionais, ao optarem por um determinado programa político e administrativo.

Panorama Nacional

Alguns destaques da vida nacional
p. 48

Índios da era da TV

A reunião indígena de Altamira, segundo um jornalista estrangeiro
p. 51

Modernizar a sociedade

Entrevista especial com o candidato tucano Mário Covas
p. 52

Volta às aulas - custo e qualidade do ensino

Os problemas da educação brasileira, em um retrato do ensino no Rio
p. 56

Impunidade: até quando?

Recentes e antigos casos, que fazem o homem comum descrever da justiça
p. 60

A "farra do preso"

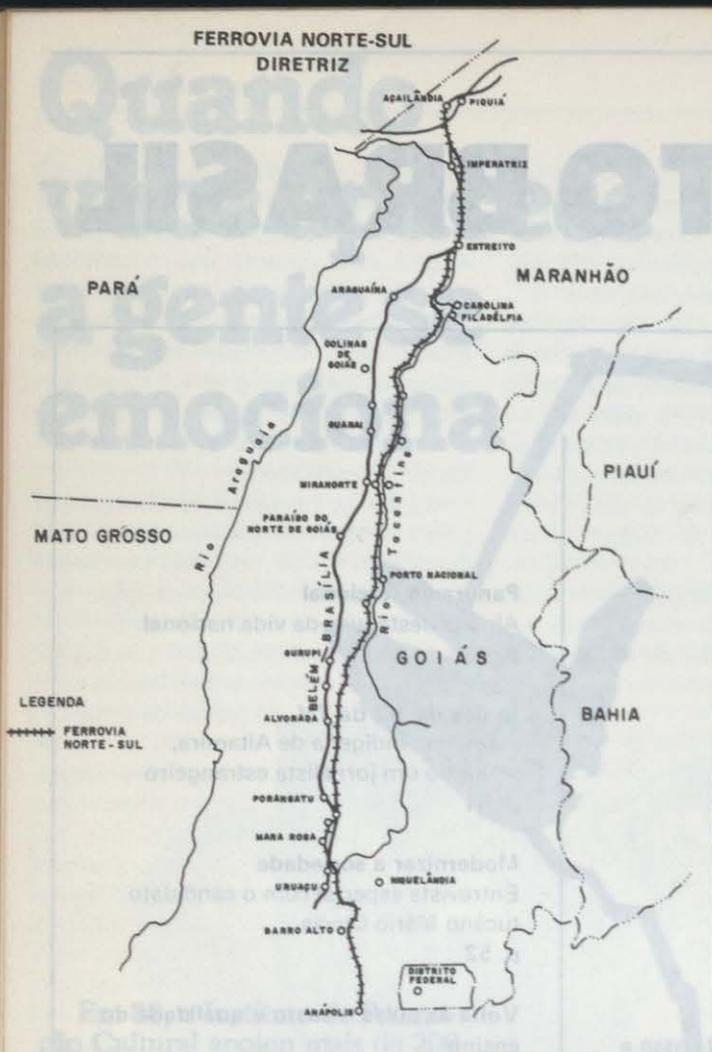
A exemplo da "farra do boi", há uma "farra do preso" nas penitenciárias
p. 64

A aparência que envenena

Os alimentos que o brasileiro consome precisam de vigilância sanitária
p. 66

Opinião

Neiva Moreira comenta a dívida externa e a rebelião de Caracas
p. 72



A Norte-Sul prevê dinamização de extensa região do Brasil Central

O Primeiro trem da Norte-Sul

Durante 16 horas, da tarde do dia 4 à manhã do dia 5 de março último, um comboio de 17 vagões venceu 613 km de distância entre Imperatriz e o porto de Itaquí, em São Luís, no Maranhão: o transporte de 1.500 toneladas de milho marcou a primeira operação comercial da Ferrovia Norte-Sul. Os 100 km iniciais da Norte-Sul unem Imperatriz a Açailândia, onde a linha encontra os trilhos da Estrada de Ferro Carajás, que leva a São Luís.

A inauguração oficial desse primeiro trecho da Ferrovia Norte-Sul já marcou a inclusão de uma vasta região nos serviços de

transporte ferroviário, comprovando as perspectivas otimistas de que o projeto, em seus 1.570 km, que alcançarão Brasília, ajudará a desenvolver uma ampla e fértil região no coração do país. A viagem inaugural da Norte-Sul levou a preço mais barato uma carga que teria custado bem caro, se as 1.500 toneladas de milho, que ocuparam 17 vagões, tivessem sido transportadas por rodovia em não menos que 100 caminhões.

Nos próximos 12 meses, prevê-se a construção de outros 100 km, que levarão a Norte-Sul até Estreito, na divisa do Maranhão com o estado de Tocantins.

PANORAMA NACIONAL

A saga do trabalhista

Um exemplo de lutas, ao lado do povo e do trabalhador, em nosso país. Foi isso que ficou de Juarez Antunes, 54 anos, um dos líderes sindicais mais atuantes do país, membro do PDT, partido pelo qual se elegeu deputado federal e prefeito de Volta Redonda, cargo que exerceu por apenas 51 dias. Ele morreu na manhã da terça-feira, 21 de fevereiro, num acidente de carro, perto de Felixlândia, Minas. O reconhecimento de que o dirigente político nunca traiu o seu compromisso com as causas populares foi o clima de emoção, que tomou conta do seu funeral, acompanhado por mais de 100 mil pessoas, além de personalidades e líderes importantes, como os presidentes Leonel Brizola, do PDT, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e Roberto Freire, do PCB, o prefeito do Rio, Marcello Alencar, o líder comunista Luís Carlos Prestes, entre outros. Os bispos de Volta Redonda, dom Waldyr Calheiros, e de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, celebraram missa de corpo presente.

As suspeitas de que o acidente que matou Juarez e feriu o seu motorista, Alberto Vicente Cruz, teria sido fruto de sabotagem no veículo, uma Parati, levou a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda a solicitar a perícia de especialistas da Universidade de Campinas (a mesma equipe que atuou na identificação do nazista Josef Mengele), que continua analisando as informações coletadas.

A direção do Sindicato

dos Metalúrgicos de Volta Redonda, que foi presidido por Juarez até as eleições que o levaram à Prefeitura, suspeita de assassinato, porque o líder, na sua luta política, teria "contrariado interesses fortíssimos". A indignação, em Volta Redonda, com a morte de Juarez e as ameaças a defensores da justiça social, já chegou às bases da comunidade. Pelo menos 50 mil pessoas, logo na primeira semana, foram ver o carro esfaqueado no acidente, que teve de ficar exposto numa praça, para a visita popular.

O ex-governador do Rio, Leonel Brizola, acredita que a morte do companheiro de partido e amigo foi uma fatalidade. Ele lembrou a saga dos partidos trabalhistas,



Juarez: a vida pelas mudanças

que tem sido marcada por mortes violentas. "Temos", assinalou ele, "os exemplos das mortes de Getúlio Vargas, do ex-secretário de Transportes do Estado, deputado Giulio Caruso, ocorrido na mesma estrada, e até João Goulart". Segundo Brizola, o PDT tem uma história marcada por lutas e a memória de Juarez fortalece esta saga. O prefeito carioca Marcello Alencar acrescentou, que não é todo dia que se acha um homem da importância de Juarez, "um verdadeiro representante da classe trabalhista". O deputado Bocaiuva Cunha, também do PDT, diz que a morte de Juarez está sendo lastimada por todos aqueles que defendem a justiça social, no Brasil. O parlamentar ressalta a coerência do ex-prefeito de Volta Redonda com os princípios da classe operária brasileira.

Para Luís Carlos Prestes, ser revolucionário é fazer as coisas certas, ser prudente, a exemplo de Juarez. "Um homem pacato, ordeiro e que fazia as coisas raciocinando", lembra Prestes. Luís Inácio Lula da Silva recordou a combatividade do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda frente à Cia. Siderúrgica Nacional, sobretudo no acontecimento em que o Exército matou três operários, durante a greve na empresa, em novembro passado. Roberto Freire ressaltou a coragem que teve Juarez com sua bandeira de defesa dos humildes, o que lhe atraía a fúria de muitos poderosos.

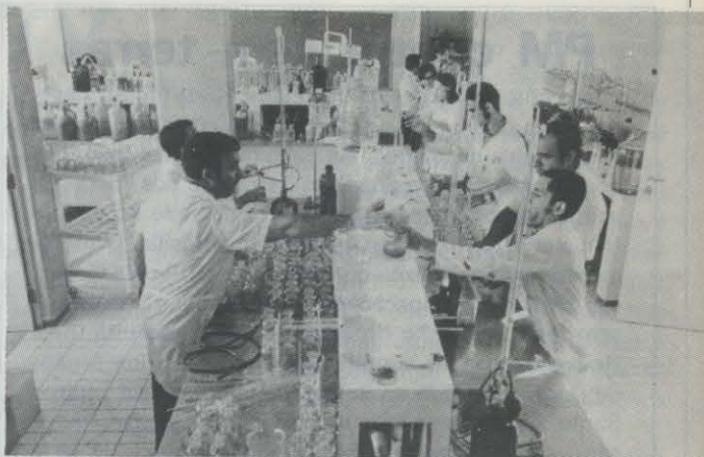
Juarez começou a vida, na CSN, como ajudante de cozinha. Logo foi demitido da empresa, por suas atividades sindicais. Aos 21 anos,

não tinha sequer completado o curso primário. Mas, enquanto trabalhava, estudava, e chegou a cursar o 2º ano de Engenharia. Em 1983, liderou a primeira greve na CSN. Em 1986, foi eleito deputado federal pelo PDT, após ter começado a vida partidária no PT. Em novembro de 1988, uma semana após o Exército ter invadido a CSN, Juarez - que dirigiu firmemente as negociações com os militares, o que impediu outras mortes no massacre contra os operários - foi eleito prefeito da Cidade do Aço, com mais de 60% dos votos.

Apoio ao refugiado

Os refugiados políticos, que vivem no Brasil, têm agora um programa governamental de ajuda financeira, caso queiram criar uma pequena ou micro-empresa. O acordo nesse sentido foi assinado pelo presidente da Legião Brasileira de Assistência-LBA, Irapoan Cavalcanti de Lyra, e pelo chefe da subdelegação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados-Acnur, Jean Claude Bouchet.

O interessado deverá apresentar o projeto da empresa através da Acnur, podendo receber financiamento de 200 MVR (máximo valor de referência), o equivalente, em março, a NCz\$ 3.096,00. Já foram realizadas várias experiências pilotos com projetos de refugiados, dos quais se destacam quatro, dois de artesanatos (jóias e camisetas) um salão de cabeleireiro, e um ateliê de recreação infantil, especializado em atividades psicomotrices.



O enxugamento não pode afetar setores básicos do desenvolvimento

Suicídio científico

Se forem efetivadas, conforme determina o Plano Verão, as demissões dos funcionários da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz, com menos de 5 anos de serviço e contratados sem concurso público, serão desativadas diversas áreas da instituição, que pode perder 1.300 funcionários, (40% do seu corpo técnico). As unidades que mais seriam prejudicadas são as seguintes:

- Biomanguinhos, responsável pela produção de 100% da demanda nacional (e 80% da mundial) da vacina contra a febre amarela, 100% da demanda nacional da vacina contra o sarampo, meningites meningocócicas tipo A e C, cólera e febre tifóide, 100% da demanda nacional de kits para diagnóstico da aids (por imunofluorescência), leptospirose e rubéola, além da unidade realizar diagnóstico de hepatite B e doença de Chagas;
- Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, que controla a qualidade de medicamentos, alimentos, soros antipeçonhentos, prevenção de infecções hospitalares e forne-

cimento de microrganismos de referências (fungos e bactérias); - Instituto Fernandes Figueira, que presta assistência médica à mulher e à criança de baixa renda, com a única UTI pública do Rio para recém-nascidos, além dos serviços de nutrição, patologia clínica, radiologia, ultrassonografia, neurocirurgia pediátrica, ginecológica e obstétrica; e o Instituto Oswaldo Cruz, matriz do pensamento científico e tecnológico da Fiocruz: o Instituto pode perder mais de um terço dos seus técnicos, entre os quais a metade da equipe responsável pelo isolamento do vírus da aids.

Os outros setores ameaçados de perdas são os centros regionais de pesquisas de doenças infecto-contagiosas e parasitárias, que funcionam em Recife, Belo Horizonte e Salvador; a Escola Nacional de Saúde Pública (especializações, mestrados e doutorados em saúde pública), e o Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, que forma e treina pessoal de nível técnico em educação e saúde.

PM contra sem-terras

"Para nós, a guerra está decretada. Nada temos a perder. Para quem está no inferno, não custa nada tentar dar rasteira no diabo". As palavras são de José Rainha, do Movimento dos Sem Terra, um dos líderes da ocupação, em meados de março, da sede do extinto Ministério da Reforma Agrária, em Brasília. O movimento responsabilizou o governo e a UDR pela violência, com a participação da Polícia Militar, contra os sem terra em Salto do Jacuí (RS) e Sapocuirá (BA). Houve ocupações simultâneas das sedes dos órgãos de reforma agrária da Bahia, Santa Catarina e Espírito Santo. Eis as exigências do movimento: libertação dos sem terra presos pela PM, desapropriações de terra em 13 estados para assentar 12 mil famílias acampadas, 100 milhões de cruzados novos para a Reforma Agrária, preços agrícolas de acordo com o custo da produção e apuração e punição dos assassinos e mandantes dos 800 assassinatos de lavradores, ocorridos durante a nova República.

Sem ajuda alemã

A entidade católica Misereor, pertencente à Conferência dos Bispos da Alemanha Federal, suspendeu a ajuda financeira que vinha dando à Comissão Pastoral da Terra-CPT, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, por ter recebido denúncias, encaminhadas pelo cardeal aposentado de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, e pelo bispo de Novo Hamburgo, também do Rio Grande do Sul, dom Boaventura Kloppenburg, de que o dinheiro estava sendo usado para comprar armas e formar milícias entre os trabalhadores sem terra.

O presidente nacional da CPT, dom Augusto Alves da Rocha, bispo de Picos, Piauí, confirmou o cancelamento do auxílio da igreja alemã, informando que os convênios firmados com a Misereor representavam 40% do orçamento da CPT. Para não

cancelar a ajuda material ao Movimento Nacional dos Sem Terra e aos sindicatos rurais, a CNBB entrou em contato com a agência católica Cebemo, da Holanda, a fim de conseguir dinheiro. Segundo dom Augusto, mesmo com a ajuda financeira reduzida, o ânimo da igreja para ajudar os camponeses continua o mesmo.

"É uma grave acusação", assinalou o bispo, "que sofre a nossa igreja. Quem acusa deve provar. É uma questão de extrema responsabilidade."

Dom Affonso Felipe Gregory, bispo de Imperatriz, Maranhão, e responsável pela coordenação das Pastorais da CNBB, afirmou que denúncias que prejudicam o trabalho social da igreja sempre foram feitas por grupos que querem a manutenção da ordem vigente.

Fruto da impunidade

Crescem, dia-a-dia, as listas com nomes de lideranças sindicais, representantes religiosos e ecologistas "marcados para morrer". Há hoje cerca de 400 pessoas ameaçadas de morte, em todo o país. O bispo de Volta Redonda, dom Waldyr Calheiros, é um dos "condenados" e encabeça várias dessas listas.

Outra pessoa marcada para morrer é Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, 26 anos, sindicalista rural de Unaí, Minas, a 640km de Belo Horizonte. "A cidade inteira", diz ela, "sabe que vão me matar. Já recebi recados de dez fazendeiros. O crime ainda não aconteceu porque eles não querem testemunhas. A segurança é relativa. Meu pai foi assassinado, minha mãe baleada e o criminoso, Boaventura José de Magalhães, fazendeiro, goza de total impunidade".

No Pará, está ameaçado de morte Pedro César Batista, irmão do deputado estadual João Carlos Batista, assassinado a tiros, em Belém, no final do ano passado. Em Rio Branco, houve avanço na apuração do assassinato do dirigente sindical e ecologista Chico Mendes, com a decisão do delegado Nilson Alves de Oliveira, responsável pelo inquérito, de ouvir o advogado, presidente da UDR do Acre e dono do jornal "O Rio Branco", João Branco, como envolvido no crime.



Julio - a questão da terra

O combate à fome

Ao inaugurar a cátedra "João Guimarães Rosa", na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autónoma do México-Unam, uma das mais importantes do continente, Francisco Julião fez uma severa advertência sobre a urgência de reformas agrárias eficazes na América Latina. Ele disse que o controle da produção de alimentos pelos "gigantescos consórcios internacionais", em vez de combater a fome, aumentou a sua incidência, sobretudo no Terceiro Mundo.

O fundador das Ligas Camponesas e ex-deputado, cassado em 1964, acentuou que se pode chegar a uma reforma agrária por dois caminhos: a revolução violenta, que se faz com as armas, e a revolução democrática, pelas urnas. "Eu me inclino pela segunda. É mais lenta, mas é menos arriscada", acentuou ele.

Julião concluiu, no México, um livro sobre Emiliano Zapata, baseado no amplo trabalho de pesquisa, realizado entre os sobreviventes das lutas do grande líder camponês mexicano.

Índios da era da TV

Um jornalista norte-americano acompanha o encontro de Altamira e mostra, neste texto para "terceiro mundo", como os correspondentes estrangeiros enfocam para o mundo os problemas que afetam os índios e o meio ambiente no Brasil

Jon Christensen

Cerca de 600 índios se reuniram, em fevereiro, em Altamira, Pará, para protestar contra o plano do governo, que quer construir uma usina hidrelétrica no rio Xingu. A maioria deles era caiapó de diversas aldeias, ao longo do Xingu, muitos porém vieram de longe, como de Mato Grosso do Sul e Roraima, por exemplo, representando cerca de 40 tribos da região amazônica.

Pelo menos a metade das entidades brasileiras de proteção ao índio, muitos ecologistas e jornalistas de todo o país e de diversas partes do mundo assistiram ao 1º Encontro do Povo Indígena do Xingu, que se constituiu numa reunião mista de índios e de ecologistas como nunca se viu antes, no Brasil.

Todas as manhãs, os guerreiros índios entravam em Altamira em colunas, cantando, dançando e fazendo barulho rítmico com os pés, aos gritos conhecidos de guerra, brandindo tacapes, lanças, arcos e flechas. Seus corpos pintados brilhavam sob as luzes das equipes de televisão, em disputa pelas imagens dos guerreiros, que desfiliavam em círculos, junto aos locais das reuniões.

Usando a comunicação

Esse dramático protesto, tipo "feito para televisão", tem sido comum nos Estados Unidos, onde os planos governamentais para a exploração *off shore* de petróleo, as plantas de usinas nucleares, portos e de outros grandes projetos têm sido objeto de questão judicial, por parte dos ecologistas, desde o início da década de 70. Liderados por grupos como *Greenpeace*, famoso porque seus membros pulam de pára-quadras das chaminés das fábricas e invadem zonas de testes nucleares, os ativistas de todo o país têm se tornado es-

pecialistas em descobrir, nas reuniões de bastidores dos políticos e burocratas do poder público, as oportunidades de debates polêmicos, que ocupem as primeiras páginas dos jornais.

Os índios estão fazendo o mesmo movimento, no Brasil, e, em Altamira, eles conseguiram tudo o que reivindicaram, menos a promessa de que a usina não será construída. Não apenas o protesto dos índios e dos ecologistas foi levado ao ar e mostrado pela imprensa em todo o Brasil - também em todo o mundo - mas as ruas de Altamira eram um burburinho permanente, com os debates públicos, sem precedentes, sobre a usina.

O encontro foi organizado por um grupo de jovens índios, liderados pelo carismático Bep-Kororoti Paiakan, de 35 anos, chefe caiapó, que se manteve firmemente com os pés no tradicional mundo indígena, ao mesmo tempo em que não perdia de vista o mundo moderno da comunicação e das pressões políticas. Paiakan, esculpiu a imagem que toda a liderança do movimento quis apresentar: os índios da Amazônia estão unidos para proteger sua cultura e sua terra.

Ele parecia deixar que as reuniões corresse soltas, quando as danças, os cantos e os choros explodiam entre os índios, sentados sobre folhas de palmeiras, em frente ao palco, onde se localizava a mesa que dirigia os trabalhos das reuniões. Então, ele retomava as rédeas, como se estivesse interpretando aquele momento, para a multidão e para os meios de comunicação.

Iniciativa vitoriosa

Quando uma índia ameaçou o representante da Eletronorte com um facão - momento que se tornou um símbolo internacional do encontro - Paiakan explicou que aquilo era um ato tradicional que expressava oposição. "Nossas

guerras", disse ele, "acabaram. Isso é coisa do passado. Não permitiremos mais guerra alguma em nossa terra".

Embora essa nova geração de líderes siga de perto os valores tradicionais e os dramáticos estilos dos mais velhos, as reuniões que eles realizaram marcaram o nascimento de uma nova era para a política indígena, no Brasil. Eles deixaram o caminho da guerra para seguir a trilha das negociações políticas. Nas suas batalhas atuais, eles trabalham a partir do seu vigor tradicional, mas, se necessário, não hesitam usar novos instrumentos.

Os amigos de Paiakan contam uma história reveladora. Com o primeiro dinheiro que ganhou, ele comprou uma câmera de vídeo cassete para gravar as audiências com as autoridades do governo brasileiro. Ele explicava que isso era necessário, porque, muitas vezes, os políticos se esquecem das promessas que fazem. Durante uma reunião, alguns guerreiros se divertiam com as câmeras de vídeo, que agora consideravam a última arma da batalha que travavam pela preservação dos seus povos.

A União das Nações Indígenas-UNI trabalhou desde julho do último ano para realizar o encontro. Paiakan criou um fundo, através de um giro pelo Canadá, EUA e Europa, em dezembro, quando arrecadou quase 80 mil dólares. A previsão era de que seriam gastos cerca de 100 mil dólares, no transporte e na alimentação dos índios, em Altamira.

"Muita gente não acreditava que o encontro aconteceria, porque eram os índios que o estavam realizando", afirmou Jorge Terena, 34 anos, um dos dirigentes da UNI. Terena, que estudou sociologia e antropologia na Universidade de Maryland e fala inglês com um leve sotaque americano, além de coordenador do evento, foi o intérprete que traduziu as palestras e debates para a imprensa internacional. "Antes", disse ele, "sempre precisávamos de alguém para organizar as coisas e falar por nós. Desta vez, fizemos tudo sozinhos".

Muitos dos moradores de Altamira viram, pela primeira vez, tantos índios reunidos num só local.

* Jon Christensen é correspondente, no Brasil, da Pacific News Service, agência noticiosa, sediada em São Francisco, Califórnia

Modernizar a sociedade

A busca da sociedade democrática, numa linha entre o capitalismo e o socialismo, é a base do programa do candidato Mário Covas, do PSDB, que defende a livre empresa e também um Estado capaz de praticar políticas sociais. Retomada do crescimento econômico e um melhor perfil de distribuição de riquezas, a renegociação global da dívida e a adoção de uma política externa voltada para a integração continental são algumas das idéias que o presidenciável tucano defende, nesta entrevista a *terceiro mundo*, quando reafirma que ficam para o segundo turno as alianças, sempre na linha da centro-esquerda, onde se situa seu partido

Clovis Sena

O Sr. é candidato natural do PSDB à Presidência da República. Qual o projeto do seu partido para o governo?

— O projeto do PSDB é instalar, neste país, a social-democracia brasileira. A social-democracia é o movimento que, politicamente, nasceu da área trabalhadora, no começo do século passado, na Europa. Surgiu logo depois da Revolução Industrial, que consolidou o capitalismo como regime econômico e que construiu a democracia, como regime político.

Um movimento de origem operária, portanto

— Surgiu, inicialmente, a partir da resistência dos trabalhadores, no sentido de evitar os problemas que nasciam das deficiências ou das diferenças, no que se referia à suposta igualdade promovida pelo capitalismo. Procurou-se equilibrar essas diferenças com uma reivindicação de ir à luta por políticas sociais. Originalmente, seus dirigentes nem mesmo disputavam eleições, até que resolveram concorrer. Acabaram por definir a busca pela sociedade democrática, tendo, de um lado, a tese chamada capitalismo, e a sua antítese, chamada socialismo, do outro lado.

Por que capitalismo e socialismo são antíteses?

— O capitalismo teria sido incapaz de produzir igualdade real, embora existisse igualdade jurídica, porque, diziam os socialistas, a posse dos meios de produção estabelecia diferenças entre as pessoas. E qual a solução que o socialismo



Covas: a social democracia, no Brasil

preconizou? Deter na mão do Estado todos os meios de produção. De um lado, o capitalismo enfrentou problemas sérios para estabelecer a igualdade. De outro, o socialismo, embora tenha estabelecido igualdades, foi obrigado, muitas vezes, a impedir a liberdade. No geral, com um sistema centralizado, partido único, foram resolvidos problemas básicos de saúde, educação e até mesmo o desemprego. Mas, de certa maneira, tirou da sociedade certos estímulos, que o capitalismo oferece, o que, neste fim de século, tem apresentado até algumas necessidades de revisão. Sem dúvida alguma, após a guerra, foi a social-democracia que permitiu, na Europa, a consolidação democrática. Foi a possibilidade de contrabalançar o regime da livre iniciativa, no qual a social-democracia acredita. De forma que a social-democracia acredita na livre empresa. De outro lado, acha que é necessário um Estado capaz de praticar políticas sociais, que possam contrabalançar as distâncias sociais.

O PSDB tem quadros para exercer o governo?

— Não há a menor dúvida. Ele tem quadros da maior qualificação, não apenas aquelas pessoas que compuseram, inicialmente, o partido, como entre aquelas que são seus simpatizantes, seu militantes. Mas, desde logo, ele não tem sua estrutura ultimada, porque isto depende de consolidação definitiva do próprio partido. Estamos com registro provisório. Teremos o definitivo em maio. Mas, não há a menor dúvida de que vamos oferecer a este país excelentes quadros. Pretendemos uma sociedade participativa. A social-democracia brasileira defende uma democracia que seja participativa.

É essa a proposta do PSDB?

— Temos um compromisso, no primeiro documento que firmamos, a nível da direção nacional. Pretendemos, em primeira instância, começar a discutir idéias e não personalidades. Discutir conceitos, princípios e propostas, e não pessoas. Para nós, tem sido menos importante a discussão de alianças e composições de chapas, do que apresentar uma proposta nítida, clara, transparente, cristalina, que seja nossa verdade. Não temos a preocupação de agradar a totalidade do povo brasileiro. Mas sim em ter uma proposta voltada para os setores despossuídos, trabalhadores e pequenas e médias empresas.

Voltada para o desenvolvimento social?

— O crescimento econômico tem que ser retomado. Não nos iludimos com o fato de que se possa alterar o perfil iníquo da distribuição de renda, que detemos, no país. Talvez um dos mais iníquos do mundo. Temos que ser capazes de retomar o desenvolvimento

econômico, aumentar a produtividade da economia, produzir, estimular e simultaneamente distribuir riquezas.

Qual é a política de reforma agrária do PSDB?

- Não há como deixar de reconhecer que temos diferenças regionais, no que se refere à política da agricultura e fundiária. Mas, considerando o país como um todo, temos setores altamente capitalizados, na economia agrária, que absorveram tecnologia em nível bastante moderno, com destaque para aquelas voltadas para a exportação. As pequenas e médias propriedades precisam contar com outro estímulo, que poderá ser feito através da composição entre vários setores e pela articulação com propriedades maiores e segmentos urbanos, particularmente, com políticas de natureza social, tipo construção civil.

E as áreas de conflitos agrários?

- Temos uma terceira situação rural, que vive ainda segundo padrões tecnológicos extremamente atrasados. Ela ocorre, seja em áreas de fronteira, onde são muitos os problemas e os conflitos fundiários, seja no semi-árido do Nordeste, ou nos cerrados. É preciso que se encontrem mecanismos para incentivar as cooperativas, um tipo de propriedade de aglutinação. Isso é fundamental até mesmo para que o problema de êxodo rural possa ser evitado. Paralelamente, temos o problema da reforma fundiária, ou seja, o problema da terra. É uma questão de justiça social e de necessidade democrática. É preciso que esta reforma agrária seja feita, de forma a que se ofereça mais do que terra para a subsistência. Ela há de ser feita. Temos hoje uma Constituição que fixou certos parâmetros, que estão até aquém dos parâmetros da época do Estatuto da Terra. Mas ainda assim, mesmo com as limita-



É preciso oferecer terra para o brasileiro trabalhar

ções de natureza constitucional, é perfeitamente possível que caminhemos no sentido de oferecer, aos milhões de sem-terra, possibilidades de explorar a terra.

Como seria a relação de um governo do PSDB com entidades como a CGT, CUT e UDR?

- Neste país, o princípio da associação é consagrado constitucionalmente.

No governo, o PSDB deverá buscar quadros administrativos entre as pessoas que o compuseram e seus militantes. A sociedade também será chamada a integrar seus quadros administrativos. O partido entende assim a democracia participativa

Há os espaços necessários à liberdade de associação e desrespeitá-los é uma violência inaceitável. Entendemos o direito de cada entidade representar os direitos daqueles que a constituem. Nessas condições, a UDR, enquanto associação, que se limita à defesa dos legítimos interesses dos membros, nada apresenta de extraordinário. É justo que o setor se organize, como qualquer outro. A posição da UDR não é a minha, politicamente, mas isto não me permite negar a este grupo o direito de associação. As atividades têm que ser limitadas, não podem se desviar para o campo da violência na terra e para posição que acabe em acusação de homicídio.

E a CUT e CGT?

- A mesma coisa vale para as entidades dos trabalhadores, que até necessitam mais de associação. Na correlação de força real, em nossa sociedade, as entidades e categorias dependem da quantidade de pessoas que representam e da unidade, para eventuais conquistas de natureza social.

Necessitam mais porque não têm capital...

- Lógico. Af se incluem os sindicatos e as associações que representam os interesses do trabalho. Portanto, dependem muito de unidade para as suas conquistas.

O Brasil deve pagar a sua dívida externa?

- É necessário e indispensável que a dívida externa seja encarada sob uma vertente política. O PSDB tem absoluta consciência da pressão paralisante que o serviço dessa dívida tem significado para a retomada do nosso crescimento econômico. Não é possível que a gente continue restringindo essa questão, como um mero problema de natureza financeira, de relações bancárias. Temos de mudar os interlocutores. Não dá para tratar politicamente o problema da dívi-

da externa com os bancos particulares.

Quem passaria a ser o interlocutor?

– Devem-se criar organismos internacionais, capazes de buscar uma solução global da dívida. Isso pode ser feito através de instrumento, como, por exemplo, a securitização. Ou seja, reduz-se a dívida ao nível em que ela não mais represente, política ou financeiramente, aquilo que hoje se paga no mercado secundário. O PSDB coloca com muita clareza o assunto, na sua proposta. Considerando a incidência que isso representa na retomada do nosso crescimento, o PSDB vai ao limite de tomar até medidas unilaterais. Se possível, a gente negocia, por exemplo, um percentual do PIB, ou das nossas exportações como pagamento anual. Com essa dívida, estamos importando problemas que não são nossos.

As alterações das taxas de juros, nos Estados Unidos, por exemplo, obrigam-nos a dispendar mais dinheiro para pagar os juros da dívida. É esse o tipo de problemas que estamos importando?

– Em 1988, o Brasil, num esforço extraordinário, exportou 32 bilhões de dólares. O superávit foi de 19 bilhões de dólares, com os quais o país não pôde importar equipamentos de meios de produção, nem sequer bens de consumo, capazes de equilibrar os preços internos. Ele gastou, integralmente, os 19 bilhões de dólares apenas com serviços de uma dívida que não foi amortizada em nada. A América Latina dispendeu 180 bilhões de dólares, pagando essa dívida. Moral da história: o produto per capita perdeu 6,6%, no continente. Essa situação não pode perdurar, porque ela asfixia o nosso crescimento econômico. Parece-me que, mundialmente, cria-se consciência em torno da questão. Temos aí as propostas de François Mitterrand, Nakasoni e, recentemente, o discurso de Mikail Gorbachev, nas Nações Unidas. Há também as manifestações do presidente dos Estados Unidos. Necessariamente, temos de caminhar para uma solução, segundo uma vertente política, que não pode passar pela asfixia de determinada parte da humanidade.

E a política externa, como seria orientada?



A unidade dos trabalhadores fortalecerá as entidades que os representam

– Em primeiro lugar, de acordo com os princípios de ordem constitucional. A Constituição é muito clara a esse respeito: o país sustenta com muita dimensão os problemas de não-intervenção, os problemas de soberania, de autodeterminação, etc. Por outro lado, o país tem conhecimento de que, no mundo, vão se formando blocos, mais ou menos homogêneos, seja a nível econômico ou político. Quer dizer: anuncia-se a perspectiva de que a unidade de natureza econômica, ocorrida na Europa, por exemplo, caminha para uma unidade de natureza política. Na Ásia, já se fala, com certa insistência, nos "tigres asiáticos". O Japão representa um pólo, ele por si só. A Europa Oriental tem a Rússia à frente. Os Estados Unidos caminham para uma integração com o Canadá. Isto já está aprovado, pelo menos eleitoralmente, pelos canadenses. O

Mesmo com as limitações da Constituição, é possível oferecer terra aos milhões de brasileiros que dela necessitam para viver. A reforma agrária é uma questão de justiça social e de necessidade democrática

Brasil vem avançando, com algumas propostas de articulação com a Argentina e com o Uruguai, em particular, para um mercado comum latino-americano. Mas, é preciso que o Brasil não apenas mantenha estes princípios explícitos, na Constituição, como também venha a buscar esse relacionamento na sua vocação tradicional. Em relação ao mundo ocidental, evidentemente que o Brasil tem nos Estados Unidos um parceiro, comercial e politicamente importante. A Europa responde por cerca de um terço das nossas relações comerciais. É parceira importante. Precisamos examinar com clareza o papel que cabe à Ásia e à África, não só no futuro do nosso país, mas nas relações diplomáticas e no que diz respeito à soberania das nações.

Por que o PSDB apoiou o Plano Verão?

– Nosso partido votou no Plano Verão. Fizemos questão de fazê-lo, dizendo que não víamos como tentar controlar a crise, na medida em que não se tinha outra alternativa. No primeiro instante, houve o direcionamento, para alguns setores, dos ônus da estabilização, afetando o trabalhador em especial. Melhorou-se um pouco, relativamente, a situação, com emenda complementar. Havia alguns problemas ligados à área da agricultura, em especial em relação ao juro. Mantinham-se os empréstimos

com correção monetária, embora os seus produtos estivessem com os preços congelados. Isso também foi modificado. A mesma coisa valia para a área de financiamento à habitação.

Os salários foram de fato bem sacrificados, porque, nos dias que antecederam ao anúncio do plano, os preços e tarifas foram reajustados à vontade. Os salários não.

- Por outro lado, acho que, para o plano de estabilização, pelo menos dois problemas não foram tratados como mereciam: a dívida externa, a respeito da qual o governo passou ao largo, e a dívida interna, que o plano encaminhou na linha de medidas muito tímidas, algumas delas anunciadas e, imediatamente suspensas. Também faltou uma reforma fiscal, na profundidade que seria exigível para acompanhar as demais medidas. Vinha aí a hiperinflação e se impunha que o governo adotasse medidas. Mas, o povo recebeu com certo ceticismo. Havia o fator credibilidade do governo. Mas nenhum de nós torce para que o Plano Verão dê errado. Ninguém está aí apostando no "quanto pior melhor". Infelizmente, não podemos olhar com grande entusiasmo, porque o plano veio meio de muletas. Nossa contribuição foi a de enriquecer democraticamente a proposta.

E a Frente de Esquerda? O que o Sr. pensa dela?

- Olha, essas questões de frente são frequentemente muito curiosas. Quem propõe frente, na maioria das vezes, pensa dirigi-la.

Roberto Freire, do PCB, diz que o PT está discriminando o PSDB e o PDT, na formação de uma Frente de Esquerdas para o segundo turno.

- De repente, gente que sempre foi infensa a qualquer tipo de aliança, a qualquer tipo de acordo, gente que sempre apareceu na tentativa de resguardar sua pureza aparente, pelo isolamento, começa a falar em frente. Votamos corretamente por eleições de dois turnos. As frentes, se tiverem de ocorrer, deverão acontecer no segundo turno. No primeiro turno, teremos um número de candidatos que será necessariamente igual ao número de partidos

O PSDB votou no Plano Verão porque era urgente tentar controlar a crise. Mas, através de emendas, buscou melhorar a proposta do governo, para que o ônus da estabilização econômica não permanecesse apenas sobre os trabalhadores

que tenham pretensões de crescer e se consolidar. Acho difícil que venham a ocorrer frentes no primeiro turno, a não ser que o próprio povo, já no primeiro turno, tenda a adotar a política do voto útil.

O PSDB chegará ao segundo turno? Qual será a tendência do partido, neste caso?

- Seguramente, o PSDB chegará ao segundo turno. Naturalmente, a partir daí, todos nós, eleitores, etc. vamos buscar nossas alianças com aquelas facções mais próximas da gente. O PSDB tem uma posição clara. É um partido de centro-esquerda. É um partido que coloca sua proposta com nitidez, para enriquecê-la democraticamente, seja através da militância, seja através da sociedade civil, e, a partir de nossa proposta, confrontar com outros programas.

O que o Sr. acha do deputado Ulysses Guimarães, como candidato à presidência da República?

- Tenho muito constrangimento nesse tipo de análise. Às vezes, acaba-se carregando nas tintas. De qualquer maneira, quanto a Ulysses Guimarães, reafirmo sempre meu respeito por ele. Ressalto sempre o papel que ele teve na reconquista da democracia, no Brasil. É uma dívida que a Nação tem indiscutivelmente com o dr. Ulysses. Ele en-

Ulysses merece respeito. Brizola tem personalidade política muito marcante.

Afif é figura moça com linguagem desenvolta. Aprendemos a admirar Freire, por suas posições nítidas. Jânio é difícil falar dele

frenta problemas dentro do seu partido.

E Brizola?

- Brizola é um homem que, de todos, é o mais antigo candidato, não o mais velho.

Em 1963, as esquerdas já pensavam nele para candidato à presidência.

- É... Ele é candidato há muitos anos. Ele tem construído sua vida pública com esse objetivo. Isso é legítimo. Nada de extraordinário nisso. Brizola é uma personalidade política muito marcante. Ele dá muito o tom de sua personalidade na candidatura. Seguramente, dentre todas as candidaturas, ele é aquela em que a personalidade do candidato influi mais. É mais forte que seu próprio partido e dá a contribuição de sua forte personalidade à sua própria candidatura.

E Lula?

- Lula, menos do que isso. Lula é mais o resultado do processo. Mas, ele vai seguramente, pelo menos nessa eleição, começar a sentir os primeiros efeitos de ter o seu partido na vitrine. É a primeira vez que ele vai enfrentar eleições nessa condição.

Afif Domingos...

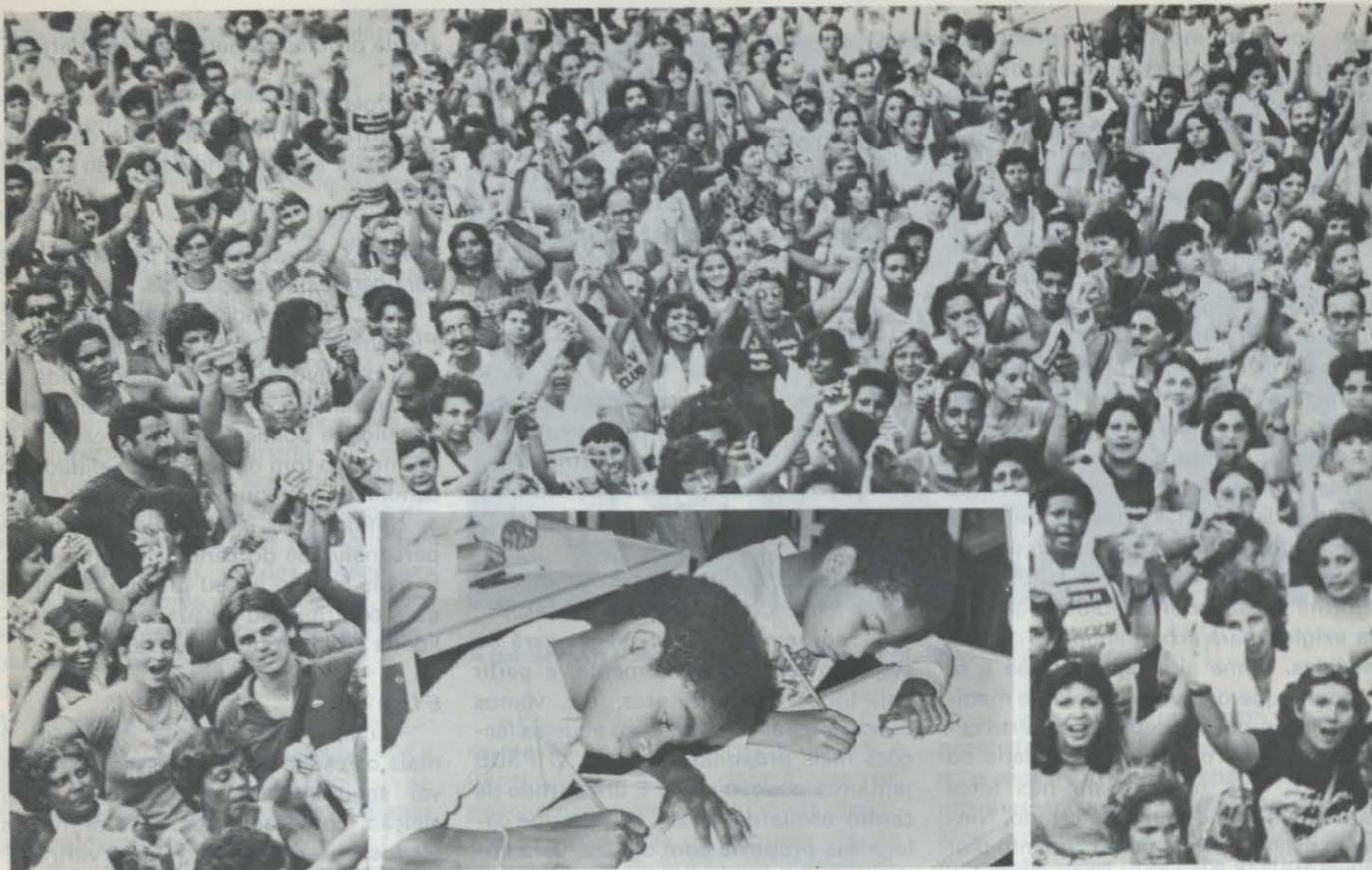
- É um rapaz que tenta colocar-se. Tem uma certa área de influência, junto a determinado tipo de empresa. É uma linguagem bastante desenvolta na televisão, uma figura moça...

Roberto Freire...

- É essa figura que aprendemos a admirar. Homem que tem suas convicções ideológicas muito nitidamente marcadas. Nunca as escondeu em nenhum instante da vida. Por outro lado, é um homem capaz de compreender a correlação de forças. Ele pode compatibilizar a sua pregação com a possibilidade de avanço do país. Ele tem muita consciência disso, que, por si só, faz dele um político, no mínimo, de expressão.

Jânio Quadros...

- De Jânio Quadros é difícil dizer. Não sei se ele estará, no Brasil, na época da eleição. É difícil falar dele como candidato. ●



A retomada de novo período de ensino reaviva a discussão sobre as bases em que se processa a educação no Brasil, em todos os níveis

VOLTA ÀS AULAS: CUSTO E QUALIDADE DO ENSINO

Os preços de matrículas, uniformes, livros e cadernos compõem parte do drama de pais e alunos, que tanto lamentam os custos, quanto a deterioração do ensino público e particular, no país

Elyberto Moraes

Todos os anos, por esta mesma época, os pais que têm filhos ainda estudando defrontam-se com uma despesa já prevista, mas bastante variável, que é a compra de material escolar. Só que, ao contrário de outras épocas, terão uma surpresa: embora os preços se encontrem formalmente contidos pelo congelamento do

Plano Verão, a realidade é bem outra e o novo desafio na volta às aulas é a inflação escolar. De fevereiro do ano passado até agora, o custo total médio da manutenção de um aluno em uma escola particular do primeiro grau subiu 1.400%, saltando de Cz\$ 20 mil para NCz\$ 300, quinze vezes mais. Para termos idéia do elevado custo de um aluno de primeiro grau, basta compararmos com o salário mínimo, que a maioria dos brasileiros recebe, atualmente congelado em NCz\$ 63,90.

Mas, as dores de cabeça que a volta às aulas provoca aos pais, de um modo geral, não deverão ser sentidas apenas nas lojas especializadas em uniformes e nas papelarias. Nas secretarias das escolas particulares, apesar do governo ter estabelecido limites para os reajustes em janeiro e fevereiro, muitas escolas simplesmente ignoraram as novas regras e dobraram seus preços em relação aos cobrados em dezembro. Foi prometida severa fiscalização contra os abusos, mas, como sempre acontece,

quem pagou a mais vai acabar ficando no prejuízo. Para se ter uma idéia do descaso que a rede privada de ensino tem para com a fiscalização, o tradicional Colégio Anglo Americano, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, simplesmente aumentou em 105,7% as mensalidades, hoje em torno de NCz\$ 191,66. E o colégio não é dos mais caros.

Corpo-a-corpo

A guerra para a compra de material escolar e uniformes nas lojas especializadas, com requintes de um verdadeiro corpo-a-corpo para obter mercadorias com preços mais baixos, este ano não deverá ter o grande número de combatentes dos anos anteriores. Nas poucas lojas que se dedicam a esse tipo de comércio, não estarão presentes os pais de um numeroso contingente de alunos cariocas da rede oficial de ensino, estimada em cerca de 618 mil crianças, matriculadas em mil escolas do primeiro grau, pertencentes à Prefeitura do Rio e atingidas por uma greve que durou mais de quatro meses. Como haverá um período de recuperação do período atingido pela paralisação, o começo do novo ano letivo para esse contingente somente se dará em 3 de abril.

O ensino de primeiro grau é uma

grande dor de cabeça para quem arca com a manutenção de uma criança em escola particular, bem como para os que não podem pagar e têm que recorrer às escolas públicas, muitas delas com ensino deficiente. Se comparado com o grau de exigência em termos de material escolar, tudo leva a crer, pelo menos aparentemente, que os colégios particulares são melhores. Afinal de contas, nas papelarias os pais não deixarão, este ano, menos de NCr\$ 80 em livros, cadernos e outros itens exigidos em longas relações antecipadamente entregues por ocasião da matrícula, quando um outro tanto já foi desembolsado para assegurar a vaga.

Nas escolas públicas, a rotina é bem diferente. Em condições normais, isto é, sem greve, os interessados teriam tomado conhecimento de um calendário elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, com as datas para as transferências e admissões. O material escolar é bastante reduzido, não devendo chegar a NCz\$ 20, e, para os que não têm como comprar, a escola acaba dando um jeitinho através da caixa escolar, um fundo arrecadado principalmente para ajudar os necessitados.

Não sai barato para o erário público manter uma rede de escolas, como a do município carioca.

Custo público

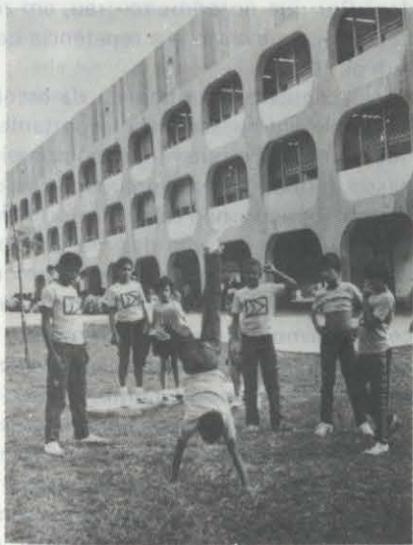
Para se ter uma idéia, dados de 1987 revelaram que a prefeitura consumiu recursos estimados em aproximadamente Cz\$ 14 milhões, na manutenção das escolas, e outros Cz\$ 43 milhões em merenda escolar para os 618 mil alunos de primeiro grau.

Os pais de alunos que estão ingressando, ou já ingressaram no primeiro grau, não têm muita escolha: ou pagam mensalidades que variam de NCz\$ 40 a 100 num colégio particular - sem falar na taxa de transporte, em torno de NCz\$ 30, dependendo da distância - ou passam, então, à condição de coadjuvante de uma briga político-partidária que há muitos anos vem enterrando o ensino básico no Brasil. É por demais sabido que, na briga do mar com o rochedo, quem sofre é o marisco, no caso, as crianças, que se vêem privadas de melhores condições de ensino, conforme a denúncia do prefeito do Rio, que reclama do governo estadual o repasse ao município do salário-educação, num total que já ultrapassou NCz\$ 10 milhões.

Mudar a escola

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE demons-

Rio: Atrás do tempo integral



Ciep: um projeto renovador da educação

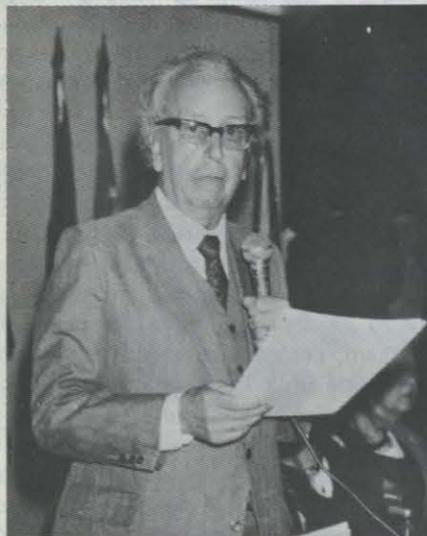
A professora Mariléa da Cruz é a secretária de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, com longa vivência do setor educacional. "É de conhecimento geral que se identifica o grau de desenvolvimento de um país pela quantidade de recursos destinados à educação. No Brasil, ao longo do tempo, o que se vê é um total desinteresse, por parte do sistema dominante, com relação à educação. Esquecem-se os dirigentes de que ela é o ponto de partida para se alcançar o bem-estar da população em todos os sentidos", diz Mariléa.

Ela reconhece que o professorado sofre historicamente de péssima remuneração e explica que não poderia ser diferente, quando as administra-

ções destinam uma pequena fatia à educação no bolo orçamentário, atingindo, em consequência, o nível salarial dos docentes. Na questão do ensino público de responsabilidade da prefeitura carioca, ela destaca que, apesar de todos os problemas, o ensino de primeiro grau consegue ser melhor, de modo geral, do que o ministrado na rede particular.

Participante do projeto dos Centros Integrados de Educação Pública-Ciep, criado na administração Brizola, a secretária carioca defende a permanência dos alunos nas escolas em tempo integral, com o respaldo de um atendimento pedagógico compatível com a importância que a educação deve ter no processo de desenvolvimento nacional.

Pedro II, uma experiência consagrada



Tito: experiência de unidade-modelo

□ "Não há propriamente diferença, no sentido estrutural, entre o ensino básico ministrado pelo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e os demais estabelecimentos, sejam eles estaduais, municipais ou privados", costuma afirmar o professor Tito Urbano da Silveira, 70 anos, dos quais 56 dedicados ao conhecido educandário padrão, com 152 anos de existência e do qual é diretor-geral há 10 anos. A grande diferença está no corpo docente, que, dispondo de uma carga horária de 40 horas semanais, pode se dedicar aos alunos que têm a sua disposição, além das atribuições curriculares, atividades extra-classe, como os clubes de inglês, francês, alemão, italiano, espanhol e, neste ano, russo. A carga horária dos alunos também é pesada: são 36 horas semanais.

O clima reinante no colégio centenário, segundo Tito Urbano, é bem diferente dos demais, porque, permanecendo mais tempo junto dos professores, os alunos adquirem o espírito da casa, que, indiscutivelmente, acaba passando de pai para filho. Nas nove unidades que o Pedro II possui, em diversos pontos do Rio,

os alunos recebem refeições gratuitas diariamente (cerca de seis mil) e ainda contam com atividades esportivas, teatrais, musicais (coral e instrumental) e danças. Quando uma criança de seis anos entra para o **Pedrinho**, como é chamada a unidade para alunos da 1ª à 4ª série do 1º grau, com a possibilidade dele sair direto para uma universidade, a preocupação é transformá-lo num cidadão, sob todos os aspectos.

Após admitir que o Colégio Pedro II leva vantagem sobre os demais estabelecimentos públicos de ensino de 1º e 2º graus, porque é o único pertencente à área federal (daí ter mais condições de trabalho), o professor Tito Urbano observou que, apesar da orientação pedagógica ser uma para todo o país, naturalmente ela sofre alterações de uma região para outra. "Há 10 anos, quando assumi a direção do colégio", lembra ele, "achei que o estabelecimento deveria ser uma unidade experimental, de modo a repassar para outras escolas o fruto do nosso trabalho. É exatamente isso que estamos fazendo".

Segundo ainda o professor, tendo como campo de provas os alunos do **Pedrinho**, chegou-se à conclusão de que a formação da criança, a partir da alfabetização, é mais importante do que a informação, contrastando com a orientação dos outros colégios. Como consequência, é necessário que o aluno, na transição da 4ª para a 5ª série do 1º grau, conte com professores gabaritados, de modo a conduzir, gradativamente, a criança da fase de formação para a de informação. Esse corpo docente encarregado da transformação é treinado dentro do Colégio Pedro II, hoje um celeiro de bons profissionais e de bons alunos, tanto que foram aprovados 80% dos que concluíram o 2º grau e disputaram vagas no último vestibular.

tram a gravidade dos problemas da educação brasileira. Para comprovar que a situação vai de mal a pior, o IBGE apurou que o número de analfabetos, que raramente deixou de crescer em nossa história, em valores brutos, e dobrava em algumas décadas, voltou a crescer em termos relativos (percentuais) também. Nas universidades públicas, é maior a presença de ricos do que de pobres, levando a algumas perguntas constrangedoras, como as seguintes: Quantos milhões de crianças de 7 a 14 anos permanecem fora da escola? Quem não sabe que o nosso universitário, em relação ao aluno de primeiro grau, é dos mais caros do mundo? Por que, em nossas universidades públicas, temos quatro vezes mais professores por aluno do que em países desenvolvi-



Alimentação adequada na escola é exceção

dos? Por que no primeiro grau, em zonas rurais, a evasão e a repetência beiraram os 100%?

No contexto de mudança da escola, inegavelmente passa a ser importante o que se ensina e quem ensina, primeiro passo para uma boa fundamentação do ensino básico, no caso do primeiro grau. O reitor de uma das mais importantes universidades do Brasil acha que devemos ter bons professores, para conseguirmos o necessário produto final, que nada mais é do que alunos bem preparados. E, neste ponto, é preciso levantar a questão dos salários do pessoal docente, em todos os níveis, tanto na área pública, quanto no ensino particular. Sem exceção, o professor brasileiro recebe salários baixíssimos, de modo algum condizentes com a importância de sua missão.

O precário panorama da Baixada

José Louzeiro

Igualmente grave é a questão educacional na Baixada Fluminense. Para exemplificar, tomamos, nesta matéria, o depoimento da secretária municipal de Educação de Duque de Caxias, professora Dalva Lazaroni.

"Caxias está com aproximadamente um milhão de habitantes - afirma Dalva Lazaroni - e constitui, na região, o município de melhor situação econômica. Mesmo assim, a rede de ensino básico é formada por 73 escolas mantidas pela prefeitura e por outras 64, de responsabilidade do estado. As escolas municipais, de modo geral pequenas, com três a cinco salas, encontram-se em estado precário ou precaríssimo. Existe uma escola de médio porte, para mil crianças, e uma "escola grande", que abriga 3 mil alunos, nos quatro turnos. Cada turno compreende três horas e meia de aulas, o que pouco significa em termos pedagógicos. Nossa luta é pelo período de oito horas. O número de professores anda em torno de três mil, mas em sala de aula só estão dois mil. Os demais estão espalhados por outras secretarias. A fuga do magistério tem uma explicação: o professor ganha salário mínimo, no que se equipara ao trabalhador não-qualificado do país".

A professora Dalva aponta dois como sendo os problemas mais graves do

ensino básico em Caxias: "Vagas nas escolas e a qualidade de ensino. Há aproximadamente 40 mil crianças, de sete a onze anos (1ª a 4ª série do primeiro grau), fora das salas de aulas este ano, em Caxias. Mesmo assim, informa ela, a Escola Barão do Rio Branco, principal estabelecimento de ensino básico no bairro de Xerém, região semi-rural, foi desativada pelas autoridades estaduais. Ali estudavam 1.500 crianças. Agora, a Barão do Rio Branco é centro formador de professores para o segundo grau. Mas, isso não é tudo: as mesmas autoridades educacionais estaduais determinaram o fechamento da escola Círculo Operário".

Com relação aos livros para as crianças das escolas pobres do município, o problema de um lado não é grave: eles são doados pela FAE. Mas, de outra parte, constitui curiosidade feita, de modo geral, em São Paulo - ninguém sabe seguindo a que tipo de metodologia - esses livros não têm nada a ver com a região em que vivem os alunos. Assim, o menino, na Baixada Fluminense, sabe onde fica o Viaduto do Chá e porquê o Corcovado ganhou um Cristo Redentor, mas nada sabe a respeito da sua rua, nem dos perigos das valas negras, escancaradas para todos os tipos de mosquitos e doenças.

"Mas, se o livro até que não é o problema", diz Dalva Lazaroni, "com relação à merenda a coisa se complica.

A merenda, no nosso entendimento, teria que compor de maneira adequada a questão da alimentação em si com a didática desta alimentação. Não basta fornecer a merenda. Ela tem que servir como meio, para que o aluno adquira bons hábitos alimentares. Em outras palavras, a merenda deveria ser a didática da alimentação".

Outro drama da escola, do professor e das famílias carentes é manter o aluno fardado e calçado, o ano inteiro, e com o material necessário ao aprendizado: caderno, lápis, canetas, borracha, papel linha d'água etc.

"O uniforme do 1º grau", explica a professora Lazaroni, "compõe-se de blusa branca e saia azul (calça do mesmo tom para os meninos). As blusinhas e camisas



Prof. Dalva Lazaroni

de algodão. O tênis é, de modo geral, da marca Vulcabras, o mais barato, e até chinelo de dedo. Para que o material se torne viável, a diretora promove festinhas juninas, a fim de manter a caixa escolar.

Sobre o crescente desin-

teresse da criança com relação à escola, disse-nos a professora Lazaroni:

"Estamos formando grupos de especialistas para o levantamento real da situação. Saber por que a criança não gosta de ir à escola é um tema da maior importância".

A questão da defasagem

"Mas, o grande trabalho que estamos encaminhando é aquele que visa a esclarecer, objetivamente, sem demagogia, o que vem a ser a tão decantada democratização do ensino. Já entramos em contato com a Associação Municipal de Professores e com o MUB, que é o Movimento Urbano de Bairros. Depois de concluído, vamos levar esse documento para ser debatido pelos vereadores e deputados. Após esse amplo debate, queremos a volta do documento acompanhado de opiniões dos membros da comunidade. Nisso tudo, um problema se avulta: os critérios da eleição para o diretor de escola, a cada ano. A quem interessa isso?"

"A grande questão, nesse amplo debate", responde a professora, "é desenvolver a tese da não-ingerência nas decisões da comunidade, pois ela tem suas colocações muito mais adequadas. Depois disso tudo, vamos tirar nosso Plano Municipal de Educação, para ser utilizado a curto, médio e longo prazos. Mas, que seja um plano com força de lei, chancelado pela Câmara dos Vereadores".

IMPUNIDADE

Até quando?

O recente caso do acidente marítimo do Bateau Mouche, no Rio, reacende a polêmica em torno da impunidade que beneficia responsáveis por crimes, cujos processos se arrastam sem solução ou que têm um final favorável aos acusados



Os mergulhadores resgataram os mortos do "Bateau Mouche", que não foi a primeira tragédia em águas brasileiras

Elyberto Moraes

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" – assim garante o artigo 5º da nova Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro do ano passado.

Mas a igualdade, destacada no texto legal e que também constava das constituições que antecederam a atual, nunca foi respeitada, no Brasil, resultando no triste fenômeno da impunidade, principalmente, quando estão envolvidos, nos mais diferentes tipos de delitos, personalidades de escalões governamentais, políticos e pessoas da chamada alta sociedade.



Álvaro Costa, Faustino Vidal e Francisco Garcia Riveiro chegaram a ser presos

Para o espanto de brasileiros e até da opinião pública mundial, estão praticamente insolúveis, por força dessa impunidade, escândalos que envolvem instituições financeiras, atentados, desaparecimento de políticos e jornalistas, além de incêndios e naufrágios criminosos.

Colarinho branco

"Colarinho branco" é a denominação comum para os escândalos em instituições financeiras que lesaram milhões de investidores, ocasionando prejuízos incalculáveis também para os cofres públicos. Ainda estão vivos, na memória

das pessoas, os estouros do Banco Halles e das financeiras Delfin, Letra, Independência-Decred e Coroa-Brastel, além de dezenas de outras.

O escândalo mais rumoroso foi o da Coroa-Brastel: um espetacular derrame, em 1983, do equivalente a 500 milhões de dólares em letras de câmbio frias, feito a partir do Rio de Janeiro, pelo empresário Assis Paim Cunha, frequentador, com muita desenvoltura, do gabinete do então presidente da República, general João Baptista de Figueiredo. O escândalo envolveu os ex-ministros Delfim Netto, do Planejamento, Ernane Galvêas, da Fazenda, e o ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, acusados de promoverem operações irregulares, que desa-

guaram na quebra do império de Assis Paim Cunha, conforme denunciou, na época, o empresário. O estouro, cuja apuração vem rolando na Justiça até agora, teve lances grotescos, como o aparecimento de 28 fitas de gravação, contendo 10 horas de conversas telefônicas do empresário com autoridades do Palácio do Planalto, em Brasília.

As gravações caíram como uma verdadeira bomba nos meios financeiros e judiciais. Paim Cunha, nas gravações, acusou Delfim Netto e Langoni de o haverem induzido a comprar, em fevereiro de 1981, a falida corretora de valores Laureano, na qual trabalhava um filho do general Golbery do Couto e Silva, na época todo poderoso chefe da Casa

Civil do governo Figueiredo. Delfim Netto hoje é deputado federal, Galvêas e Langoni ocupam posição de destaque no meio empresarial, enquanto Paim Cunha circula, livremente.



Paim Cunha

Caso Cláudia

A cada ano, avolumam-se, nos tribunais de Justiça e nas delegacias policiais do país, processos e inquéritos que acabam se transformando em mistérios sem solução, quase sempre envolvendo pessoas da alta sociedade, que bem poderiam ser denominadas "colarinhos

vermelhos", por terem praticado delitos que resultaram em morte. Um deles se refere à morte da jovem Cláudia Lessin Rodrigues, cujo corpo foi encontrado nos penhascos da avenida Niemeyer, no Rio, em 25 de julho de 1977. O delegado de Homicídios, Herbert Murinho, após muitas investigações, apontou, como principais suspeitos, o milionário Michel Frank, 26 anos, e o cabeleireiro, famoso no ramo, George Khour.

Sem provas, o inquérito policial caminhava para o arquivamento, quando o respeitável patologista carioca Domingos de Paola contou ter participado de uma reunião, na casa do industrial Egon Frank, pai de Michel. Estavam presentes o suspeito e o advogado Evaristo de Mcraes Filho, contratado para

acompanhar o caso. Michel confessou que Cláudia havia morrido em seu apartamento, no Leblon, bairro da zona sul da cidade, ao fim de uma orgia de sexo e excessiva ingestão de cocaína, e que ele e o cabeleireiro levaram o corpo da jovem para a avenida Niemeyer.

Os dois suspeitos, já em situação difícil, porque, no mínimo, poderiam ser iniciados por ocultação de cadáver, ficaram em posição ainda pior, quando o laudo cadavérico revelou que Cláudia sofrera uma hemorragia das meninges, provocada por um traumatismo craniano, quando ainda estava viva. Ela fora vítima de lesões ante-mortem. Ficou também a evidência de que ela teria sido assassinada no aparta-

Ritual das cinzas

O fogo destrói, ciclicamente, o Mercado Modelo, um dos mais venerados pontos de Salvador, que, neste século, já sofreu quatro incêndios: o mais recente aconteceu na segunda semana de janeiro de 1984, numa madrugada, e, por isto, não houve vítimas. Mas os donos de 268 barracas de produtos artesanais e de 12 bares e restaurantes de comidas típicas não sabem de quem cobrar os prejuízos.

O ritual das cinzas, do desrespeito à vida e da impunidade tem diversos tipos de palcos. Em janeiro de 1961, minutos antes de terminar o espetáculo do Gran Circus Norte-Americano, em Niterói, chamas surgiram, junto ao último degrau das arquibancadas. O fogo se espalhou. A lona, queimando, despencou, matando 200 pessoas e deixando 300 feridos, dos quais 120 mutilados para o resto da vida. A catástrofe foi provocada pelo desocupado Adilson Marcelino Alves, que, condenado 16 anos de prisão, fugiu.

Em fevereiro de 1986, um incêndio, no edifício Andorinhas, centro do Rio, ocasionou a morte de 23 pessoas e ferimentos em 40. O condomínio não cumpriu as normas mais elementares de segurança, como, por exemplo, manter aberta a porta que dá acesso ao terraço. De todas as ações indenizatórias que deram entrada na Justiça, apenas uma foi julgada procedente.

Maio de 1987, quarta-feira. Em telefonema anônimo, de madrugada, para os estúdios da Rádio Bandeirantes, em São Paulo, uma pessoa, que se identificou como funcionário da Companhia Energética de São Paulo-Cesp, disse que iria acontecer um incêndio na empresa. Na noite seguinte, por volta das 20 horas, ardiavam em chamas os 19 andares do edifício (sede um) e os 22 pavimentos do prédio vizinho (sede dois) da Cesp. A suspeita de que se tratava de um ato criminoso ganhou vulto, quando veio à tona a informação de que, uma semana antes, a Cesp havia demitido seis funcionários envolvidos com desvios de verbas da empresa, na compra de equipamentos, no exterior, e na contratação de empreiteiras e agências de publicidade. A documentação dessa sindicância estava guardada na contabilidade, no quinto andar, onde surgiu o primeiro sinal de fogo. Se a calada da noite reduziu os efeitos do sinistro da Cesp a apenas danos materiais, o mesmo não aconteceu em relação aos incêndios dos edifícios Andraus, em 1972, que deixou saldo de 16 mortos, e Joelma, dois anos mais tarde, no qual morreram 188 pessoas. Ambos em São Paulo.

mento de Michel. O advogado Evaristo de Moraes Filho, que já se preparava para sustentar a tese da ocultação de cadáver, não gostou do resultado do laudo e desistiu da causa.

Michel fugiu para a Suíça, transformando-se em mais um símbolo da impunidade que protege as pessoas ricas, ante os rigores da lei. Ainda a seu favor, contou a inexistência de tratado de extradição entre o Brasil e a Suíça. Como nunca se soube quem foi o autor das lesões encontradas em Cláudia, em face da fuga do principal suspeito, sobrou para George Khour - que negou qualquer tipo de agressão - uma condenação por ocultação de cadáver. Michel Frank conseguiu se livrar da polícia brasileira, mas não teve a mesma sorte, na França, onde é acusado de tráfico de drogas, podendo ser condenado a 10 anos de prisão.

Esquecimento forçado

Na imensa relação dos crimes sem castigo está a morte, nas masmorras da repressão, do ex-deputado paulista Rubens Paiva, em 1971, após ter sido barbaramente torturado. O silêncio, decretado pela censura, já estava levando o caso para o esquecimento, uma vez que nem se sabe, até hoje, onde o corpo do ex-parlamentar, cassado pelo golpe de 64, encontra-se enterrado. Em setembro de 1986, o médico Amílcar Lobo, que servira nos órgãos de segurança, contou que viu Rubens Paiva numa cela

Mais impunidade

1971- Um trecho de 123 metros, pesando 20 mil toneladas, do elevado Paulo de Frontin, ainda em construção, no Rio, desabou, deixando 26 mortos, 22 feridos e destruindo 22 carros e um ônibus.

1973- Aracelli Cabrera Crespo, 9 anos, foi assassinada, em maio, em Vitória (ES), mas as investigações só começaram em 1975.

1975- Ana Lídia, 14 anos, estudante, foi morta; acusados: três rapazes, filho de um ministro, de um senador e de um governador. Até hoje o processo rola.

1976- O adido militar da Embaixada do Brasil, na França, coronel Raymond Saraiva, denunciou transações ilícitas envolvendo o então embaixador Antônio Delfim Neto e quatro de seus colaboradores, que teriam recebido 10 milhões de dólares para intermediar um financiamento bancário destinado à construção da usina hidrelétrica de Água Vermelha.

1982- O major da Polícia Militar de Pernambuco, José Ferreira dos Anjos, em março, enviou, a uma praça de Olinda, o pistoleiro Elias Nunes Nogueira, para assassinar o procurador da República Pedro Jorge de Melo e Silva, que investigava o "Escândalo da mandioca", um rombo gigantesco nos incentivos rurais do Banco do Brasil. O procurador havia denunciado 25 envolvidos, entre eles o major.

1983- No centro da capital paulista, dia 9 de dezembro, à tarde, alguém gritou "pega ladrão". Foi o bastante para o procurador do Estado, Jefferson Pires de Azevedo Figueira, defrontar-se com o menino Jollson de Jesus, 15 anos, que fugia de um grupo de pessoas que o acusava de ter roubado uma corrente de ouro. O procurador se atracou com o menor, que jurava inocência, espancando-o até matá-lo. Azevedo Figueira foi condenado a quatro anos de prisão domiciliar.

1986- Continua sem explicação o envolvimento do ex-ministro da Justiça do governo Figueiredo, Ibrahim Abi-Ackel, atualmente deputado federal, em contrabando de pedras preciosas.

1988- Edine de Souza Correia, moradora do Cruzeiro Novo, Brasília, denunciou o ex-presidente da república, general João Baptista Figueiredo, como seu ex-amante e pai do menino David, que concebeu aos 15 anos. Ela prometeu escrever um livro contando tudo, mas já está sendo apontada como maluca pelo ex-presidente.

do DOI, no Rio, agonizando por causa de uma hemorragia interna, que acabou ocasionando a sua morte. Também testemunharam a agonia do ex-deputado o segundo-tenente Jurandir Ochsendorf e Souza e o general Ronaldo Campos, que preferem guardar silêncio. Em setembro de 1986, quando a Justiça Militar resolveu reabrir o caso, o país vivia em clima de anistia e a tônica, em termos de tortura, era esquecer o passado. Mas, para a opinião pública, alertada pelos meios de comunicação,

Michel Frank



a medida era um fato extremamente salutar, porque o caso Rubens Paiva faz parte da história brasileira, como um

nette Yvone Hansen e o dono da traineira que o jornalista havia alugado para uma pescaria, Manoel Augusto Valente Pires.

Os casos Rubens Paiva e Baumgarten têm algo em comum, porque envolvem militares ligados aos órgãos de repressão. A lenta apuração da morte do jornalista e dos demais ocupantes da traineira, embora tivesse sido mais divulgada do que a do ex-deputado, esbarrou no general Newton Araújo de Oliveira Cruz, ex-chefe da agência central do Serviço Nacional de Informação, acusado de ter mandado matar Alexandre Baumgarten. Numa carta encontrada pelo delegado Ivan Vasques, que investigava o caso, o jornalista havia confidenciado que o general desejava matá-lo. Também condenado à impunida-

dos episódios mais marcantes e significativos de um período real, na vida da nação. Resgatá-lo do esquecimento não é apenas um dever do Estado, apregoavam diversos setores da sociedade, mas também um esforço valioso, numa sociedade que pretende ser civilizada, para se entender melhor uma época, a da repressão, que ninguém deseja ver repetida.

A reabertura do caso não foi adiante e a morte do ex-deputado ficou impune, o mesmo acontecendo com o assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten, cujo corpo foi encontrado crivado de balas, na praia da Barra de Tijuca, no Rio, em outubro de 1983. Destino idêntico tiveram a sua companheira Jea-

de está o atentado do Riocentro, em 30 de abril de 1981, no estacionamento de automóveis, não muito distante de aproximadamente 20 mil pessoas, que aplaudiam as atrações do show promovido pelo Centro Brasil Democrático-Cebrade, entidade apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro. O atentado tinha como peças vitais duas pequenas bombas, das quais uma explodiu, no interior de um carro Puma, com chapa fria. A explosão matou o sargento do exército Guilherme Pereira do Rosário e feriu gravemente o capitão Wilson Machado. A outra nem sequer danificou a casa de força, onde a jogaram, no Riocentro.

O Primeiro Exército nomeou um coronel, Luís Antônio Prado, para chefiar o Inquérito Policial-Militar sobre a explosão. Em poucos dias, ele deixou o posto e a própria farda, sendo substituído pelo também coronel Job Lorena de Sant'Anna, cujo relatório final inocentou os militares e, entre outras aberrações, informou que a bomba explodiu ao lado direito do sargento, contrariando as provas fotográficas, que mostram ter o petardo explodido no colo do militar.

Há evidências de que estariam envolvidos no atentado um general, dois coronéis e três capitães. A oposição ao governo do presidente Figueiredo preferiu, na época, não fazer muito barulho, de modo a evitar crise de alto teor explosivo. Alegou-se, conforme palavras do deputado Ulysses Guimarães, "a necessidade de se apagar o passado e esquecer as desavenças". Entretanto, o ministro do Superior Tribunal Militar, almirante Júlio de Sá Bierrenbach, disse que o IPM foi montado para esconder a verdade.

Bateau Mouche

Nos meios forenses, muitos advogados e juristas, como o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Cândido de Oliveira, concordam que o desaparecimento da Justiça e a ineficiência da legislação concorrem para a impunidade e faz com que, em muitos casos, as vítimas venham a ser os punidos. Cândido de Oliveira diz que não existe, no país, uma filosofia de respeito à vida, nem normatização adequada para evitar as tragédias. A não punição

Justiça macabra

Hoje, é quase rotina linchar criminosos, no Brasil. Em 1968, em Umuarama, cidade paranaense com 100 mil habitantes, Luiz Iremar Gonfio, 19 anos, Edivaldo Xavier de Almeida, 20 anos, e Aurico Reis, 18 anos, estavam presos por terem matado, a tiros, o fotógrafo Júlio César Jarros, 26 anos, e a sua noiva, Shirley do Nascimento, que antes foi estuprada. Os três, retirados à força da cadeia local, foram linchados a pauladas e tiveram seus corpos expostos numa praça. Os policiais, que a tudo assistiram, ficaram diante de um impasse: ou metralhavam a população, ou deixavam o linchamento se consumir.

Janeiro de 1987, Amambá, cidade com 58 mil habitantes, em Mato Grosso do Sul. Um grupo de pessoas saiu do velório do motorista de táxi Carlos do Nascimento, 50 anos, três filhos, assassinado com cinco tiros por uma quadrilha de ladrões de automóveis, e encontrou, na rua, aquele que se imaginava ser o principal suspeito, Josa Nestor, 26 anos, ex-policial, que foi de imediato torturado e crivado de balas. Poucas horas depois, a população, estarrecida, ficou sabendo que Josa estava distante do local do crime: no mo-



A impunidade gera o linchamento

mento do assassinato do motorista, ele se encontrava na casa da sua noiva, Cleusa Maciel. Esses e centenas de outros fatos semelhantes, registrados em nosso país, mostram que a impunidade gera, por outro lado, forte violência, transformando, tornando irreconhecíveis cidadãos honestos e de vida pacata, que, num ato de barbarismo, procuram fazer justiça com as próprias mãos.

das pequenas infrações, segundo ele, acaba criando um círculo vicioso, no qual certamente haverá casos de grandes irresponsabilidades, como o recente naufrágio, nos últimos minutos de 1988, da embarcação "Bateau Mouche", na Baía da Guanabara, no Rio, que resultou na morte de 55 pessoas.

A tragédia não foi a primeira. Em Belém do Pará, ano passado, afundou o barco Correio do Arari. Morreram 58 pessoas e 15 não foram localizadas. O processo ainda não apontou as responsabilidades. No Rio, a tragédia teve início com a liberação do Bateau Mouche, com número excessivo de passageiros, mediante propina à fiscalização da Capitania dos Portos, segundo as denúncias. Como os principais responsáveis pela tragédia, os empresários Faustino

Puerta Vida e Álvaro Pereira da Costa, sócios da empresa Bateau Mouche Rio Turismo, e Francisco Garcia Riveiro, da Itatiaia Turismo, poderiam fugir do país, a exemplo do milionário Michel Frank, o juiz Paulo César Salomão decretou, no final de janeiro, a prisão preventiva deles. Contudo, como em cada cabeça há uma sentença, a decisão foi considerada ilegal por outro magistrado, o juiz Jasmim Simões Costa, da 12ª Vara Criminal, que mandou soltar os empresários. Quanto ao desfecho da apuração das causas do naufrágio, que já provocou atritos entre o governo do Estado do Rio e a Capitania dos Portos (os militares acham que o caso é da alçada da Marinha de Guerra), ninguém se arrisca a prever, mas fica no ar a já conhecida nuvem da impunidade.

A "farra do preso"

Foi um massacre abominável de presos e reflete a brutalidade e irresponsabilidade da polícia, em nosso país. Na ditadura militar, os membros da classe média, envolvidos em movimentos políticos de oposição ao regime, foram os mais atingidos pela violação dos direitos humanos. Hoje, todos os instrumentos repressivos daquela época estão voltados contra o preso comum".

As palavras são do coordenador da Comissão de Defesa dos Direitos dos Presos-CDDP, advogado Anatole Arraes, ao comentar a tragédia, ocorrida em São Paulo, no 42º Distrito Policial, onde os policiais puniram uma tentativa de fuga, prendendo 51 detentos numa cela forte de 4,5 metros quadrados, o que resultou na morte de 18 deles por asfixia. Segundo Arraes, o sistema carcerário brasileiro, em processo de terrível degradação, assassina o preso, proveniente, em sua grande maioria, das classes populares, colocando-o em situação pior do que se a Justiça o condenasse à pena de morte.

"O preso brasileiro", explica ele, "é jogado numa cela, junto com portadores de doenças graves, como hepatite, tuberculose, sífilis, aids, etc. Faz uma só refeição por dia, geralmente comida estragada. Não há assistência médica, dentária ou jurídica. As acomodações são superlotadas. Onde cabem 10, são colocadas 30 ou mais pessoas, que têm que se revezar para dormir sobre o cimento frio e fétido. Qualquer rebelião contra essas condições é reprimida pela polícia

A morte por asfixia de 18 presos, em São Paulo, reflete a violência policial, empregada nos cárceres brasileiros, e o absoluto descaso pela vida humana, no país. O pano de fundo é a pobreza, nos campos e nas cidades



As prisões brasileiras degradam o detento, denunciam os advogados

com bombas, torturas e outras formas de assassinatos, como este caso de São Paulo, que só ganhou repercussão pela grande quantidade de mortos de uma só vez. Mas é isso que acontece, diariamente, em dezenas de delegacias das cidades brasileiras. Só que ninguém fica sabendo, porque é apenas uma ou duas

mortes. Há ainda as numerosas formas de torturas, que deixam os presos aleijados pelo resto da vida".

O povo nas mãos da polícia

A CDDP é a única instituição do gênero, no país. Em alguns estados, como São Paulo, por exemplo, existem comissões de Direitos Humanos, que contam com subcomissões para cuidar especificamente da situação do preso. "A violência praticada pela polícia carioca", alerta Arraes, "já é suficiente para absorver todo o nosso tempo de trabalho. Em São Paulo, contamos com a Comissão Teotônio Vilela, mas, sem o apoio do Ministério da Justiça, pouco podemos fazer, frente à situação que se agrava dia a dia, de forma assustadora".

A promotora pública carioca, Vanda Menezes Rocha, não hesita em dizer que o pior dos abusos dos direitos humanos, no Brasil, encontra-se nas delegacias de polícia e penitenciárias. Recentemente, ela fechou um distrito policial, porque suas celas estavam hiperlotadas, com homens dormindo em pé. Em São Paulo, após uma revolta na penitenciária do estado, em julho de 1987, 29 internos foram mortos, além de um refém, durante a repressão ao mo-

tim. Massacre semelhante tinha ocorrido em outra prisão estadual paulista, um ano antes.

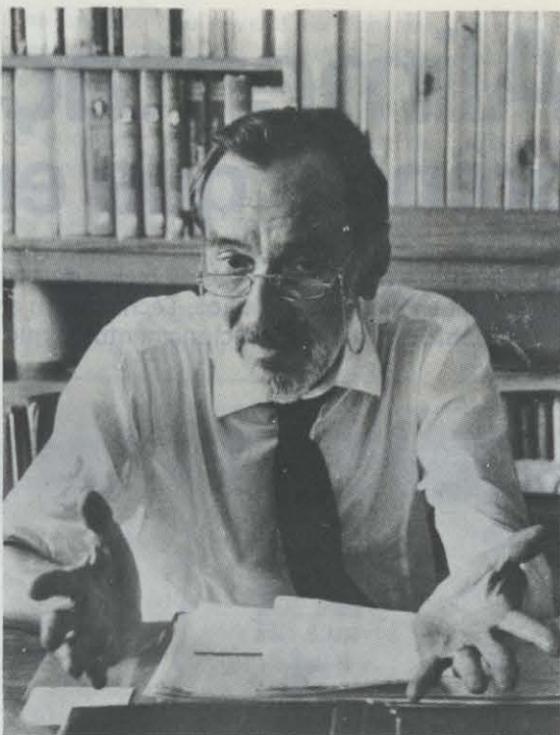
O Rio, com seus 13 mil presos em penitenciárias e outros dois mil nas delegacias, e São Paulo, com 19 mil, dos quais quase cinco mil nas delegacias, detêm cerca de 30 por cento do total de

encarcerados, no país. Essa massa de prisioneiros, segundo Arraes, cresce na proporção em que aumenta a miséria, nos campos - que expulsa famílias inteiras para as cidades - e nos centros urbanos, onde o desemprego, a falta de moradia e a fome empurram, sobretudo os jovens, para a marginalidade.

Arraes diz que a quantidade de presos, no Rio, aumenta em média 20% ao ano, a maioria apresentando idade entre 18 a 23 anos. "O quadro nacional", acrescenta ele, "é idêntico ao carioca. Assim, o povo, por falta de reforma agrária, de política mais justa de distribuição de renda, enfim, de melhores condições de vida, é encurralado entre a miséria absoluta e um sistema policial e carcerário, que combate o crime com a barbárie.

Assistência jurídica

Arraes lembra que, pela Lei de Execuções Penais (7210/84), cada preso tem direito a seis metros quadrados, no cárcere. No caso do massacre de São Pau-



Arraes: não há assistência médica, dentária, nem jurídica



lo, os 51 presos, legalmente, teriam direito a uma cela de 306 metros quadrados. "Mas", diz ele, "a violência policial institucionalizada, que não se dá apenas nas prisões, mas também fora delas, contra o trabalhador e sua família, a qualquer hora do dia e da noite, tornou esses direitos até motivo de chacotas. Desenvolveu-se a filosofia de que o preso tem que morrer, a ponto do detetive José Godinho Ferreira, presidente da "Scuderie Le Coq" e candidato a depu-

tado estadual, nas últimas eleições, apresentar como slogan, na televisão e no rádio, a frase 'bandido bom é bandido morto'. Temos aí ainda o deputado federal Amaral Neto, que se elegeu com a bandeira da pena de morte".

O coordenador do CDDP afirma que esse mecanismo repressor violento e desumano é agravado e realimentado pela impunidade e cumplicidade, existentes nas corporações, seja da polícia militar ou polícia civil. Ele cita o caso do

trabalhador Carlos Alberto da Silva Andrade, 28 anos, que morreu no Hospital Souza Aguiar, no Rio, depois de ter sido espancado numa delegacia policial. Os médicos apontaram a existência de lesões corporais, mas no laudo do Instituto Médico Legal, cujos legistas são da polícia civil, apareceu como causa da morte "intoxicação exógena", ou seja, o jovem teria morrido por ter ingerido aspirina. "Tentamos, ao lado de outras entidades de Direitos Humanos, responsabilizar os policiais por mais esse crime, mas não deu em nada, por causa do laudo do IML".

Numa alusão à "farra do boi", festividade popular em Santa Catarina, em que se maltrata o animal até a sua morte, Arraes diz que o pior é a "farra do preso", sobre-

tudo nas delegacias dos grandes centros urbanos. "Devemos pôr fim nessa situação vergonhosa, fazendo cumprir a Constituição, que garante aos presos, mesmo quando condenados pelos crimes mais hediondos, o direito à vida", assinala ele.

Na opinião de Arraes, os mecanismos governamentais devem funcionar no sentido de prestar assistência jurídica aos presos carentes, reservando as prisões, como recomenda a política criminal, àqueles que cometeram crimes. No Rio, por exemplo, uma medida como essa reduziria à metade o número de presos. A nível nacional, a redução seria idêntica. "Há crimes bárbaros", esclarece ele, "que merecem penas mais severas. As chacinas se enquadram aí. Mas, a pena máxima é 30 anos e, se o criminoso cumpre 15, ele já sai, mesmo que tenha sido condenado a 200 anos. Isso não está certo. De outro lado, temos os delitos leves, que deveriam ser pagos com multas, como nos países desenvolvidos. É o caso do furto, da receptação e outras infrações de pequena monta. Seria esse o primeiro passo para humanizar o nosso sistema carcerário". Sugere Anatole Arraes. A.C.C. •

Alimentação

A aparência que envenena

Os "lobbies" da indústria alimentícia não deixam que os meios de comunicação debatam os problemas que os aditivos químicos causam à saúde pública. Técnicos em análise de alimentos defendem campanhas de esclarecimento sobre os condicionamentos a que a população está submetida



Uma fraude perigosa para a saúde é o uso, em açougues, de nitratos e nitritos para que a carne fique vermelha e vistosa

Antonio Carlos da Cunha

A cada cinco minutos, surgem, no mundo, 200 mil bocas para serem alimentadas. Evidentemente, é muito difícil para a produção agropecuária e as tecnologias de transporte, armazenagem e distribuição de alimentos acompanharem tal ritmo do crescimento populacional. Essa realidade, que tem consagrado o uso de aditivos químicos, no processamento dos alimentos, como "mal necessário do homem moderno", não pode, entre-

tanto, justificar e escamotear os abusos e as irregularidades, que se cometem, no Brasil, colocando em risco a saúde da população.

A opinião é do doutor em Química, professor Orlando M. G. Moraes, chefe do Departamento de Análise de Alimentos do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz. "A situação", acrescenta ele, "é grave, sobretudo, para as crianças, e inclui até mesmo aditivos proibidos nos países de origem, como o corante vermelho e o ciclamato".

Os aditivos são usados para dar

gosto, cor, viscosidade, textura, aparência e consistência aos alimentos, e também para evitar ou retardar, alterações oxidativas, ou mudanças provocadas por microrganismos ou enzimas.

Segundo o professor Orlando, é constante a preocupação quanto aos riscos toxicológicos potenciais, causados pela ingestão diária das substâncias químicas: "A cada momento, descobrimos novos problemas para a saúde dos consumidores, que são provenientes ora das irregularidades de processamento dos alimentos, cometidas ou pelas indústrias ou, por exemplo, por uma simples doceira, ora do excesso de in-

gestão de um tipo de aditivo. Há outros problemas, que ainda não temos dimensionado, provenientes da mistura de diversos tipos de aditivos no organismo humano, através da ingestão, pelo consumidor, de variedade de alimentos contaminados com substâncias diferentes, num verdadeiro coquetel tóxico”.

Corantes: vitimando as crianças

Algodão doce, balas, refrigerantes, refrescos em pó (tipo Flesh e Tang), recheios de biscoitos, produtos de confeitarias (exceto cremes), gelatinas, quindins, fio de ovos, queijadinhos, pães doces, condimentos mistos, molhos, licores, manteiga, margarinas, produtos de salsicharia, drágeas, confeitos e similares. Tudo isso sofre a ação dos corantes (naturais e sintéticos), o que abre um campo vasto de especulações. A química e pesquisadora da Organização Panamericana de Saúde-Opas, professora Maria Elisa Wohlers de Almeida, afirma que, na maioria desses casos, o uso do corante é perfeitamente dispensável.

“Os fabricantes”, esclarece ela, “alegam que as frutas, na fabricação de determinados produtos, perdem a sua coloração natural. Ou que, dependendo da época da safra e de condições climáticas, não apresentam sempre a mesma coloração desejável. Então, para a obtenção de um produto de coloração uniforme, surge, dizem eles, a necessidade de se adicionar o corante. Essa é

uma questão que deveria ser bem esclarecida, através do debate público. Será o consumidor brasileiro tão exigente a ponto de recusar, ou considerar de qualidade inferior, um sorvete de morango, por exemplo, por ser apresentado, algumas vezes, com uma coloração mais ou menos intensa? Esse é um caso em que a adição da substância química pode ser perfeitamente dispensável”.

Entre os corantes artificiais permiti-

A indústria nacional e estrangeira força a aceitação dos seus alimentos, sem que a saúde pública saiba sequer o que realmente estes produtos possuem, devido aos “segredos de fábrica”. O objetivo do uso dos aditivos é o lucro. Em função disso, a opinião pública é manipulada através das fartas verbas que veiculam propagandas falsas

dos pela legislação brasileira, os corantes amarelos, tartrazina e amarelo-crepúsculo lideram, em termos de uso e abuso, e encabeçam a lista das principais fontes de fraudes. Segundo ainda a professora Maria Elisa, os produtos de confeitaria que, normalmente, apresentam cor amarelada, devido ao suposto emprego de ovos, são a prova mais evidente dessa irregularidade.

“Pela legislação vigente”, diz ela, “é proibida a adição de corantes amarelos

em quindins, fios de ovos, queijadinhos, que teriam mesmo de levar ovos. Entretanto, em campanhas de fiscalização, são encontrados numerosos casos de produtos contendo o corante amarelo, empregado com a finalidade exclusiva de iludir o consumidor, aparentando que o produto foi preparado com ovos”.

A professora acha que a questão fica mais séria, porque se sabe que o próprio consumidor já está condicionado à presença da cor amarela, relativamente intensa, associando-se à presença de ovos. “Essa é uma falsa realidade”, critica ela, “que algumas indústrias alimentícias tentam impingir à população. Estamos sendo condicionados ao consumo de produtos alimentícios, com bastante cor, produtos que despertam a atenção, principalmente, através da visão. Isso tudo é facilitado, porque somos vítimas do excesso de propaganda pela televisão, anúncios de cores vivas, cartazes e outros meios de comunicação. O grande mal dessa propaganda é que ela atinge em larga escala as crianças, o consumidor mais susceptível de sofrer danos e riscos. Um produto muito apreciado pela criança é o algodão doce, que perdeu a sua coloração branca característica, sendo vendido hoje nas diversas cores do arco-íris”.

Diversos estudos evidenciaram o efeito cancerígeno potencial no corante vermelho Amaranto ou Bordeaux, que está proibido, nos Estados Unidos, mas é usado legalmente no Brasil. Para o professor Orlando, isso é inadmissível.



Moraes: a situação é grave, sobretudo, para a criança



Elisa: somos vítimas do colorido da televisão

Ele se diz perplexo também com a inexistência de controle mais efetivo e de campanhas de esclarecimento, junto às pequenas fábricas, muitas até de fundo de quintal, às docerias e até mesmo às mães, que fazem bolos e outras guloseimas para as festas de aniversário de seus filhos.

"A dosagem excessiva para se obter, com as substâncias, colorido mais vivo é uma irregularidade primitiva, até mesmo por falta de algum equipamento para medir a quantidade certa da aplicação. Além disso, em 50% dos doces de frutas que temos analisado, verificamos a existência de corante. São as goiabadas, bananadas, pessegadas e outros, que estão aí, nas prateleiras dos supermercados e das quitandas. Isso é ilegal. A lei proíbe também o uso de aditivos em sucos naturais. Em tudo isso, a criança é a vítima mais frágil, causando-lhe problemas irreversíveis, além de males ainda desconhecidos.

Carnes e enlatados

Em latas, o óleo, a gordura, a cerveja, os refrigerantes, os produtos de cacau, o leite de coco e similares precisam ser



O mal é o excesso de aditivos

Os "coquetéis" tóxicos



McDonald's, Bob's, Gordon e demais lanchonetes: refeições rápidas constituídas de 1 sanduíche (cachorro quente, ou hamburger, ou misto), 1 refrigerante e 1 sorvete.

Festa de aniversário, com bolo colorido e enfeitado, docinhos, salgadinhos (patês, cachorro quente, maionese) e refrigerantes ou refrescos em pó.

Conservante, aromatizante, antioxidante, espessante, corantes diversos, flavorizante, bromatos, nitratos, nitritos, antibióticos.

OBSERVAÇÕES:

1- Se o refrigerante for Coca Cola ou Pepsi, a situação piora, porque se desconhece a totalidade da composição destes dois xaropes e se suspeita do uso de ácido fosfórico.

2- A criança é duplamente prejudicada: a) os aditivos alimentares têm relação com o peso. Menor peso, menor quantidade pode ser ingerida; b) a pesquisa desconhece a consequência, a longo prazo, da ingestão de tantos aditivos de uma só vez.

protegidos, contra alterações oxidantes. São várias as irregularidades constatadas, em produtos que recebem os antioxidantes. Mas, no caso das latas, o consumidor é atingido por outro problema: o chumbo das soldas das juntas. Dos males, esse é o menor, porque o controle é menos custoso, pois, afinal, são as grandes indústrias que usam esse tipo de tecnologia.

"A situação crítica de fato", informa o professor Orlando, "verifica-se no emprego dos aditivos conservantes. Temos encontrado abusos variados e gravíssimos, como os casos dos açougueiros, que banham a carne nessas substâncias, para que ela fique bonita, vermelha e vistosa. É uma fraude muito perigosa para a vida humana".

Também a professora Maria Elisa pensa dessa forma. Ela analisou o em-

sobre os nitritos e nitratos. É que ambos, em mistura com sal de cozinha (cloreto de sódio), constituem o "sal de cura", usado, empiricamente, há décadas, não só para a conservação da carne e de seus produtos processados, como também por produzir a coloração vermelha característica das carnes "curadas". Por volta de 1964, começaram a aparecer os primeiros trabalhos evidenciando o risco do uso de nitritos e da presença de ambos em água. Nitritos reagem com a hemoglobina, formando a metemoglobina, que impede a função normal do transporte de oxigênio pelo sangue. Esse problema afeta essencialmente crianças de pequena idade e a legislação, tanto em âmbito internacional,

Existem dois decretos-lei, que regulam o problema dos aditivos, no Brasil. O primeiro data de 1965 e proíbe o uso dessas substâncias, quando houver evidência ou suspeita de toxicidade atual ou potencial, de interferência no valor nutritivo do alimento ou de vir a servir para encobrir falhas, no processamento e nas técnicas de manipulação. O outro decreto foi editado em 1969 e só permite o emprego de aditivo, se for comprovada a sua inocuidade. Os dois decretos determinam claramente que a substância empregada não pode, em hipótese alguma, induzir o consumidor a erro, engano ou confusão.

A legislação brasileira sobre o assunto, a exemplo de diversas outras que

A legislação brasileira sobre o uso de aditivos químicos pela indústria alimentícia data de mais de duas décadas.

A tecnologia do setor evoluiu muito, neste período. O problema, entretanto, não é só este: o pior é que a legislação não é cumprida. Se valesse mesmo, muitos produtos teriam de ter sua fabricação proibida

prego desses conservantes, que inibem e retardam o desenvolvimento de fungos, leveduras e microrganismos, para ver como eles impedem a deterioração dos alimentos. "O uso dessas substâncias", mostra ela, "permite aumentar a vida útil dos alimentos. Esse é um dos casos em que realmente alcançamos benefício com o uso de um aditivo. Cumpre ressaltar, entretanto, que o uso de conservantes não é substituto e nem deve servir para encobrir defeitos, no processo de fabricação do alimento e condições higiênicas insatisfatórias, tanto dos locais de processamento, como da matéria-prima a ser empregada. O conservante nunca deve ser empregado quando não existe realmente necessidade tecnológica, ou quando pode ser substituído por um processo físico, como o da pasteurização, por exemplo".

Ela explica porque o risco toxicológico maior, entre os conservantes, recai



A tecnologia facilita o controle sobre as latas

como nacional, proíbe a adição de nitritos e de nitratos nos alimentos infantis.

Os nitritos reagem, também, com aminas secundárias, presentes naturalmente em carnes, em outros alimentos e no próprio tubo digestivo humano, formando as N-nitrosaminas, substâncias reconhecidamente cancerígenas.

Controle deficiente

"Por outro lado", assinala a professora Maria Elisa, "não podemos esquecer que os nitritos são importantes, como aditivos, porque são altamente eficientes para impedir o crescimento e a formação da toxina do *Clostridium botulinum*", causadora do botulismo".

regulam atividades em outros setores produtivos nacionais, só precisa mesmo ser cumprida. Apesar de ser uma legislação que carece ser atualizada, pois data de mais de duas décadas, ela está inclusive muito afinada com os princípios gerais que regem o emprego de aditivos em alimentos, adotados pelo organismo internacional Codex Alimentarius, constituído por 112 países. Entre esses princípios, destacam-se: todo aditivo deve ser submetido a avaliação toxicológica adequada, que considere também qualquer efeito cumulativo, sinérgico ou de potenciação; somente serão recomendados aditivos que não apresentem riscos à saúde do consumidor; o aditivo será mantido sob contínua observação e deverá ser rea-

validado, sempre que necessário, à luz de novas informações científicas; o aditivo deve melhorar a conservação, a estabilidade dos alimentos e ressaltar seus caracteres organoléuticos.

Para o professor Orlando, que, a partir da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, acompanha a situação dos aditivos, na área da qualidade em saúde, em todo o país, os princípios, os métodos e os equipamentos existentes, no mundo, são bons e suficientes para o poder público manter um eficiente controle sobre a atividade.

"O que nos falta, no Brasil", aponta ele, "é infra-estrutura de recursos hu-

manos e material. Os equipamentos que existem são muito caros. Soma-se a isso o fato de não existir, entre nós, prioridade política em relação ao problema. Então, os investimentos, em vez de crescerem, na proporção direta do aumento populacional e, conseqüentemente, dos problemas nesta área, estão sofrendo restrições. Quanto a pessoal, a situação é pior. A nível nacional, não temos atualmente sequer 10% da quantidade de profissionais de laboratórios, que o país precisa".

A atividade de controle de alimento, na área da saúde, compreende basicamente a vigilância sanitária, que con-

siste na fiscalização e coleta de amostras para os exames laboratoriais, e a estrutura de laboratório.

"As carências de recursos humanos e de equipamentos, nos laboratórios do país, soma-se a dificuldade de não termos fiscais suficientes. Os poucos existentes ganham mal, não têm carro para trabalhar, às vezes, não contam sequer com saco plástico e lacre, para coletar a amostra e enviá-la a exame. A situação é vergonhosa. Se alguma indústria de

O sal marinho contém 84 elementos importantes, que são eliminados na industrialização do sal refinado. Perdem-se enxofre, bromo, magnésio, cálcio, algas etc. Além disso, as indústrias adicionam iodeto de potássio em excesso, o que traz problemas para o organismo. Deve-se usar o sal marinho moído (é o mesmo sal grosso de churrasco)

alimentos estiver cometendo, até involuntariamente, alguma irregularidade ainda por nós desconhecida, vai ser difícil descobrir, tendo em vista esta nossa dificuldade de acompanhar até mesmo aqueles procedimentos exigidos por lei.

Vigilância, sanções e conscientização

São frequentes as denúncias de que as indústrias alimentícias exercem pressões muito fortes, sobretudo, nos meios de comunicação, para evitar muita polêmica em torno dos problemas à saúde pública causados pelos aditivos químicos. Há notícias de edições inteiras de livros, que discutem o assunto, esgotarem-se de um dia para o outro, nas livrarias de todo o país, porque uma ou outra indústria mais atingida compra todos os exemplares.

O professor Orlando evita se aprofundar no assunto, mas explica que as empresas se protegem muito, porque qualquer controvérsia sobre o tema, por se tratar de alimentação, alarma muito a população. "Isso", diz ele, "talvez explique toda a preocupação do setor, mas, ao mesmo tempo, reforça a necessidade de discutirmos mais a tecnologia de alimentos, para verificarmos se precisamos mesmo usar tanto aditi-



O leite em pó está associado ao cálculo renal

Doce e refinado

O açúcar refinado resulta de um processo químico que retira da garapa a sacarose branca, adicionando-lhe produtos até desconhecidos e sempre danosos à saúde. O corpo humano não precisa do açúcar branco. O que é de fato necessário ao nosso organismo é a glicose, encontrada no açúcar das frutas, em 100% dos carboidratos, e até as carnes são transformadas também em glicose.

O açúcar branco refinado está associado à arteriosclerose, câncer, leucemia, diabetes, varizes, enxaquecas, distonias neurovegetativas, insônia, asma, bronquite, pressão alta, prisão de ventre, diarreias, perturbações e doenças visuais, problemas de pele, distúrbios glandulares, anomalias digestivas, cáries dentárias, problemas de crescimento, osteoporose, ossos fracos, doenças de colágeno, doenças de auto-agressão.

O açúcar branco é descalcificante, desmineralizante, desvitaminizante, empobrecedor metabólico. É um poderoso antinutriente.

vo, em nosso dia a dia".

O pesquisador da Fiocruz e a professora Maria Elisa têm praticamente a mesma opinião sobre os caminhos para a solução do problema dos aditivos, no Brasil. Ela explica que, considerando o contínuo aparecimento de novos estudos e provas toxicológicas, é de primordial importância que exista uma vigilância constante e intercâmbio com o Comitê Conjunto de Peritos sobre Aditivos para Alimentos-Jecfa, organismo da Organização Mundial da Saúde-OMS e da Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura-Fao. Desse modo, segundo a professora, os órgãos governamentais encarregados de legislar sobre aditivos poderão tomar as sanções necessárias, contra as irregularidades e fraudes, além de acompanhar a evolução científica de cada aditivo.

"Isso já ocorreu no passado", recorda ela, "quando foram excluídos da lis-

ta de aditivos permitidos, por exemplo, o *dietilpirocarbonato*, usado como conservador em vinhos, refrigerantes e sucos de frutas, e o estabilizante e agente de turvação *óleo vegetal bromato*. No primeiro caso, foi descoberta a formação de uretana (carbamato de etila), em bebidas tratadas com a substância. Uretana é uma substância cancerígena, que produz tumores em vários órgãos e em todas as espécies testadas e que age também através da placenta. Quanto ao óleo vegetal bromato, que era usado em refrigerantes e sucos de frutas, foi demonstrado que ele causa lesões cardíacas degenerativas, em animais submetidos a experiências por período curto. Provoca também acúmulo de lipídios e de lipídios ligados ao bromo, tanto no tecido adiposo, como na gordura intracelular de vários tecidos".

A nível de consumidor, os professores Orlando e Maria Elisa recomendam a realização de campanhas esclarece-

doras, sobre o condicionamento a que todos estão sujeitos, com relação ao consumo de produtos coloridos, pelo emprego abusivo de corantes, em nossa alimentação. O técnico da Fiocruz acha, inclusive, que a primeira medida, nesta área, seria a suspensão imediata de todas as autorizações de emprego dos corantes, liberando-se, posteriormente, após meticoloso estudo de caso a caso.

"Consideramos", explica a professora Maria Elisa, "de grande interesse e eficiência a difusão do hábito de leitura dos dizeres da rotulagem, pois, além da composição do produto, o texto deve conter o número do registro do alimento, no órgão competente. Além disso, devido à obrigatoriedade da declaração 'colorido e/ou aromatizado artificialmente'. O consumidor estará, assim, informado e poderá, deliberadamente, optar ou não pelo produto contendo aquele tipo de corante ou aromatizante artificial".

O mal do ciclamato

☐ Existe evidência, segundo o professor Orlando Moraes, de que o ciclamato, junto a um carcinogênico, tipo cafeína ou nicotina, acelera o processo do câncer. Portanto, o fumante, que toma café com o adoçante ciclamato, arrisca-se, em dobro, a se tornar um canceroso.

Não é à toa que, nos Estados Unidos, o ciclamato está proibido, assim como a sacarina, outro tipo de adoçante químico, também legalmente usado no Brasil. O chefe de Análise de Alimentos da Fiocruz está indignado: "Não se entende por que o ciclamato teve seu uso liberado entre nós. É um problema gravíssimo, porque os refrigerantes, por exemplo, adoçados artificialmente, na certa, vão ser consumidos por todo mundo, e não apenas pelos diabéticos. As crianças, também aí, serão as



Os adoçantes artificiais são perigosos e devem ser abolidos imediatamente

vítimas mais indefesas".

O técnico acha que os refrigerantes, adoçados com substâncias químicas não-nutritivas, deveriam ser vendidos só para os diabéticos, com receita médica. "O diabético", justifica Orlando, "tem direito a optar, caso queira tomar um refrigerante. Ele e seu médico é que vão avaliar se compensa ou não aumentar o risco à

saúde por causa da bebida".

O adoçante artificial aspartame, embora não esteja associado ao câncer, já foi denunciado pela Organização Internacional de Uniões de Consumidores-locu, porque pode causar graves afecções ao cérebro e ao sistema nervoso (veja **terceiro mundo**, edição 112, p. 39: "O perigo do aspartame").

A rebelião de Caracas

Neiva Moreira

Em 1948, Bogotá foi virtualmente destruída na rebelião popular que se sucedeu ao assassinato do líder da ala progressista do Partido Liberal, Eliezer Gaitan. O que acaba de ocorrer na Venezuela não fica muito atrás do "Bogotazo", como ficou conhecido aquele terrível episódio.

Levantes em Caracas e em mais de 30 cidades, saques e destruições generalizadas, centenas de mortos, mais de mil feridos e milhares de presos, bilhões de dólares de prejuízos materiais, tropas nas ruas com tanques e canhões, toque de recolher. Eis o inventário dessa verdadeira guerra que explodiu nas áreas populares e que envolveu inclusive os bairros mais ricos da capital venezuelana. E nem sequer o governo teve motivos de acusar a esquerda como responsável pela insurreição. Foi um terremoto surgido, espontaneamente e sem controle, no seio das massas revoltadas.

Tudo isso, num momento de esperança e euforia na Venezuela, quando ainda se comemorava a vitória de Carlos Andrés Pérez, que recebeu 52.97% dos votos nas eleições de dezembro de 1988, contra 40.41% dados ao candidato democrata-cristão, Eduardo Fernández. A posse do novo mandatário foi um acontecimento imponente, reunindo governantes e políticos de todo o mundo, dando a impressão de que Caracas se convertera na capital política do continente.

Mas não foi só a nível internacional que a eleição de Pérez (no seu segundo mandato) repercutiu. Também internamente. Estimulado por uma plataforma otimista e recheada de promessas, muito própria do temperamento eufórico do presidente Pérez, o povo esperava uma nova situação, fortemente inspirada nas mudanças políticas e na justiça social.

Os antecedentes do novo presidente, no seu mandato anterior, justificavam essa expectativa. Com os preços altos do petróleo, ele dispôs de recursos para grandes investimentos nas novas hi-

drelétricas, nas usinas siderúrgicas, na produção do alumínio e na modernização da infra-estrutura dos serviços urbanos do país. O ponto culminante de sua administração foi a nacionalização da indústria do petróleo e da mineração.

No campo internacional, Pérez assumiu, no seu primeiro governo, posições firmes em defesa do Panamá e no apoio à luta dos sandinistas. O líder panamenho, general Omar Torrijos, em entrevista que me concedeu (ver **terceiro mundo**, edição nº 50, p.76) pouco antes de morrer num acidente aéreo ainda não-esclarecido, falou longamente sobre o papel de Pérez nas lutas centro-americanas.

Torrijos me revelava seu decisivo e supersecreto encontro com o presidente Pérez, na ilha venezuelana de Orchilla, quando decidiram entrar firme na luta contra a ditadura de Somoza. "Eu cheguei às 10 horas e, ali mesmo, traçamos o plano de ajuda à Nicarágua. Eu lhe disse: 'Espero que estejas consciente de que, quando alguém entra num plano como este, não há regresso. Estamos desafiando a dinastia mais forte, melhor equipada monetariamente e mais criminosa da América Latina. Indiretamente, estamos arriscando a vida'. Ele (Carlos Andrés Pérez) me respondeu: 'Estou consciente'. E entramos. Esse plano foi concebido poucos meses antes da vitória sandinista", relatou-me o general Torrijos.

E foi muito importante o papel de ambos para a queda da ditadura nicaraguense.

Quando Pérez já não era presidente, nós nos encontramos algumas vezes, em conferências políticas latino-americanas. Suas intervenções eram, em geral, progressistas, mas nunca questionadoras do poder dominante nos nossos países nem da nossa dependência. Em relação à Nicarágua, já não era tão resolutivo o seu apoio, e, quanto ao Panamá, foi débil sua posição nos últimos meses, quando o país sofreu do governo norte-americano uma agressão im-

placável.

Talvez esteja aí o ponto vulnerável do novo governo de Pérez: incoerência de posições, no discurso e na prática. Ele atacava o FMI e os credores, mas já estava buscando uma composição. Era como aquela história de dois amigos de origem árabe, que de dia brigavam em público em português, mas, à noite, se entendiam pacificamente na sua língua paterna. Nos comícios, (em espanhol), a guerra ao FMI e aos banqueiros; nos escritórios de Caracas e Washington, inacessíveis ao povo, conversas (em inglês), boas e cordiais com os credores.

Foi assim que, já no começo do seu segundo governo, Pérez aceitou as imposições do Fundo, que duplicaram os preços dos principais produtos e tornaram a vida da população insuportável. Para adotar esse pacote, o novo chefe de estado nem esperou terminar os festejos pela sua vitória. O resultado foi o que se viu.

No entanto, a lição maior do episódio deve ficar com os banqueiros credores e a tropa de choque do Fundo Monetário Internacional. Os países latino-americanos - e também os africanos e asiáticos - já não suportam a sangria do pagamento da dívida, que aumenta mensalmente a níveis exorbitantes, segundo interesses da economia norte-americana. Se os bancos continuarem apertando os nossos vacilantes governos e estes não reagirem à altura e se insistirem em raspar o fundo dos nossos assaltados cofres, a convulsão poderá vir, como veio em Caracas. Cada vez mais sangrenta e devastadora. E, direta ou indiretamente, atingirá vitais interesses dos países credores, sobretudo dos Estados Unidos, e demolirá as débeis instituições democráticas dos nossos países.

A fogueira de Caracas foi uma advertência. A panela de pressão começou a chiar. Os banqueiros e os seus testas-de-ferro "nacionais" devem por o ouvido no chão e prestar atenção aos sinais da borrasca. Enquanto é tempo. •

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola